

**CONGRESSO ABES
FENASAN 2017**

**29º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA
SANITÁRIA E AMBIENTAL, 28º ENCONTRO
TÉCNICO AESABESP E 28ª FEIRA NACIONAL DE
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FENASAN**

**PRODUTO FINAL DAS
RELATORIAS**

Dezembro, 2017

ÍNDICE

Painel de Abertura B1 – Saneamento Ambiental: Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Retomada do Crescimento	4
Painel D2 – A Crise Hídrica no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste: Lições Aprendidas	11
Diálogo Setorial E1 – Saneamento Público e ou Privado	17
Painel E2 – A Nova Proposta de Legislação para o Licenciamento Ambiental: Avanço ou Retrocesso	23
Diálogo Setorial G1 – O Planejamento do Setor: A Revisão do PLANSAB e os Entraves para a Ampliação do Atendimento e o Aumento da Eficiência	30
Painel G2 – Saneamento em Favelas e outras Áreas de Ocupação Irregular	35
Painel G3 – A Eficiência da Operação	39
Painel G6 – Processos de Contratação de Projetos	44
Diálogo Setorial I1 – Painel dos Presidentes	48
Painel I5 – Tecnologia, Gestão e Desempenho Ambiental de ETEs Instaladas em Empreendimentos Habitacionais	54
Painel I6 – Saneamento nas Metrôpoles	60
Diálogo Setorial J1 – Os Desafios da Regulação da Prestação dos Serviços	66
Painel J2 – Contrato de Remuneração Por Resultados	73
Painel J4 – O Profissional do Saneamento do Futuro	80
Diálogo Setorial L1 – Tarifas, Subsídios e Recursos Fiscais	85
Painel L7 – Eficiência Energética no Saneamento	93
Painel N2 – Lei das Estatais: Governança	100
Diálogo Setorial N1 – Conclusões: Painel de Entidades	105

APRESENTAÇÃO

Esse documento apresenta o resultado das relatorias realizadas durante o 29º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, da ABES, o 28º Encontro Técnico AESabesp e a 28ª Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente – FENASAN, que ocorreu nos dias 2 a 6 de outubro de 2017 em São Paulo.

Ao todo, foram 18 sessões técnicas que contaram com relatorias (1 Painel de Abertura, 6 diálogos setoriais e 11 painéis), envolvendo 36 relatores (18 relatores seniores e 18 relatores juniores) que se dedicaram a registrar o conteúdo das apresentações de cada um dos palestrantes e debatedores, buscando evidenciar os pontos relevantes, comentários, opiniões, propostas, recomendações e principais desafios aplicáveis ao setor de saneamento ambiental no País.

O conteúdo ora apresentado demonstra a abrangência e a relevância das diversas discussões temáticas realizadas no Congresso, reunindo um amplo espectro de informações e, também, questões importantes a serem aprofundadas ou debatidas. É, por isso, um valioso instrumento de consulta e aplicação na formulação de políticas públicas, de diretrizes e estratégias para a universalização do setor de saneamento e para o aprimoramento de legislações, normas, procedimentos e soluções para o planejamento, a gestão e a sustentabilidade do saneamento no Brasil.

Além disso, as informações ora apresentadas certamente serão fonte de inspiração a estudantes e profissionais do setor, para o desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica, para a disseminação de conhecimentos e, também, para o próprio avanço e melhoria das condições de planejamento, operação dos sistemas, investimentos e regulação dos serviços.

Com mais essa iniciativa, a ABES espera contribuir com o avanço do saneamento e com o progresso do País.

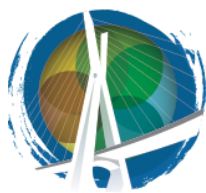
Roberval Tavares de Souza
Presidente da ABES Nacional

Alceu Guérios Bittencourt
Presidente do 29º Congresso da ABES

Luís Eduardo G. Grisotto
Marisa Guimarães
Antonio Carlos C. Lino
Comissão de Coordenação das Relatorias

LISTA DAS SESSÕES TÉCNICAS E RELATORES

Sessões Técnicas	Data	Horário	Relator Sênior	Relator Junior
Painel de Abertura B1 – Saneamento Ambiental: Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Retomada do Crescimento	03/out	10h-12h	Edson Victor de Souza	Giuliana Carolina Talamini
Painel D2 – A Crise Hídrica no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste: Lições Aprendidas	03/out	14h-16h	Francisco Rafael Sousa Freitas	Bárbara Aiala Silva
Diálogo Setorial E1 – Saneamento Público e ou Privado	03/out	16:15h-18:15h	Valder Adriano Gomes de Matos Rocha	Beatriz Couto Ribeiro
Painel E2 – A Nova Proposta de Licenciamento Ambiental: Avanço ou Retrocesso	03/out	16:15h-18:15h	Rosana Maria Henrique	Amanda Cerqueira de Carvalho
Diálogo Setorial G1 – O°Planejamento do Setor: a Revisão do PLANSAB e os Entraves para a Ampliação do Atendimento e o Aumento da Eficiência	04/out	10h-12h	Sara Bursztejn	Carla Mylena Santos Vasconcelos
Painel G2 – Saneamento em Favelas e Outras Áreas de Ocupação Irregular	04/out	10h-12h	Iara Regina Soares Chao	Samia Rafaela Maracaipe Lima
Painel G3 – A Eficiência da Operação	04/out	10h-12h	Fábio Divino dos Santos	Jessica Spadoni
Painel G6 – Processos de Contratação de Projetos	04/out	10h-12h	Rodrigo Antonio Dias	Marcela Felix de Paula
Diálogo Setorial I1 – Painel de Presidentes	04/out	14h-16h	Maria Bernadete Sousa Sender	Dafne Correa da Silva
Painel I5 – Tecnologia, Gestão e Desempenho Ambiental de ETES Instaladas em Empreendimentos Habitacionais	04/out	14h-16h	André Amaral Horta	Hugo Renan Bolzani
Painel I6 – Saneamento nas Metrópoles	04/out	14h-16h	Adriana Alves Pereira Wilken	Jomara Gonçalves Nogueira
Diálogo Setorial J1 – Os Desafios da Regulação da Prestação dos Serviços	04/out	16:15h-18:15h	Ricardo Lazzari Mendes	Thamires Silva Martins
Painel J2 – Contratos de Remuneração por Resultados	04/out	16:15h-18:15h	Isabel Cristina Parreira Oshiro	Leonardo Vardanega
Painel J4 – O Profissional do Saneamento do Futuro	04/out	16:15h-18:15h	Samuel Rodrigues Castro	Ana Claudia Aquino Rosa
Diálogo Setorial L1 – Tarifas, Subsídios e Recursos Fiscais	05/out	10h-12h	Fernando Cintra Mortara	Tamara Barbosa Passos
Painel L7 – Eficiência Energética no saneamento	05/out	10h-12h	Carlos Massuyama	Patricia Moreno Fernandes
Painel N2 – A Lei das Estatais: Governança	05/out	14h-16h	Divino Lázaro de Souza Aguiar	Erasmo Gomes Santos Junior
Diálogo Setorial N1 – Conclusões: Painel de Entidades	05/out	14h-16h	COORDENAÇÃO DE RELATORIAS / APOIO	



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel de Abertura B1 – Saneamento Ambiental: Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Retomada do Crescimento

Data: 03/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Edson Victor de Souza

Relatora Junior: Giuliana C.Talamini

1. INTRODUÇÃO

O debate do Painel de abertura foi estruturado com base na resposta de duas perguntas realizadas pelos coordenadores, seguido de perguntas realizadas pelo público presente e, por fim, as considerações finais dos debatedores.

A relatoria foi organizada, de maneira conjunta e harmônica, destacando os principais temas e assuntos discutidos pelos debatedores.

2. PALESTRANTES

Coordenadores:

Roberval Tavares de Souza - Presidente Nacional da ABES e

Olavo Prates Sachs - Presidente da AESabesp

Palestrantes:

Jerson Kelman - Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP

Secretário Benedito Braga - Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo

Deputado Federal João Paulo Papa - deputado

Senador Roberto de Oliveira Muniz - Senador

3. DEBATE

Os coordenadores do painel fizeram duas perguntas aos palestrantes, para que os mesmos procedessem ao debate a respeito do tema:

- Qual é a solução para a universalização dos serviços de saneamento até 2033, meta imposta pelo Plano Nacional de Saneamento – Plansab?
- A crise econômica afetou os investimentos em infraestrutura. Vocês acreditam que o saneamento pode ajudar na retomada do crescimento?

A respeito da temática sugerida pelos coordenadores do Painel, o Senador Roberto de Oliveira Muniz argumentou:

- **Necessidade de Recursos:** Analisando a situação atual do setor, nota-se a redução da capacidade de investimentos, demonstrada pela queda do montante em 2015, 2016, 2017, com grande probabilidade de manutenção em 2018. Infelizmente, a tentativa do setor de aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição PIS/COFINS ainda não obteve o êxito necessário.

- **Ampliação da participação do segmento privado:** Necessidade de enfrentar o tema da participação privada com objetividade, uma vez que a escassez de recursos públicos é uma realidade. Além disso, os indicadores nacionais são alarmantes, principalmente quando se excluem estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal.
- **Fortalecimento da fiscalização e do ambiente regulatório:** Essencial para alcançar a necessária segurança jurídica, a exemplo de outros setores da infraestrutura, a fim de garantir um ambiente de competitividade mais igualitário.
- **Garantia de que os recursos gerados pelo setor permaneçam no próprio setor:** Revisar e pressionar modelos propostos pelos estados para participação do setor privado, de forma a garantir que as outorgas financeiras envolvidas não sirvam para resolver passivos de outros setores.
- **Repensar os modelos de prestação de serviços de saneamento:** De forma geral, considerando o atual cenário econômico do país, é fundamental repensar os modelos para que “possamos levar serviços de água e esgoto para quem precisa”.
- **Clareza e rigor conceitual do debate:** É importante esclarecer modelos e propostas. Uma questão fundamental é a diferença entre privatização e concessão. No saneamento não há privatização dos sistemas e ativos, que continuam públicos, diferente de outros setores. Outro ponto importante é que não se coloca a participação privada como solução para 100% do setor.
- **Tarifas realistas e sustentáveis:** A tarifa praticada no setor não tem sido suficiente para garantir que o Estado consiga alcançar qualidade, quantidade e a sustentabilidade dos serviços de saneamento. *“Todos os setores estão lutando para colocar as tarifas públicas dentro de uma faixa de razoabilidade e sustentabilidade para as gerações futuras.”*
- **Ampliar a consciência social da importância da água:** A valorização dos serviços de saneamento é fundamental para o alcance da sustentabilidade tarifária. Diferente do setor de energia que possui bandeiras utilizadas no aumento do consumo ou em casos de escassez hídrica, que são aceitas pela população, o setor saneamento sofre com a necessidade de investir em campanhas de redução de consumo, inclusive concedendo incentivos financeiros, como a redução da tarifa.
- **Subsídio direto precisa ser avaliado:** Desta forma é possível garantir um ambiente regulatório competitivo.

O Deputado Federal João Paulo Papa deu voz ao debate destacando os seguintes pontos:

- **Muito mais que recursos:** Considerando a complexidade e grandiosidade do Brasil, onde metade da população não possui sistemas eficientes de prestação de serviços de água e esgoto, destaca-se a necessidade de soluções integradas, ou seja, que além de recursos, os municípios

busquem um bom planejamento, um orçamento claro e firme, a participação social efetiva e uma política tarifária realista e responsável.

- **Saneamento como política pública especial:** Apesar dos avanços possíveis a partir do estabelecimento da Lei nº 11.445, as respostas do setor não têm sido suficientes para aumentar os índices de cobertura e eficiência dos serviços. O Plansab propõe metas que não serão cumpridas no ritmo atual. O Governo Federal deve assumir esta agenda, mas todos devem fazer um esforço político para que em 2018 o saneamento faça parte das propostas eleitorais. Há necessidade da retomada do esforço em aprovar o reinvestimento do PIS/COFINS no próprio setor.
- **A participação do setor privado não é a solução para todos os problemas:** Diversas questões são importantes quando se considera a participação do privado em larga escala, como o subsídio cruzado e a questão das Regiões Metropolitanas, onde ainda há conflitos sobre a regulamentação da “responsabilidade compartilhada”, segundo recente decisão do STF sobre a titularidade. Destaca-se que há um espaço para o setor privado e modelos eficientes, a exemplo da Sabesp que possui capital aberto em um modelo efetivo de participação. *“Não temos uma receita única para um país tão complexo e diverso como o Brasil. É importante que o capital privado possa se somar com cautela.”* Além disso, não deve-se admitir que recursos de outorga sejam direcionados para outros setores.
- **A valorização do saneamento pela sociedade:** Sem isso será difícil estabelecer o debate sobre o tema da tarifa responsável e realista. Em 2018 o setor terá uma oportunidade de colocar o saneamento na pauta eleitoral.

O Secretário Benedito Braga discorreu a respeito da temática do Painel enfatizando os seguintes pontos:

- **Motivação política para acesso a recursos:** A universalização só será atingida no momento em que for colocada na agenda política. Há diversas formas e arranjos para buscar soluções, a exemplo de outros países com relação aos subsídios e à cobrança pelo uso da água.
- **Diversificação de modelos:** A necessidade de recursos é preponderante e, por isso, há a necessidade de se ter um portfólio de soluções. Considerando que apenas recursos públicos não serão suficientes, é importante incentivar a entrada da iniciativa privada, seja em uma participação direta ou através de parcerias. *“Não é uma questão de quem é melhor, temos que resolver o problema.”*
- **A tarifa tem que permitir o investimento:** O município deverá buscar uma tarifa realista que viabilize investimentos. Isso deve se dar com o fortalecimento das agências reguladoras.
- **A maior crise é a do desemprego:** Neste assunto o setor de saneamento traz um grande alento, pois possui potencial de gerar empregos na medida que avance.

O Presidente da Sabesp Jerson Kelman destacou os temas abaixo relacionados:

- **Recursos de forma eficiente para fazer mais e melhor:** No saneamento, há basicamente duas origens de recursos: do contribuinte e do consumidor. Atualmente é difícil ter esperança que recursos fiscais novos venham para o setor. No mínimo é necessário que se reveja a autorização de concessão de créditos relativos à contribuição PIS/COFINS para viabilizar investimentos no próprio setor, ao invés de ir para o Tesouro Nacional. Os recursos a fundo perdido precisam ser aplicados de forma eficaz. Para isso, uma alternativa é o pagamento por resultados, evitando o investimento em obras não prioritárias ou que possam não ser efetivas.
- **Regras claras para a participação da iniciativa privada:** O setor privado tem um grande papel, por meio de parcerias ou de forma competitiva em alguns municípios. Porém, é necessário ter segurança para investidores, por isso a necessidade de regras claras. Um ponto importante a se discutir é a indenização para os prestadores anteriores, nos casos de mudança de modelo.
- **Tarifas reguladas como incentivo para a universalização:** No saneamento, os reguladores devem ter a percepção de que o primeiro grande desafio é a universalização, e, por isso, o incentivo econômico tem que ser dado pelo regulador. Uma vez que os valores pagos pela tarifa correspondem à remuneração sobre ativos existentes, a mesma deveria crescer à medida que se caminha para a universalização.
- **Hierarquia de ações e planejamento:** A principal obrigação de qualquer entidade deveria ser a transparência de sua hierarquia de ações para atingir a universalização.
- **Subsídio Cruzado:** O subsídio cruzado é essencial para termos possibilidades de servir municípios mais carentes.
- **Regulação:** Deve-se desestimular a criação de agências reguladoras municipais, devido à insegurança técnica, financeira e política.
- **Deve-se buscar a flexibilização das obrigações ambientais no setor saneamento:** O aparato legal ambiental foi desenvolvido para proteger os cidadãos de impactos causados por empresas. Essa lógica se adapta mal para o saneamento, pois sob o ponto de vista ambiental ele é parte da solução e não parte do problema.

Após estas respostas, por parte dos palestrantes, foi aberta a participação do público, através de perguntas direcionadas a cada um dos participantes, obtendo-se as respostas descritas na sequência.

Questionou-se ao Senador Roberto de Oliveira Muniz, o que precisaria acontecer para evoluir do discurso à prática, e o senador respondeu, primeiramente, que, talvez, dever-se-ia eleger um engenheiro sanitário para presidente, pois, de maneira séria e efetiva, o saneamento deve fazer parte da agenda política. Ele ressaltou que a mobilização em prol destas melhorias é necessária. Mas, sobretudo, destacou que a tarifa tem que ser justa não só no valor, mas na inclusão social

também. Acima de tudo, a transparência deve prevalecer, esclarecendo se haverá subsídio cruzado ou direto. Essa política tarifária precisa ser enfrentada sem viés político, mas com embasamento técnico e financeiro, com visão de gestão. As Agências Reguladoras devem ter a ampliação de sua atuação, com uma política aceita por todos. Ele exemplificou que no setor energético houve, no início, grande resistência e enormes conflitos, entretanto, esses problemas foram enfrentados e superados, estando, atualmente, com uma gestão tarifária e de regulação muito a frente em relação ao saneamento. Também sugeriu que este debate tenha participação e contribuição da ABES, sempre buscando um ambiente regulatório competitivo para melhorar a situação do saneamento no país.

Na sequência o Deputado Federal João Paulo Papa foi questionado sobre como a crise hídrica no Nordeste, que é uma realidade a trinta anos, tem ficado invisível perante a sociedade brasileira. O deputado destacou que a crise hídrica em São Paulo revelou esse tipo de situação, dando visibilidade, inclusive, para outras regiões. Aproveitando a oportunidade, ele destacou que existe uma oportunidade de ajuste da legislação ambiental, visando a sua melhoria e melhor aplicabilidade aos Projetos do setor de saneamento, pois em alguns momentos, a matéria ambiental atrasa investimentos e avanços no setor. Destacou ainda que na Câmara dos Deputados está sendo aberto espaço para pesquisas e desenvolvimento (novas tecnologias/ inovação). Por fim, ressaltou que se deve conscientizar governadores e prefeitos sobre o tema saneamento, integrando o que já vem sendo difundido por profissionais do setor.

Foi solicitado ao Secretário Benedito Braga para discutir a respeito da situação que está ocorrendo em muitos municípios do mundo, onde a gestão do saneamento foi transmitida para o ente privado mas, entretanto, os mesmos estão sendo reestatizados atualmente. O secretário destacou que o problema da prestação deste tipo de serviços é que existe uma falsa impressão, pois o mais importante não é quem prestará o serviço, mas sim, com que qualidade o mesmo será feito, atendendo satisfatoriamente à população. Neste sentido, a discussão da tarifa também é importante, sendo que se não é suficiente, deve-se prever o subsídio. Deve-se, também, conforme destacado anteriormente, convencer os prefeitos e governadores da importância do saneamento. Ele ressaltou que em 2018 o Brasil, especificamente Brasília, sediará o Fórum Mundial da Água, onde se pretende juntar a classe profissional com a classe política.

Por fim, foi questionado ao Presidente da Sabesp Jerson Kelman se já existe um planejamento da Sabesp, para também se tornar responsável pelo atendimento dos resíduos sólidos. Ele esclareceu que, conforme dito anteriormente pelo Governador Geraldo Alckmin, foi criada uma holding no Estado que terá a Sabesp, assim como outras empresas, que ainda serão criadas pelo governo estadual, possibilitando, inclusive, a prestação de serviços na área de resíduos sólidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o debate entre os participantes, alguns temas emergiram de forma consensual e outros apresentaram diferentes abordagens e devem ser destacados

com suas devidas considerações. Relacionamos na sequência a síntese dos temas que mereceram destaque e que sintetizam os debates deste Painel.

- Saneamento como prioridade na agenda política em todos os níveis: municipal, estadual e federal.
- Para alcançar a universalização, são necessários mais recursos financeiros, que poderão ser operados tanto com a participação pública quanto com a participação privada.
- Necessidade de engajamento social para o debate claro sobre desafios do setor, como a tarifa realista e responsável.
- A tarifa deve ser discutida com a devida clareza e transparência. É fato que grande parte das tarifas praticadas no setor não é capaz de garantir a sustentabilidade das operações e a necessidade de investimento. Destaca-se a necessidade do fortalecimento da capacidade das agências reguladoras para liderar este debate.
- O debate que contrapõe o público do privado está superado. O que deve estar na pauta são as formas de participação, o fortalecimento da regulação e a eficiência na prestação dos serviços. Importante garantir que nos formatos que gerem a outorga financeira, esta não seja destinada para outros setores, cujos recursos devem ser direcionados ao setor de saneamento.
- Necessidade de buscar segurança jurídica para atrair novos investimentos, com destaque aos conflitos relativos à titularidade nas regiões metropolitanas e aos modelos de parcerias e contratações do setor privado.
- Hierarquização dos investimentos para atingir a universalização, propiciando uma maior transparência para a população.

Painel D2 – A Crise Hídrica no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste: Lições Aprendidas

Data: 03/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Francisco Rafael Sousa Freitas¹

Relatora Júnior: Barbara Aiala Silva²

¹ E-mail: rafael.freitas@ifce.edu.br Tel.: +55 (88) 9 9700-5071 / (84) 9 9667-9250

² E-mail: barbaraaiala@hotmail.com Tel.: +55 (31) 9 7124-0102

1. INTRODUÇÃO

Os temas abordados no painel foram referentes à crise hídrica, que tem afetado diversos usuários em todo o país, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste (que atualmente permanece sofrendo escassez hídrica), e região Sudeste, que se recupera da seca ocorrida entre 2013 – 2015.

Os palestrantes contextualizaram a situação enfrentada pelos seus estados quanto ao abastecimento de água no período de escassez, apresentando as medidas adotadas para o enfrentamento do processo, as mudanças de hábito e soluções que impactaram positivamente a gestão dos sistemas, as obras para ampliação da capacidade de reserva, mudanças de padrões operacionais e critérios de planejamento, buscando-se apresentar um panorama das lições aprendidas.

O painel foi coordenado pela Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de São Paulo, Dr. Mônica Porto.

2. TEMAS ABORDADOS

2.1. Gestão das Águas do Sistema Curemas-Açu: uma governança de modelos?

Palestrante: Josivan Cardoso Moreno - Presidente do IGARN (Instituto de Gestão das Águas do RN)

O palestrante trouxe, como exemplo de boa prática de gestão de recursos hídricos no semiárido nordestino, a bacia do rio Curemas-Açu, bacia federal pertencente aos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com grande importância para a região.

A bacia constitui-se num sistema integrado e de gestão compartilhada onde há um diálogo permanente e consolidado entre os dois estados.

Foram ressaltados problemas referentes ao arcabouço legal brasileiro existente (aplicado à gestão de recursos hídricos), o qual está mais voltado a regiões com maior disponibilidade hídrica, o que dificulta a gestão em áreas de maior escassez de água; a atual crise financeira que o país enfrenta e o longo período de escassez enfrentado pela região (6 anos de seca consecutivos em 2017), fazendo com que o nível dos reservatórios do sistema permaneça em decaimento permanente.

Em contrapartida, a bacia apresenta um comitê de bacia hidrográfica muito atuante, e diversas ações de mitigação foram implementadas:

- Proibição de irrigação em áreas importantes, priorizando o abastecimento humano e dessedentação animal a partir da aplicação de resoluções conjuntas ANA – IGARN – AESA;
- Implantação de infraestruturas emergenciais para acumulação de água;
- Aumento das campanhas de fiscalização;
- Emissão de autos de infração;
- Interdições cautelares;

- Recebimento de denúncias qualificadas.

Atualmente o sistema permanece em colapso, necessitando de gestão pautada no diálogo contínuo e decisões embasadas tecnicamente, além do planejamento de longo prazo.

2.2. Crise Hídrica no Distrito Federal

Palestrante: Maurício Luduvic - Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

O palestrante Maurício Luduvic abordou a crise hídrica no Distrito Federal. Primeiramente o palestrante contextualizou a situação do DF, o qual possui dois reservatórios principais, sendo eles: o Reservatório Descoberto e o Reservatório Santa Maria. Com os níveis de água em situação de alerta, foi necessário que a CAESB atuasse com ações de enfrentamento à crise hídrica em um curto período de tempo, sendo executadas sete ações de diferentes abordagens em nove meses, sendo elas: campanhas sobre uso consciente da água, redução da pressão diurna das redes, tarifa de contingência, rodízio no sistema Descoberto e Santa Maria, investimentos emergenciais e conclusão da ETA Lago Norte.

Os principais desafios frente à crise hídrica foram:

- Crise de credibilidade, com vários questionamentos (sociedade civil, imprensa, técnicos, dentre outros) quanto à capacidade da CAESB em resolver o problema, tendo-se como desafio recuperar a confiança da população e das instituições;
- Necessidade de envolvimento e aprendizado de todo corpo técnico da CAESB, uma vez que a empresa estava com vários processos licitatórios sendo realizados ao mesmo tempo e, além disso, tiveram que realizar a produção interna de peças não disponíveis no mercado;
- A empresa estava em um momento de queda da receita e aumento dos custos operacionais, de forma que *“a conta não fechava”*. Mas, mesmo assim, era necessário fazer campanhas sobre o uso consciente da água, para que seus clientes reduzissem o consumo;
- Sistema de rodízio no período chuvoso, tendo-se como desafio convencer a população da necessidade de realizar o rodízio, mesmo nesse período.

Os principais resultados alcançados foram:

- Integração, transparência e comunicação (envolvimento de todas as áreas da CAESB para melhoria dos processos da empresa);
- Integração dos sistemas Descoberto e Santa Maria (maior flexibilidade de operação);
- Agilidade no processo de licitação e parceria com outras empresas;

- A CAESB conseguiu chegar ao final da seca com os níveis dos Reservatórios acima da curva de referência.

Atualmente a CAESB está buscando melhorias nos índices de perdas e a conclusão das obras de interligação e dos demais investimentos estruturantes.

2.3. Situação do Abastecimento de Água do Estado do Ceará

Palestrante: Helder dos Santos Cortez – Cia. de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

O palestrante Helder dos Santos Cortez mostrou, em seu diálogo, que o estado do Ceará convive constantemente com a seca, e para garantir água à população do estado e promover o desenvolvimento do mesmo, é necessário viabilizar ações contínuas de planejamento e gestão relacionadas com a seca. A título de exemplo, ressaltou a existência de diversos mecanismos, a saber: comitê integrado de convivência com a seca; grupo de Contingência com reuniões semanais; plano estadual de convivência com a seca; outorgas de direito de uso da água, com dispositivos de restrições e suspensões; criação de grupos de trabalho de segurança hídrica; e processo de alocação de água negociado (participação popular / gestão descentralizada).

Foram então criadas soluções alternativas para a convivência com a seca no estado, tais como: setorização das cidades; Programa de perfuração de poços (4.000 poços instalados nos últimos 3 anos); Adutoras de montagem rápida; Miniadutoras; Unidades móveis de captação de água e ETAs móveis; Uso de ponteiros de rebaixamento de lençol freático (para captação de água subsuperficial); Reúso de água de lavagem de filtros de ETA; Tarifação de contingência; combate às fraudes e vazamentos; Utilização de carros pipa; Campanhas de educação ambiental para promoção do uso racional e do racionamento de água.

2.4. Crise Hídrica na Grande São Paulo

Palestrante: Paulo Massato Yoshimoto – Diretor Metropolitano da SABESP

O palestrante apresentou um panorama da crise hídrica ocorrida em 2014-2015 no Estado de São Paulo. Relatou que o reservatório Jaguari (sistema Cantareira) apresentou, nesse período, a menor vazão em 83 anos de série histórica (probabilidade de ocorrência de 0,004% / TR=250 anos).

Esse evento de escassez hídrica ocorrido no estado foi importante para promover a inserção do assunto na agenda política e fomentar o debate do tema, também, junto à população.

A atuação coordenada da Sabesp possibilitou a implementação de diversas medidas para que a crise hídrica fosse superada:

- A gestão eficiente da empresa foi fundamental, através do envolvimento e visão sistêmica, inovação e competência técnica, experiência, motivação, racionalidade e comunicação;
- Realização de obras de infraestrutura possibilitaram maior integração entre os sistemas e aumento da flexibilidade na operação;
- Foram construídas Estações de Tratamento de Água dotadas de tecnologia de filtração com membranas em tempo recorde (cerca de 6 meses);
- Forte atuação no combate às perdas e adesão da gestão da pressão noturna;
- Programa de bônus/ônus e tarifação de contingenciamento incentivou o uso consciente de água, gerando um custo para a empresa, mas levando a uma grande economia do consumo de água.

Percebeu-se a necessidade de um processo contínuo de planejamento e integração para preparação dos sistemas em caso de futuros eventos de seca de maior magnitude, bem como da necessidade contínua da infraestrutura instalada.

Observou-se que o consumo atual não retornou ao patamar anterior à crise hídrica e que a flexibilidade do sistema após a ampliação da infraestrutura aumentou, gerando uma captação de integração de cerca de 8 m³/s e um aumento de reservação da ordem de 340 milhões de m³, para combater eventos críticos futuros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

Observou-se, no painel, que mesmo cada estado tendo suas particularidades, muitas ações de enfrentamento à crise hídrica foram implementadas de maneira semelhante. Entre as principais ações, destacaram-se:

- Campanhas de conscientização do uso consciente da água para a população, demonstrando a necessidade de engajamento e participação da sociedade no combate à crise hídrica;
- Observou-se que há uma grande necessidade de combate às fraudes e perdas por vazamentos;
- Outro aspecto abordado foi referente à gestão integrada, compartilhada e transparente entre todos os entes envolvidos. O modelo de gestão deve ser adaptável e o diálogo deve ser de cunho político e técnico prioritariamente;
- O planejamento deve ser realizado fora da crise, visto que em meio ao evento de escassez as medidas têm que ser tomadas rapidamente e não há tempo para planejar;
- O planejamento deve ser contínuo e a longo prazo, com a implementação de soluções inovadoras direcionadas à realidade de cada sistema e região;

- Por fim, observou-se que as soluções necessárias - e de fato eficazes - são complexas, exigindo altos investimentos e gestão compartilhada.

Diálogo Setorial E1 – Saneamento Público e ou Privado

Data: 03/10/2017

Horário: 16h15min – 18h15min

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Valder Adriano Gomes de Matos Rocha

Relatora Junior: Beatriz Couto Ribeiro

1. INTRODUÇÃO

O debatedor, Sr. Antônio Cesar inicia o debate fazendo uma retrospectiva do setor de saneamento no Brasil. Afirma que o setor teve início no império. Nos anos 70 criaram-se as empresas estaduais para ganhar escala no processo, houve um sucesso “parcial” com evolução em água, mas em esgoto é uma tragédia. Resíduos sólidos é uma tragédia maior. Nos anos 90 os sinais de esgotamento continuam. Dos anos 80 para cá, pouco avançou. Só Sudeste e Sul, além de Brasília. Se retirarmos as cidades de SP, os números de coleta de esgoto devem cair para cerca de 10% em nível nacional.

A RMSP tem um desafio imenso. As críticas às empresas passam por vários aspectos como, transparência, por exemplo.

Antônio César afirma que sente a falta de alguém de governo na mesa redonda e lança uma provocação ao debate para Rogério Tavares: – Fazer parceria em Piracicaba é fácil... município rico etc. Mas em outros locais?

2. PALESTRANTES

O **Sr. Sérgio Antônio Gonçalves**, diretor nacional da ABES exerceu a função de coordenador do debate. Para as apresentações e debates foram convidados ao palco, os senhores:

i) **Rui de Britto Alvares Affonso**, Diretor econômico Financeiro da SABESP – Companhia de Água e Esgotos do Estado de São Paulo.

ii) **Guilherme Mendonça**, representante do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

iii) **Rogério Tavares**, diretor vice-presidente de relações institucionais da AEGEA Saneamento e Participações S.A.

O **Sr. Antônio César da Costa e Silva**, ex-presidente nacional da ABES foi convidado a exercer a função de debatedor da sessão.

3. APRESENTAÇÕES

A apresentação de Rui Affonso

Rui Affonso inicia sua apresentação fazendo uma contextualização, citando que os objetivos do saneamento básico são: universalização, qualidade, eficiência no uso, gestão e respeito ao meio ambiente. Além disso, cita que das metas do milênio para 2030 definidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e pela União das Nações Unidas – UNICEF, um dos objetivos é assegurar disponibilidade e gerenciamento sustentável de água e saneamento para todos.

Apresenta ainda um panorama da água e do saneamento no mundo mostrando que 2,1 bilhões de pessoas no mundo não têm água potável e que 4 bilhões de pessoas no mundo não têm saneamento seguro.

Traça ainda um panorama do tratamento de água e esgotamento sanitário no Brasil mostrando que a distribuição do serviço de coleta e tratamento de esgoto no Brasil é bastante irregular entre as regiões do país, sendo que 75,3 milhões de pessoas tem atendimento precário ou não tem atendimento e que o investimento requerido para o atendimento do serviço com qualidade ainda é de R\$ 150 bilhões.

Segundo Rui Affonso, para a universalização do serviço há uma necessidade de desconstrução de mitos nas concessões de saneamento básico.

Mito 1 – *Que o público e o privado são situações polarizadas.* Por um lado, a iniciativa pública (o estado) falha em fornecer água de boa qualidade para todos. Por outro lado, a iniciativa privada pensa a água como uma mercadoria, mas este pensamento é inadequado do ponto de vista da universalização dos serviços.

Mito 2 – *A visão histórica do público e do privado.* Nos países da OCDE a delegação de serviços de água existe há mais de 200 anos e o provimento desses serviços assumiu caráter público ou privado nas companhias de saneamento ao longo da história.

Mito 3 – *Natureza do produto versus forma institucional.* Não é sustentável pensar a água somente como um bem público, fornecido unicamente por uma empresa pública ou como uma mercadoria, fornecida por uma empresa privada. Ambos os pensamentos devem existir de forma complementar.

Mito 4 – *Privado eficiente versus público ineficiente.* A empresa privada visa custos, preços e lucros. A empresa pública visa modicidade tarifária, universalização e subsídio cruzado. Havendo regulação do setor, pode-se obter aumento de eficiência, geração de concorrência em detrimento de um monopólio natural permitindo coexistir ambas as iniciativas de forma sustentável.

Mito 5 – *Fronteiras estanques entre o privado e o público.* A empresa privada deve visar objetivos públicos como: sustentabilidade, meio ambiente, políticas de gênero e políticas sociais. A empresa pública deve visar objetivos privados como: governança, lucros, gestão operacional e gestão de riscos.

Rui trouxe uma interessante provocação de Joseph Stiglitz (1998): – *Em discussões passadas, alguns setores eram tipicamente públicos, ao passo que outros tipicamente privados. No presente, a questão é colocada de uma perspectiva diferente: “Como Governo e setor privado podem atuar em parceria e de maneira complementar?” Ações governamentais podem não somente melhorar o comportamento dos participantes no mercado como também atender aos interesses públicos.*

Rui estabelece um paralelo entre o setor de saneamento e o setor de energia elétrica. No setor elétrico há uma grande rede de empresas prestadoras (geração, transmissão e distribuição), um mercado pulverizado, mas uma única agência reguladora, a ANEEL, além de a concessão ser federal. Enquanto o setor de saneamento por ter titularidade municipal apresenta uma pulverização do poder concedente, regulador que pode ser estadual ou municipais, uma cadeia integrada (água e esgoto), mas uma única companhia prestadora. Obviamente, por isso, o setor de energia é mais avançado que o setor de saneamento.

Rui apresenta o modelo SABESP: (i) Objetivos públicos de longo prazo; (ii) Acionistas privados, incentivos privados e (iii) alinhamento de interesses. Assim, a

taxa de variação dos investimentos aumentou de -31% em 2000-2004 para 140% em 2007-2015. E que o modelo da SABESP tem aprofundamento a partir: (i) Do aumento do capital acionário privado; (ii) Do aumento de investimentos para “fazer mais” e (iii) Dos vetores de eficiência para “fazer melhor”.

A apresentação de Guilherme Mendonça

O palestrante iniciou ressaltando pontos importantes que devem ser levados em consideração, seja a prestação dos serviços de saneamento básico, público ou privado.

Entre eles, destacou o fato do usuário ser indiferente em relação a prestação pública ou privada dos serviços. Segundo sua análise, para o usuário os aspectos mais relevantes para o usuário seriam a disponibilidade, qualidade e tarifa “justa” dos serviços de saneamento básico.

Outro ponto se refere à titularidade dos serviços de saneamento básico, que sempre deve ser pública. Apesar disto, há que se avançar na forma como são compreendidos e lidados juridicamente, os ativos reversíveis e irreversíveis relativos aos serviços de saneamento básico, além da necessidade de fiscalização e regulação do setor.

Por último enfatiza a necessidade de se ter no setor de saneamento básico estratégias mescladas de atuação entre empresas públicas e privadas. Já que as execuções de investimentos no setor de saneamento básico estão abaixo do necessário para universalização e, paralelamente, nos encontramos em um cenário de crise fiscal do Estado.

Dito isto, o palestrante inicia por apresentar como se dá a Edição do **Programa de Saneamento do BNDES**. Atualmente, o BNDES tem apoiado os estados na estruturação de projetos de participação privada – concessão comum, PPP ou privatização – com objetivo de universalizar água e esgoto.

Tais projetos pressupõe a realização de um serviço regionalizado que consiga atingir sua sustentabilidade financeira no longo prazo ganhos de escala, por meio do compartilhamento de ativos, subsídios cruzados e realização de licitações competitivas. Segundo informações do palestrante, o programa tem atuado, de forma mais forte, nas regiões Norte e Nordeste do país, além disto apresentou um cronograma das ações do programa.

Por fim, foram destacados os principais desafios do programa executado pelo BNDES, entre eles: (a) necessidade de reforçar capacidade institucional e técnica de agências reguladoras estaduais e/ou regionais que garantam cumprimento dos contratos dos operadores; (b) criação de modelos jurídico-institucionais que viabilizem a regionalização da prestação de serviços e; (c) fortalecimento do arcabouço institucional para fiscalização e regulação das concessionárias de saneamento.

A apresentação de Rogério Tavares

O palestrante inicia reforçando a ideia de que as metas pretendidas para o setor de saneamento básico, de universalização e eficiência não estão sendo cumpridas. E

que para alcançá-las é necessária uma colaboração financeira e técnica entre os setores público e privado. Tais colaborações se materializariam na forma de concessão, subconcessão plena e parcerias público-privadas (PPP).

Dito isto, apresenta dados da dimensão dos investimentos privados realizados: “segmento privado detém 6% do mercado e 20% dos investimentos no setor entre os anos 2013 e 2015” (ABCON, 2017). Além disto, defendeu que as empresas privadas de saneamento básico não atendem apenas a grandes municípios, mas que também são atendidos em sua maioria municípios enquadrados como de pequeno porte.

Por fim, em sua fala destaca a importância de ações de Responsabilidade Social das empresas de saneamento básico junto a população através de ações que visem a educação, renda e qualidade de vida da comunidade atendida a fim de adquirirem a denominada “licença social” para a prestação do serviço.

4. PERGUNTAS DA PLATEIA

1º) Para o Sr. Guilherme: *A CEDAE tem lucratividade, investimentos, isenção tributária definida pela secretaria do tesouro, como pode ser privatizada uma empresa com essa disponibilidade de investimentos? Será que existe alguma empresa privada com essa capacidade para investir?*

Resposta do Sr. Guilherme: Na verdade a venda da CEDAE, tem como foco (o estado) é vender as ações da CEDAE como garantia da entrada de recursos para o estado. Vender uma empresa estadual de saneamento é muito difícil.

O BNDES olha para a CEDAE com o olhar de não vamos fechar portas nesse momento, não vamos travar um modelo único. Escopo deve ser amplo. Propor modelos de subconceder o serviço. Resolver a crise fiscal do RJ, mas resolver (como foco) o problema do saneamento do RJ.

A visão dele não é vender a empresa a qualquer custo, mas universalizar o saneamento.

Resposta do debatedor Antônio César: O powerpoint do cronograma foi desacreditado.

Comentário do Rogério: citou um exemplo de uma ppp no rio para esgotamento sanitário que parou por causa da crise fiscal no RJ.

2º) Para o Sr. Rogério: *No caso de Piracicaba, os investimentos tiveram qual origem, pública ou privada?*

Resposta do Sr. Rogério: Parte é pública, parte é contrapartida privada. 70% investimento, 30% contrapartida do operador privado.

3º) Para o Sr. Rogério: *Existe interesse da AEGEA em expandir suas atividades?*

Resposta do Sr. Rogério: Participar de processos que, acredita, ser interessantes e bem montados.

4º) Para TODOS: *Como se posicionam sobre indenização quando a prestação passa para outra empresa, outro município?*

Resposta do Sr. Rui: Considera a questão central. A ideia de um pacto entre empresas públicas e privadas é fundamental. Tem leis que pegam, tem as que não. É ingênuo achar que a mera implementação de uma lei é suficiente (Lei 11.445).

Resposta do Sr. Rogério: Investimento não amortizado tem que ser pago, óbvio. Tem que valer.

Resposta do Sr. Guilherme: Há dificuldades com relação às empresas para reconhecerem seus próprios ativos, o ressarcimento é devido, muitas vezes é difícil calcular.

5. DEBATE, DESAFIOS, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

As privatizações das empresas de saneamento não podem ser moeda de troca. Muitas vezes tem que mexer em leis para viabilizar o setor. Nesse caso, pode-se até desestabilizar o setor com mudanças errôneas nas leis. Temos que ter a conscientização de que todos estamos aqui em prol da universalização do serviço.

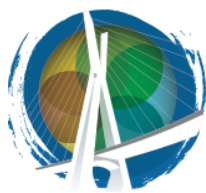
Saneamento melhor, acarreta longevidade maior.

É necessária a colaboração das instituições públicas e privadas para alcançar a universalização do saneamento básico no Brasil.

Atualmente as metas de universalização se mostram inatingíveis, ainda mais em um contexto de crise fiscal.

Novas Perspectivas: o Mercado de Capitais está sendo apontado como o principal financiador do setor de saneamento, pois outras fontes de recursos estão mais caras, já que há também uma escassez de recursos não-onerosos disponíveis.

Há a necessidade das empresas públicas e privadas tornarem-se mais eficientes.



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel E2 – A Nova Proposta de Legislação para o Licenciamento Ambiental: Avanço ou Retrocesso

Data: 03/10/2017

Horário: 16h15min – 18h50min

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relatores

Amanda Cerqueira Carvalho

Rosana Maria Henrique

1. INTRODUÇÃO

O presente painel teve como principal objetivo discutir a nova proposta de legislação do Licenciamento Ambiental, relacionada a PL 3729/2004 que se encontra, na presente data, pronta para inclusão na pauta de votação do Congresso Nacional. O painel contou com três palestrantes e um debatedor pertencentes aos setores governamental, de consultoria e do terceiro setor que, ao longo de suas participações discorreram sobre:

- O cenário do licenciamento ambiental: conquistas, desafios e oportunidades;
- Desafios e dificuldades no campo legal e enfrentados pelos atores que operam na área;
- Instrumentos estratégicos de agilização do processo de licenciamento;
- Visões sobre o projeto de lei propriamente dito;
- Sugestões de encaminhamentos.

2. PALESTRANTES

Cláudio Langone – Paradigma Soluções em Gestão Ambiental

Instrumentos de planejamento na agilização do Licenciamento Ambiental

Eduardo Trani – Secretário adj. de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

A visão do órgão estadual frente às alterações na legislação ambiental

Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro – Fundação SOS Mata Atlântica

A visão das ONGs frente às alterações na legislação ambiental

Dra. Renata Vilarinho – Advogada Ambiental na Souto Correa Advogados

Debatedora

3. APRESENTAÇÕES

Cláudio Langone

- O licenciamento ambiental enfrenta uma situação contraditória: se por um lado as mudanças são necessárias e afloram justamente em períodos de estabilidade econômica e com elevada demanda de licenciamento, por outro, nos períodos de baixa demanda, que se dispõe de melhores

condições para promover as análises e discussões necessárias as alterações;

- O atual cenário político oferece um contexto de alto risco para mudanças na área ambiental, especialmente se tratando do licenciamento.
- O Projeto de Lei tramita sob um viés conservador, não promoveu a discussão da essência do licenciamento ambiental, além de terem sido incluídas emendas para favorecer determinados setores;
- Dentro desse contexto político desfavorável, o sentimento geral é de que há falta de gestão e muita interferência política;
- O licenciamento ambiental apresenta mais problemas fora, do que dentro dele. A utilização de instrumentos de avaliação ambiental estratégica no processo traz reflexos positivos;
- Ainda que órgãos ambientais tenham feito uso de instrumentos de avaliação ambiental estratégica para o licenciamento ambiental, ainda há controvérsias, pois em alguns casos o uso dos mesmos não trouxe mudanças ou os resultados esperados;
- No setor elétrico, por exemplo, o uso da avaliação integrada de bacias significou um avanço, porém, no caso das usinas hidrelétricas no Rio Madeira acabou originando um EIA equivocado. Já no Rio Grande do Sul, no caso do licenciamento das PCH's, os resultados foram positivos. No setor de petróleo, a normativa que estabelece o procedimento de avaliação ambiental prévia ficou na gaveta;
- Já a Lei Complementar 140/2011 "desfederalizou" os procedimentos que antes de sua vigência, concentravam-se apenas no âmbito da União Federal, sendo assim, os entes federativos podem atuar de forma autônoma, indistintamente e cumulativamente sobre as matérias discriminadas no artigo 23 da Constituição Federal, podendo ainda sobrepor-se uns aos outros, o que gera uma enorme insegurança jurídica, já que há a falta de equilíbrio na atuação simultânea dos entes, em prol da defesa do meio ambiente;
- Em nome da "funcionalidade" mantem-se o conservadorismo, no lugar de realizar as mudanças necessárias no licenciamento ambiental. Quem quer mudar? O Ministério do Meio Ambiente? O Ministério Público? As empresas? Tal situação se justifica porque não existem Termos de Referência-TR padrão por grupos de tipologias. O *checklist*, que na verdade é um procedimento primário, acaba sendo usado como avaliação de mérito;
- Ao comparar 10 TR e 10 licenças prévias constata-se que 95% deles são iguais. Ou seja, é consumida energia burocrática para produzir documentos exatamente iguais. Não é preciso esperar que o Projeto de Lei seja aprovado para se ter um TR padrão para os grupos específicos de tipologias. Há, de fato, a necessidade de normatização, o que leva a uma série de medidas no plano infralegal;
- Há a necessidade de envolvimento dos setores responsáveis pelas tipologias para discutir o Licenciamento Ambiental. Muitas normativas

estabelecidas pelos diplomas legais “caem de paraquedas” para serem aplicados pelos técnicos da área. Deve-se consultar os técnicos, empresas e demais entidades a fim de fazer algo que realmente faça sentido na sua aplicação, pois o sentimento geral é de exclusão dos técnicos e corporações do processo de elaboração de diplomas legais;

- O Ministério Público tem uma forte resistência à Portaria Interministerial 419/2011, por restringir a participação dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento. Já a Portaria Interministerial 60/2015, que revoga a 419/2011, estabelece um fluxo entre o órgão licenciador e os intervenientes, mas ainda não resolve o impasse. Os anexos da Portaria, além de contraditórios, por não ter ocorrido uma discussão conjunta entre os elaboradores, também excluiu profissionais dos estudos ambientais previstos;
- A implementação da Convenção 169 da OIT foi ratificada no país, porém, não é regulamentada e há forte movimento dos setores de estrutura para não ocorrer à regulamentação. Qualquer medida tomada no licenciamento ambiental, que afete os povos indígenas e tribais deve contar com consulta aos mesmos;
- A Portaria Interministerial 60 é uma forma de incluir os povos indígenas e tribais nas discussões do licenciamento ambiental, porém, ela não regulamentava a Convenção 169. Ou seja, sem regulamentação ocorrem duas consultas. Deve ser construída uma racionalidade para evitar esse tipo de situação.

Eduardo Trani

- No ponto de vista estratégico, o sistema de licenciamento ambiental do Estado de São Paulo é um dos mais organizados;
- O Estado participa do debate nacional do Projeto de Lei e defende o alinhamento total dos dispositivos legais, a adoção de instrumentos de planejamento estratégico, além de considerar que no momento atual deve-se recuperar o debate da temática dos instrumentos estratégicos. Possuindo o maior número de documentos (EIA e RIMA), conta com sala de cenários para agilizar o processo de levantamento de dados, permitindo a consulta pública aos mesmos;
- O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) cumpre sua função histórica auxiliando na resolução das dificuldades do licenciamento e possui impacto muito grande neste, além de apoiar as atividades de fiscalização e integração das políticas sociais;
- O ZEE no âmbito federal é propositivo. No âmbito estadual é utilizado como instrumento básico e referencial para o planejamento ambiental e a gestão do processo de desenvolvimento;
- As principais experiências da Secretaria do Meio Ambiente em Zoneamento Ambiental e Planejamento Territorial são: Lei dos Mananciais, Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental das APRM da RMSP, Gerenciamento Costeiro (ZEE Litoral Norte e Baixada Santista),

Macrozoneamento do Mogi-Pardo, Macrozoneamento do Pontal do Paranapanema, Zoneamento Ambiental Minerário do Vale do Paraíba, Plano de Bacias Hidrográficas, Unidades de Conservação e Planos de Manejo no Estado, Zoneamento Agroambiental do Setor Sucroenergético e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

- A viabilização dos instrumentos do ZEE só se dará em bases participativas, ou seja, com o envolvimento de secretarias e órgãos do estado, dos setores econômicos, empresariado, terceiro setor, ambientalistas, universidades, dentre outros;
- De modo geral, há necessidade de se discutir com os diversos setores a vulnerabilidade, não somente ambiental, mas também a social;
- Caso a PL passe a vigorar, as principais dificuldades no Estado de São Paulo estarão ligadas a mudança radical dos procedimentos de licenciamento e ao retrocesso no processo.

Malu Ribeiro

- Histórico do Projeto de Lei que tramita no congresso: 15 Projetos de Lei foram feitos para uma lei geral do Licenciamento Ambiental. Uma comissão do Ministério do Meio Ambiente aprovou um texto substituto que uniu os 15 PLs, rejeitando alguns pontos, culminando na criação do texto base do PL, que foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente.
- Alguns setores trouxeram suas contribuições para o texto do PL, com chancela da casa civil (que cedeu a pressões setoriais), como os setores de minas e energia. Inclusive, o então presidente do Senado afirmou que o Licenciamento Ambiental deveria ser Via Rápida;
- O Projeto de Lei tramita num contexto político desfavorável, não sendo conhecido pela sociedade, já que foi alterado pelo menos 13 vezes desde a aprovação do texto base. Tais alterações são baseadas em interesses setoriais e contexto social, não levando em conta questões locacionais e de biomas, por exemplo;
- O Licenciamento Ambiental deve ser um instrumento estratégico de política pública, oferecendo transparência, participação e melhoramento das condicionantes, além de garantir direitos;
- O texto legal do PL, que deveria ser orientador está se transformando em uma lei de exceção, focado na dispensa de licenças e não no processo de licenciamento em si. A PL atual faz com que o Licenciamento Ambiental seja um mero carimbo;
- Deve-se tratar com seriedade a avaliação ambiental estratégica, com o olhar para o licenciamento ambiental integrado. O desmonte dos órgãos ambientais fica longe desse cenário;
- Há pressão setorial para a mudança das leis do SNUC;
- Aceitar a expertise dos corpos técnicos dos órgãos ambientais ao negarem licenças quando o empreendimento comprovadamente é ruim; e

- O Licenciamento Ambiental é um instrumento burocrático e caro por não haver uma regra legal e ausência de normatização;
- A Avaliação Ambiental Estratégica - AEE possibilita a redução da burocracia e permite o estudo das condicionantes e o acompanhamento do cumprimento das mesmas. O aperfeiçoamento do AEE é possível.

Renata Vilarinho

- No Artigo 12 do PL consta que é de competência de cada órgão do SISNAMA estabelecer suas regras de licenciamento. Esperava-se, contudo que o PL mantivesse a autonomia dos estados, mas dentro de um rito único estabelecido;
- Descentralização do Licenciamento Ambiental: poderá ocasionar um cenário de guerra fiscal entre os estados, pois os empreendedores irão procurar o estado com o licenciamento mais fácil. Tal situação também poderá ocasionar a redução do rigor na condução da avaliação ambiental, ocorrendo um nivelamento com base nas medidas menos restritivas, e não o contrário;
- Guerra Ambiental: não há como tratar dos direitos de uma forma tão irresponsável como está sendo proposto no PL. Cenário político atual faz com que o PL seja uma colcha de retalhos e uma guerra de interesses;
- Problemática: Há uma falsa sensação de eficiência em acelerar o processo de licenciamento ao retirar os órgãos intervenientes no processo de licenciamento. Tal situação exclui as necessidades específicas do local a sofrer interferências;
- Com o PL, a intenção do governo é que os órgãos intervenientes não participem do licenciamento, porém, há situações em que isso já ocorre, mesmo sem o PL estar vigorando.

4. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Cláudio Langone

- O Projeto de Lei que tramita no Congresso, da forma que se apresenta, promoverá um elevado risco de: ocorrerem movimentos em favor dos setores de estrutura; aumentar a judicialização devido ao "festival de assimetrias" acarretado pelo não estabelecimento de níveis de exigências, por tipologia de atividade; tornar o processo de licenciamento superficial; e provocar a guerra fiscal entre estados.
- A participação de órgãos intervenientes no licenciamento ambiental deve ser limitada, ou seja, devem ser ouvidos, no entanto a decisão sobre a emissão das licenças deve ser do órgão licenciador responsável.
- Setores usam a bancada ruralista para pleitear interesses na facilitação do Licenciamento Ambiental.

Eduardo Trani

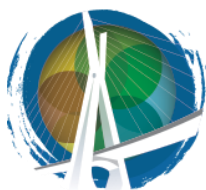
- O PL deve ser usado para o aprimoramento do Licenciamento Ambiental e não criar brechas para que ocorram guerras fiscais entre os Estados.
- O Estado de São Paulo continuará firme com seus procedimentos de licenciamento, apesar da iminência de aprovação do PL.
- Há necessidade de promover debates sobre os instrumentos estratégicos, tais como o ZEE; proceder a revisão das legislações de controle ambiental, a vinculação do ZEE aos mecanismos de uso e ocupação do solo, e a implementação de mecanismos para promover seu regramento.
- No Estado de São Paulo, o CONSEMA/SP, no conduzir as audiências públicas, dentre outras atribuições; as Câmaras Ambientais e a Sala de Cenários da CETESB, desempenham funções estratégicas importantes para garantir a participação da sociedade nos processos decisórios.

Malu Ribeiro

- A burocracia é um "grande veneno", mas não é com a flexibilização dos processos é que vamos vencê-la.
- As ONGs reunidas com o relator do Projeto de Lei afirmaram que: meio ambiente não é "moeda de troca" e devido o texto do documento não ser de conhecimento da população, não permitirão que sejam realizadas as famosas "emendas de coxa".
- O Brasil deveria trazer para si a experiência do modelo adotado pela Agência Ambiental Americana – EPA, no qual a Agência Ambiental é desvinculada do Ministério.

Renata Vilarinho

- Desconsiderar a opinião dos órgãos intervenientes na fase de implantação do empreendimento acarreta, via de regra, a interrupção da operação do empreendimento. A título de exemplo: se um empreendimento for licenciado em área indígena, sem levar em conta a opinião da FUNAI, interferências da população indígena ao longo da operação da atividade serão iminentes.
- Há um claro interesse da bancada ruralista na facilitação do Licenciamento Ambiental.



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Diálogo Setorial G1 – O Planejamento do Setor: A Revisão do PLANSAB e os Entraves para a Ampliação do Atendimento e o Aumento da Eficiência

Data: 04/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Sara Bursztejn

Relatora Junior: Tamara Barbosa Passos

Coordenador: Mario Cezar Guerino – Diretor da ABES Centro-Norte

Moderador: Darci Barnech Campani – Vice-Presidente de Planejamento da AIDIS

I. Síntese do Conteúdo das Palestras e Debates

Painel 1: Ernani Ciríaco de Miranda - Diretor do Departamento de Planejamento e Regulação do Ministério das Cidades

Temas abordados:

- O PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico, aprovado em dezembro de 2013, com horizonte de plano de 20 anos – período de 2014 – 2033, com previsão de ser revisado a cada 4 anos, contempla as 4 modalidades: Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- Aspectos da Revisão do PLANSAB prevista para 2018;
- Sugestões para incluir novos temas no PLANSAB;
- Macro diretrizes em número de 44 e diretrizes estratégicas são 137, que contemplam o atual Plano.

Questões relevantes:

- Universalizar o abastecimento de água, esgotamento sanitário e a coleta dos resíduos sólidos nas áreas urbana e rural;
- Entre as sugestões que o Ministério das Cidades recebeu é de enxugar o Plano, estendendo o prazo final;
- Brasil é signatário da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ONU), que prevê a universalização para o ano 2030;
- Foram destacados 3 Programas do Plano, a saber: - P1: Saneamento básico integrado, que prevê investimentos em ações estruturais nas áreas urbanas; - P2: Saneamento rural, povos indígenas e comunidades tradicionais; e P3: Saneamento estruturante, que apoia a gestão dos serviços com vistas à sustentabilidade, adequando atendimento com recorte no território municipal e a integralidade das ações de saneamento básico;
- Está previsto um comprometimento para executar R\$ 40 bilhões;
- Previsão de recursos com 60% de agentes federais e 40% de outros agentes.

Desafios:

- Garantia de investimentos/recursos;
- Conseguir viabilizar os investimentos necessários dentro do horizonte do plano;
- Dificuldade no monitoramento e avaliação por limitações de acesso às informações.

Sugestões, recomendações e propostas:

- Posição do palestrante contrário à redução das metas, com exceção de lixões e vazadouros a céu aberto;
- Sugestão para o Plano explorar mais as fontes de recursos para investimento (OGU, BNDES, tarifa, orçamento dos Estados e Municípios);
- Havendo a possibilidade de tais investimentos, utilizar como base a iniciativa privada;
- Surgiram algumas avaliações que preveem a inversão dos percentuais, sendo 60% por outros agentes e 40% por agentes federais.

Em síntese, o painelista defende o ingresso de recursos de outros agentes que não os estatais, sem os quais não vê condições de atender as metas previstas no Plano. Destacou a importância do acesso às informações e a importância da melhoria na gestão.

Painel 2: Sérgio Ayrimoraes Soares – Superintendente de Planejamento da Agência Nacional de Águas

Temas abordados:

- Subsídios do Atlas Água e Atlas Esgotos para o PLANSAB:
- A importância da segurança hídrica, nos aspectos quantitativos e qualitativos, para garantir a universalização.

Questões relevantes:

- Os Atlas de água e de esgoto elaborados pela ANA mostram um panorama da água e do esgoto no Brasil.
- O planejamento e a segurança hídrica também devem ser levados em consideração no PLANSAB.
- Ressaltou a importância de planejar considerando a interface do manancial e do corpo receptor, buscando segurança hídrica em quantidade e qualidade.
- Destacou a importância de gestão (medidas estruturantes) para poder viabilizar as medidas estruturais.
- A importância do comprometimento de agentes financeiros, reguladores, órgãos de meio ambiente e controle para a universalização.
- Crises hídricas → agravantes: Programa de controle de perdas de água não foi considerado no Atlas.
- Falta de investimentos e não seguimento do planejamento existente dificulta ações do setor.
- 70% das cidades não possuem ETEs.

Desafios:

- Fazer com que as instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e saneamento trabalhem de maneira conjunta e coesa.

Sugestões, recomendações e propostas:

- Implementação e revisão do PLANSAB, como referência para planos de saneamento e de recursos hídricos;
- Organização de arranjos institucionais que viabilizem a efetividade das obras a implantar;
- Ênfase para investimentos em infraestrutura hídrica e gestão;
- Construção de um pacto entre agentes financeiros, reguladores, órgãos de meio ambiente e de controle.

Painel 3: Rogério de Paula Tavares - Vice-Presidente de Relações Institucionais da AEGEA

Temas abordados:

- Apresentou AEGEA: operador privado de Serviços de Saneamento, atendendo 48 Municípios em 10 Estados;
- O cenário dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), onde apenas 30% dos Municípios fizeram o PMSB;
- Panorama dos Financiamentos e taxas de juros;
- Cooperação do setor privado.

Questões relevantes:

- Para obter os recursos o Município tem que ter o PMSB.

Desafios:

- Planejamento e gestão frágil;
- Garantia de Fontes de financiamento;
- A disponibilidade de recursos a fundo perdido estará cada vez mais reduzida.

Sugestões, recomendações e propostas:

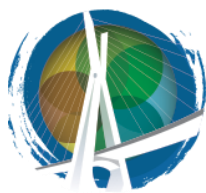
- Sem melhorar a gestão, não será possível a universalização;
- A reformulação do PLANSAB tem que focalizar o Planejamento;
- Há necessidade de buscar outras fontes de financiamento, tendo em vista que os orçamentos públicos não terão condições de desempenhar o papel tradicional;
- Cooperação entre o setor público e privado é essencial para a universalização.

Debate - Moderador: Darci Barnech Campani – Vice-Presidente de Planejamento da AIDIS

Destacou:

- O PLANSAB foi aprovado por Conselhos, para enfatizar a sua legalidade;
- A Política Nacional de Resíduos Sólidos é muito forte na questão social;
- Citou 4 elementos necessários para a efetivação do PLANSAB:
 - 1) Monitoramento;
 - 2) Recursos;
 - 3) Formar profissionais;
 - 4) Importância do Planejamento.

Manifestou-se contrário à mudança das metas do PLANSAB.



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel G2 – Saneamento em Favelas e outras Áreas de Ocupação Irregular

Data: 04/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Iara Regina Soares Chao

Relatora Junior: SâmiaRafaela Maracaípe Lima

1. INTRODUÇÃO

A principal questão que se discute no Brasil é a universalização do saneamento. Não faz sentido falar em universalização se não se consegue atender e integrar com um padrão mínimo de qualidade de serviços todas as regiões de uma mesma cidade. E nesse contexto, são imprescindíveis políticas públicas e arranjos institucionais para garantir a qualidade de vida dessa população.

2. PALESTRANTES

Coordenador: Engº Dr. Alceu Guérios Bittencourt

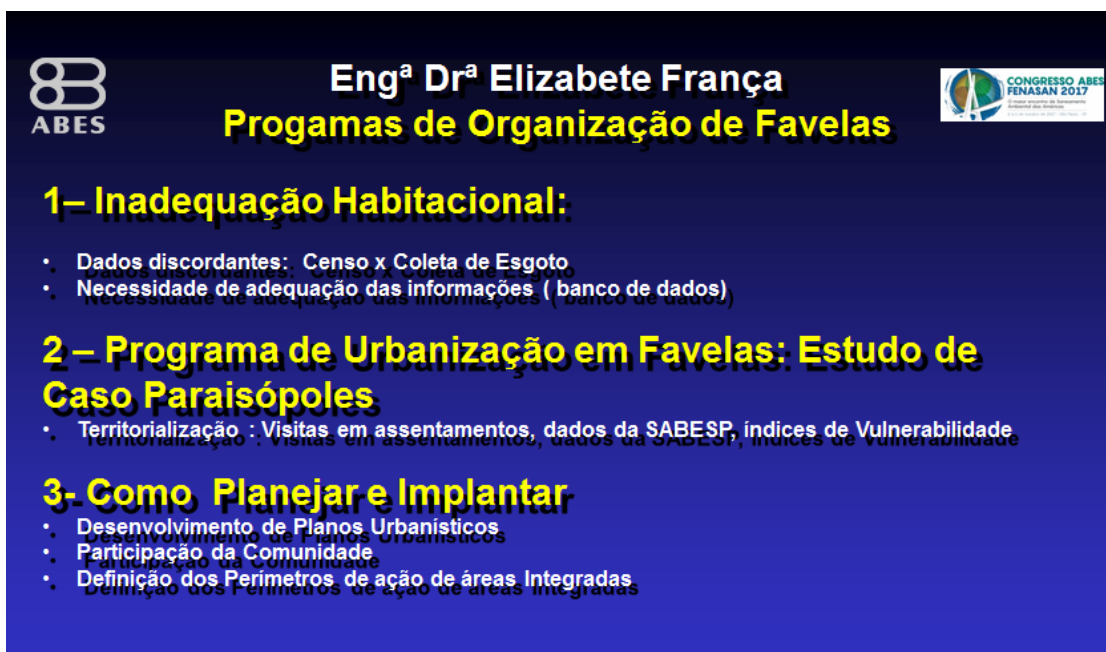
Arquiteta Drª Elizabete França

Engª Drª Luciane Skrebsky de Freitas

Engº Dr Luis Alfonso Alvestegui

Engº Dr Luiz Paulo Vellozo Lucas

3. PARTE 1 - APRESENTAÇÕES



The slide is a presentation slide with a dark blue background and yellow text. It features the ABES logo in the top left corner and a small logo for 'CONGRESSO ABES FENASAN 2017' in the top right corner. The main title is 'Engª Drª Elizabete França' followed by 'Programas de Organização de Favelas'. The content is organized into three numbered sections: 1- Inadequação Habitacional, 2 - Programa de Urbanização em Favelas: Estudo de Caso ParaísoPoles, and 3- Como Planejar e Implantar. Each section has a list of bullet points.

Engª Drª Elizabete França
Programas de Organização de Favelas

1– Inadequação Habitacional:

- Dados discordantes: Censo x Coleta de Esgoto
- Necessidade de adequação das informações (banco de dados)

2 – Programa de Urbanização em Favelas: Estudo de Caso ParaísoPoles

- Territorialização : Visitas em assentamentos, dados da SABESP, índices de Vulnerabilidade

3- Como Planejar e Implantar

- Desenvolvimento de Planos Urbanísticos
- Participação da Comunidade
- Definição dos Perímetros de ação de áreas Integradas

1- Programa Consumo Responsável:

- Estudo de Caso em vilas ou favelas em Porto Alegre;
- 267 favelas;
- Perdas físicas de 50%;

1.2 Critérios para Implantação do Programa

- A área deve ter no mínimo 5 anos e estar em processo de regularização fundiária para inclusão no projeto social;
- Setorização com no máximo 50 economias;
- Não existe medição individualizada;

1.3- Resultados:

- Redução de 53% no consumo médio de água e 31% no volume total;
- Redução de 9% de perdas;

1– Case: Santa Cruz de La Sierra

- Fechar o ciclo da cadeia de serviços;
- Diversidade de soluções técnicas;
- Vontade política para avançar;
- Mesma qualidade para as diferentes classes sociais.

2 – Visão Multisetorial dos Programas Sociais

3 – Enfoque para planejamento de inovações tecnológicas

- Garantir que o atendimento centralizado e o descentralizado tenham a mesma qualidade para as diferentes classes sociais;
- Importância do gerenciamento do lodo de esgoto;

1 – Aspectos Institucionais Legais e Obstáculos para o Enfrentamento das Intervenções em Favelas

- Poder Local- necessidade de se fazer um diagnóstico para cada caso;
- Criação de um Fundo Nacional;
- Enfrentamento Multisetorial.

2 – Integração entre os Governos Municipal e Estadual

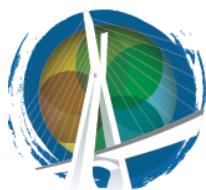
- Condução de programas e projetos pelo poder local;
- Exemplo citado: Paraisópolis apresenta uma população maior que muitas cidades brasileiras;
- PDUIs – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado;
- Criação de agências reguladoras que elimine os conflitos entre estados e municípios;
- Ampliação do prazo de implantação de PDUIs.

4. PARTE 2 – DEBATE

Os palestrantes de uma forma geral buscaram destacar a importância de projetos de intervenções urbanísticas na busca pela integração entre a cidade e a favela. Foram mostradas algumas modalidades e tipologias de intervenções, abordaram-se questões referentes aos custos da urbanização, às estratégias pós-urbanização e aos desafios que ainda persistem para que ocorram intervenções urbanas com enfoque no saneamento de favelas, que mostram que não temos ainda políticas públicas para essas áreas e que arranjos institucionais são imprescindíveis para garantir a qualidade de vida dessa população.

5. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

- Universalizar os serviços de saneamento também em área de favela e de ocupação irregular;
- Garantir qualidade de serviço independente da classe social;
- Criar um Fundo Nacional específico para adequação de áreas de favelas e de ocupação irregular;
- Necessidade de ampliar o debate sobre privatização de serviços nessas áreas;
- Importância de instituir governança local;
- Reavaliar o Estatuto das Metrópoles;



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel G3 – A Eficiência da Operação

Data: 04/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Fábio Divino dos Santos³

Relatora Junior: Jéssica Spadoni⁴

³ Contato: Cel. (62) 99285 0083; e-mail: fabiosantos@saneago.com.br

⁴ Contato: Cel. (65) 99988 1812; e-mail: arqspadoni@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse painel foi discutir experiências no âmbito operacional dos sistemas de saneamento, contando com a participação de empresas públicas e privadas que relataram suas experiências sobre o tema em questão.

2. PALESTRANTES

Alessandro Siqueira Tetzner – Gerente de Gestão da Qualidade e Relações Institucionais da SANASA

Leonardo Righetto – Diretor do Grupo Águas do Brasil

Jalles Fontoura Siqueira – Presidente da Saneago

Marcelo Depexe – Engenheiro da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Operacional - SANEPAR

Glauco Souza – Gestor da Unidade de Desenvolvimento Operacional - Embasa

3. PARTE 1 – APRESENTAÇÕES

O Painel se iniciou com o Sr. Alessandro Tetzner, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da empresa Municipal de Saneamento (SANASA), falando sobre a Eficiência na Administração Pública e na Administração de Empresas de Saneamento, relatando algumas experiências de sucesso em âmbito municipal, com enfoque aos resultados de Campinas/SP.

A SANASA possui um Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela Norma ISO 9001, e graças à implementação de padrões operacionais, conseguiu melhorar a qualidade da água produzida e distribuída para a população. Ganhos expressivos também foram alcançados com o estabelecimento de práticas laboratoriais, gerando economia e aumento da confiabilidade dos resultados.

Outro procedimento apresentado é o de combate a perdas de água, um trabalho contínuo iniciado em 1994. Essa ação conseguiu reduzir o Índice de Perdas no Faturamento de 34,6% (1994) para 12,5% em 2016 e, atualmente, as obras realizadas levam em consideração esse fator, seja em novos trechos ou na substituição de trechos antigos de redes de distribuição.

Por fim, finaliza sua palestra comentando sobre a Estação Produtora de Água de Reuso Capivari II, que utiliza sistema terciário de tratamento de efluentes, com o uso de Ultra filtração, com objetivo de fornecer água de reuso ao parque industrial de Campinas e região. Tal implantação resultou em maior simplicidade no processo de tratamento, gerando excelentes resultados e ganhos à Sociedade, Clientes, Meio Ambiente e à própria SANASA.

O Sr. Leonardo Righetto relatou duas experiências operacionais. Primeiramente, apresentou o SiGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional, que

foi desenvolvido face à necessidade de se monitorar a operação de ETA's e ETE's. O Sistema foi desenvolvido internamente, melhorando a interação de profissionais de diversas áreas da empresa, objetivando o entendimento de cada fase do processo e sua inter-relação. Com a implantação do Sistema foi se construindo um banco de dados operacionais, elevando a Eficiência na Administração dos Recursos da Empresa (Planejamento, Mobilidade, Controle de Dados e Estoques, etc). As ações administrativas são orientadas, em grande parte, pelas informações geradas pelo Sistema de Gestão Operacional.

Outra experiência relatada foi o trabalho de Educação Corporativa chamado de "Trilhas do Conhecimento", que objetiva o nivelamento do conhecimento operacional da empresa, gerando conhecimento no local de trabalho e funcionando como diferencial competitivo no Mercado.

O primeiro ciclo formou 41 Gestores na empresa, de maneira que alguns foram selecionados como multiplicadores, os quais replicaram o conhecimento adquirido para um público de 387 colaboradores da operação de água e esgoto. Para o futuro a empresa deseja expandir esse projeto para os setores de manutenção, dando continuidade ao projeto de educação corporativa.

O Presidente da Saneago, Sr. Jalles Fontoura, fez uma apresentação geral da Empresa, com números sobre a abrangência da mesma no Estado de Goiás.

Relatou sobre a alocação de recursos financeiros, priorizando a continuidade dos serviços desenvolvidos, sendo intolerável a suspensão de trabalhos em função da não disponibilidade de materiais necessários. A definição do que é necessário para a continuidade dos trabalhos deve ser dos profissionais envolvidos, que passam por constantes atividades de formação técnica, conforme definido no planejamento estratégico da Empresa.

Falou, ainda, da Gestão Operacional de uma Companhia de Saneamento, do programa de monitoramento e controle desenvolvido pela empresa e que atinge, hoje, mais de 1500 unidades, sendo um sistema funcional e barato, que permite que diversas informações estejam disponíveis em tempo real para a tomada de decisões.

Apresentou, também, os resultados do programa de combate a perdas que vem sendo desenvolvido e que colocou Goiânia com o menor índice de perdas entre as capitais do País, cujo trabalho conta com diversas ações continuadas e planejadas pelos técnicos da Companhia.

Com relação a investimentos, falou da importância da captação de recursos para avanços em obras e serviços, parcerias que estão sendo desenvolvidas (tendo como exemplo a parceria com a BrK) e o interesse em lançar ações no mercado, abrindo o capital da Saneago a investidores.

Finalizou comentando sobre os desafios enfrentados, como o futuro crescimento da empresa em bases sustentáveis, tendo em vista que o Estado de Goiás vem enfrentado problemas com escassez hídrica. Também apontou, como desafio, a necessidade de evoluir tecnologicamente no relacionamento com os clientes.

O Sr. Marcelo Depexe, da SANEPAR, falou da tríade da Eficiência Operacional, abrangendo a avaliação Técnica, Operacional e Financeira do processo. Para se alcançar essa Eficiência, é fundamental a definição de indicadores, o estabelecimento de formas para se adquirir tais informações e proceder à análise

econômica quanto ao custo da tecnologia e a sua adequação à realidade da empresa.

O trabalho apresentado também destacou a redução de perdas, narrando a experiência do desenvolvimento de um modelo matemático para tomada de decisões, através da análise de alternativas. Com esse modelo foi possível inovar nos critérios de substituição do parque de hidrômetros e a definição de critérios de atualização.

As ações adotadas para a redução do índice de perdas foram divididas em:

- Combate a vazamentos: desenvolvidas através de treinamento, capacitação e uso de equipamentos eletrônicos;
- Melhoria na Gestão de Processos: controle de processos, controle de manutenção, mais capacitação aos colaboradores e desenvolvimento de ações para combater a causa e não o efeito;
- Ações estruturantes (causas das perdas): Implantação e manutenção do parque de hidrômetros, contratação de empresa terceirizada e especialista em pesquisa de vazamento e redução de pressão e setorização das redes de distribuição.

Ainda, segundo o palestrante, para se ter viabilidade econômica, a eficiência deve ser contínua, onde a medição é fundamental e a análise de resultados precisa ser periódica.

Por fim, fechando a exposição de palestras do painel em questão, o Sr. Glauco Souza fez uma apresentação da Embasa, sua abrangência e evolução ao longo dos anos, dando ênfase ao Mapa Estratégico da Empresa e sua busca pela Excelência em Gestão. Destacou a necessidade de capacitação dos colaboradores e a importância de se elevar a qualidade na prestação de serviços, para atender um cliente a cada dia mais exigente e, também, reduzir as perdas de água.

Como um dos objetivos da empresa é promover a universalização do acesso à água, em sua região de atuação (tanto na área urbana como rural), destacou que a empresa investe em obras de melhorias no abastecimento de água, esgotamento sanitário, desenvolvimento institucional, projetos sociais e perfuração de poços subterrâneos.

Entretanto, nesta busca da universalização, enfrenta desafios e dificuldades operacionais, enfatizando aspectos relevantes sobre disponibilidade de recursos financeiros, questões urbanas de uso e ocupação do solo, infraestrutura e a crise hídrica.

Nesse âmbito, como resposta a estes desafios, o palestrante finalizou sua apresentação mostrando a necessidade de inovações no Processo, buscando a eficiência através de tecnologia e capital humano. Como exemplos destas respostas, explanou sobre os seguintes projetos:

- Jornada Técnica para incentivar a geração de conhecimento e apoiar funcionários na construção do Programa de Inovação da empresa;
- Redesenho de Processos;
- Inovação de processos, através da sua otimização, com inserção de novas tecnologias, bio remediação, rotina de controle e manutenção;

- Geração e Contratação de energia elétrica, buscando a redução de custos – projetos pilotos com aproveitamento do biogás e elaboração de projetos com energia eólica.

4. PARTE 2 – DEBATE

Foram efetuados questionamentos entre os palestrantes, relacionados aos sistemas operacionais utilizados (como foi desenvolvido e dificuldade de operação pelos funcionários); perdas de água (gestão, projetos, custos, etc.); busca por padrões de qualidade; entre outras questões.

O debate não apresentou divergências, tendo havido consenso sobre a necessidade de melhorias contínuas da eficiência da operação, onde a busca por tal eficiência inclui a otimização dos processos por meio da inserção de novas tecnologias (depois de análises de viabilidade econômica e operacional), promover sempre a capacitação dos funcionários, troca de experiência com outras empresas e com profissionais de outras áreas, investimento em projetos socioambientais para a população atendida e incentivar os funcionários das empresas a elaborarem projetos e propostas de gestão.

Todos esses apontamentos convergem para um resultado na diminuição das perdas dos sistemas, controle da operação para tomadas de decisões antecipadas e mais eficientes, economia, qualidade no serviço prestado, satisfação dos clientes, valorização dos funcionários e do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações, feitas pelos palestrantes, foram as seguintes:

- É fundamental se organizar para inovar no setor de Saneamento, o que trará mais eficiência;
- Disponibilização das informações, para se conhecer as experiências apresentadas no painel, como forma de troca de conhecimentos;
- Evolução operacional para melhoria contínua, não só na gestão de perdas, mas em todos os aspectos;
- Aproveitamento das experiências exitosas apresentadas no Congresso;
- Fortalecimento do setor de saneamento, através de eventos como o Congresso da ABES.

Painel G6 – Processos de Contratação de Projetos

Data: 04/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Rodrigo Antônio Dias
Relatora Junior: Marcela Felix de Paula

1. INTRODUÇÃO

O processo de contratação de projetos de engenharia tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas. A engenharia do século XX, considerada o centro do projeto, tinha suas atividades focadas nos processos; a nova visão da engenharia preocupa-se com os resultados e, não mais, com os processos.

Tal mudança, já implantada no setor privado, ainda está sendo um desafio para a administração pública. Novas leis estão sendo criadas (Lei 13,303/16, PL 6.814/17, etc) e outras sendo revisadas (Lei 8.666/93, Lei 12.462/11) objetivando atender, com qualidade, o novo mercado de projetos de engenharia e mitigar os aditamentos de prazos e valores dos contratos.

Os projetos, desde sua concepção, projeto básico, projeto executivo, licitação, até a entrega da obra, necessitam de uma visão multidisciplinar (engenheiros, biólogos, geólogos, dentre outros) para abrangerem não só as questões técnicas inerentes ao projeto, mas também as questões sociais e ambientais.

Partindo dessas premissas, o presente Painel abordou temas estratégicos e pontos polêmicos do processo de contratação de projetos.

2. PALESTRANTES

Coordenador: Luiz Roberto Gravina Pladevall – Diretor da CPS Engenharia e Soluções, Presidente da APECS e vice-presidente da ABES-SP.

Silvio Leifert – Superintendente de Gestão de Empreendimentos da SABESP.

Manoel Moreira de Souza Neto – Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do Tribunal de Contas da União – TCU.

Stefan Igreja Mühlhofer – Superintendente de Projetos – CAESB.

Carlos Roberto Soares Mingione – Presidente da SINAENCO São Paulo.

Sérgio Pinheiro de Almeida – Gerente de Projetos da CEDAE.

3. TEMAS ABORDADOS

- Valorização da qualidade técnica na contratação e no desenvolvimento dos contratos de engenharia.
- Processos de licitação e regime de contratação previstos na legislação vigente: Lei 8.666/93; Lei 12.462/11.
- Mudanças e propostas de mudanças nas legislações que afetam a contratação de projetos: aprovação da Lei 13.303/16; revisão da lei 8.666/93 e PL 6.814/17.
- Contratação integrada como diferencial competitivo.

- A modalidade Pregão utilizada para contratação de bens e serviços comuns deve ser utilizada para contratação de projetos de engenharia?
- A importância de um bom planejamento antes do projeto básico e projeto executivo.
- Aditamento de prazos e valores nos contratos de projetos de engenharia.
- Projetos executivos para a contratação de obras de empreendimentos públicos.
- Lei das estatais e o sigilo do preço de referência.
- Melhorias do processo de implantação de empreendimentos públicos.

4. QUESTÕES RELEVANTES DOS DEBATES; DESAFIOS; SUGESTÕES, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

- A mudança dos projetos de engenharia, que até a segunda metade do século XX estruturava-se de forma verticalizada, passa a dar lugar - no século XXI - a uma engenharia integralizada com questões sociais, ambientais e políticas.
- A elaboração dos projetos passa por equipes multidisciplinares (combinando ciências exatas, humanas e biológicas) para que se faça análise de risco adequada e se atribuam responsabilidades a cada membro do projeto.
- Planejamento, escopo, tempo e custo dos projetos devem ser definidos antes do início do projeto e acompanhados durante a execução dos mesmos.
- Os projetos de engenharia não devem ser enquadrados como “serviço comum”.
- Contratação integrada deve ser utilizada apenas quando se apresentarem soluções técnicas inovadoras, como forma de diferenciais competitivos.
- A lei permite contratação na modalidade Pregão para bens e serviços comuns, porém projetos de engenharia não devem ser entendidos como “serviço comum” devido à sua natureza única; para cada projeto é necessário avaliar, por exemplo, o terreno onde será construído, as questões ambientais, sociais, climáticas, dentre outras.
- O quanto os aditamentos de prazo e custo impactam no projeto e quais medidas poderiam ser adotadas para minimizar os aditamentos?
- Equipes horizontais e multidisciplinares: combinação das ciências exatas, humanas e biológicas dentro da equipe de projeto; engenheiros de projetos devem se adequar à nova realidade.
- Projetos devem considerar eficácia e sustentabilidade, sendo esta uma difícil tarefa;

- Vantagens do projeto executivo para a contratação de obras de empreendimentos públicos: precisão nos quantitativos, detalhamento do objeto, propostas realistas, melhor utilização de recursos públicos, racionalização e redução da probabilidade de aditivos contratuais elevados;
- Desvantagens do projeto executivo para a contratação de obras de empreendimentos públicos: tempo de elaboração mais elevado, implantação em série e detalhamento dependente da especificação de equipamentos; necessidade de acompanhamento e ajustes ao longo do projeto executivo.

5. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

A partir do conteúdo apresentado no painel, foi possível perceber a necessidade de maior integração dos stakeholders envolvidos no processo de contratação de projetos de engenharia sanitária (governo, sociedade, gestores e órgãos fiscalizadores) desde a fase de planejamento até o pós entrega da obra.

Uma questão que mereceu destaque relacionou-se a uma nova visão dos projetos de engenharia. Uma vez que a engenharia se reestruturou no século XXI, o modelo até então utilizado para elaborar a “engenharia de projetos” apoiava-se numa estrutura de gestão/difusão verticalizada, a qual passou a dar lugar a uma “engenharia de soluções”, deixando de ser o centro e interagindo com questões sociais, ambientais e políticas no momento de elaboração dos projetos. Tal mudança ainda não foi incorporada no serviço público, que continua a contratar projetos no modelo do século XX.

Por fim, após as questões dirigidas pela platéia, teve início uma breve discussão – não esgotada – acerca do BIM (Building Information Modeling), apresentado como tecnologia revolucionária que deverá demandar maiores estudos e ser aderente às legislações vigentes, além da consequente preparação do mercado. Algumas vantagens – não apenas – do modelo são a minimização de erros e a maior sintonia entre projetos básico e executivo.

Diálogo Setorial I1 – Painel dos Presidentes

Data: 04/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Maria Bernardete Sousa Sender

Relatora Junior: Dafne Corrêa da Silva

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se, a seguir, uma descrição das questões debatidas no referido diálogo setorial, que foi conduzido pelo eng. Marcio Gonçalves de Oliveira, representante e presidente da ABES SP e contou com a participação de presidentes das principais empresas operadoras de serviços de saneamento, nos âmbitos público e privado.

2. PALESTRANTES

- Bruno Araújo – Ministro das Cidades
- Aparecido Hojaij – representante da ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
- Tereza Vernáglio – presidente da BRK-Ambiental
- Jerson Kelman – presidente da SABESP
- Mounir Chaowiche – presidente da SANEPAR
- Jalles Fontoura Siqueira – presidente da SANEAGO

3. PARTE 1 – PERGUNTAS

Os debates se desenvolveram a partir de perguntas listadas a seguir, provocadas pelo eng. Márcio Gonçalves e, na finalização, pelo eng. Roberval, presidente da ABES Nacional.

1) Como reduzir os déficits e avançar rumo à universalização, considerando que o PLANSAB estima a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 500 milhões até 2033?

2) Como promover o estímulo para aumento da eficiência operacional?

3) A proposta efetuada pelo secretário-executivo Moreira Franco, do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), já foi apresentada formalmente ao Ministério das Cidades? Qual a opinião dos presentes?

4. PARTE 2 – DEBATE E RESPOSTAS

Apresenta-se a seguir, a opinião de cada um dos debatedores.

O Ministro das Cidades, Bruno Araújo, iniciou a discussão destacando a importância da compreensão política do papel exercido pelo Ministério das Cidades, indicando que, no âmbito federal, há diversos players como a FUNASA, a CODEVASF e o Ministério da Integração Nacional. Lembrou, ainda, que as

demandas que chegam ao órgão são extremamente maiores que a capacidade de investimento.

Diante deste contexto, propôs que o Ministério das Cidades tenha efetivamente um status político para concentrar todas essas demandas, administrando e revendo a regulação do setor de saneamento, cuja condição é necessária para se atingir a universalização de modo sustentável.

A presidente da BRK Ambiental, Tereza Vernágua, opinou sobre o déficit no investimento necessário na área de saneamento, o qual é muito grande e que, por isso, há espaço para a atuação pública e privada. No âmbito privado, Tereza considera que o país precisa de empresas robustas. Mas, para atrair o interesse, deve haver uma adequação do arcabouço jurídico que regula o setor, a exemplo do que ocorreu com as telecomunicações.

O presidente da SABESP, Jerson Kelman, concordou que o panorama do Brasil na área de saneamento é mesmo trágico. Quando se compara o Brasil a outros países da América Latina, por exemplo, o Brasil ocupa posição inferior.

Para melhorar tal situação, há necessidade de mais recursos. O País, porém, também precisa fazer mais e melhor. Como exemplo, citou algumas alternativas, como o Projeto de Lei para isenção/compensação de impostos PIS e COFINS para empresas de saneamento; melhoria da qualidade dos investimentos e adoção de programas que paguem pelo resultado final.

Além disso, complementou que serão necessários recursos do setor privado e, neste sentido, deve-se focar na implementação de políticas de regulação que deem segurança jurídica aos empreendimentos. Segundo ele, a atual natureza local do processo regulatório, focado no ente municipal, não é boa. Nos dois âmbitos, público e privado, a escala estadual é melhor que a municipal, levando à boa governança das empresas.

O presidente da SANEPAR, Mounir Chaowiche, afirmou que grande parte da população não tem acesso ao saneamento. Considerou que, além das dificuldades também comentadas pelos colegas, destaca-se o problema de financiamentos de contratos não honrados pela FUNASA, por exemplo, o que causa enorme atraso no cronograma de implementação de programas já existentes.

Não há outro caminho para se atingir as metas estabelecidas pelo PLANSAB senão a busca de maior eficiência de gestão e a boa governança. Para tanto, deve-se, entre outros, buscar apoio da legislação (isenção de PIS/COFINS), aplicação de tarifas reais e adequadas e conscientização da população por meio de mobilização e comunicação social. Ele ainda manifestou concordância com a aglutinação da política de saneamento no Ministério das Cidades. Sugeriu que, para o próximo Congresso da ABES, sejam apresentados outros assuntos ligados a área de saneamento, como por exemplo, drenagem, resíduos sólidos, entre outros.

Já o representante da ASSEMAE, Aparecido Hojaij, defendeu a titularidade municipal dos serviços, ressaltando que a regulação do setor não se resolverá com a federalização e que o saneamento não pode se transformar num balcão de negócios.

Aparecido certificou que os recursos financeiros precisam ser distribuídos com qualidade, acarretando, assim, em uma melhor gestão. A regulamentação deve ser entendida como instrumento de gestão e não de punição ou de arrecadação de recursos, e que a Agência Nacional de Águas não pode fazer esse papel. As

principais propostas defendidas pela ASSEMAE para se atingir a universalização incluem a adoção de programas nacionais de assistência técnica aos municípios e a revisão normativa de financiamentos. Como exemplo, citou o Programa de Modernização da Administração Tributária, o PMAT do BNDES.

Finalmente, o presidente da SANEAGO, Jalles Fontoura Siqueira, fez uma analogia com o setor agrícola brasileiro. Inicialmente financiado pelo Banco do Brasil, sofreu uma virada para chegar aos dias de hoje, em que a maioria de seus recursos é externa. Segundo ele, algo parecido deveria acontecer com o saneamento, já que o governo não tem mais condições de financiá-lo. As parcerias do setor público com o privado devem ser discutidas num ambiente regulatório seguro, ressaltando que o ente municipal não favorece a melhoria dessa situação. Concordou com seus colegas ao mencionar que, para diminuir os déficits e avançar rumo à universalização, é preciso existir uma boa governança, gestão e regulação para garantir os contratos.

Passando então à discussão do **SEGUNDO TEMA - COMO PROMOVER O AUMENTO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL** - Bruno Araújo considerou que a inovação tecnológica exerce papel preponderante. Na administração pública, como no Ministério das Cidades, a implantação de sistemas de informação para o monitoramento de programas é fundamental para a melhoria da gestão dos contratos.

A ASSEAME busca, desde os anos 90, a capacitação de equipes operacionais e de gestão e defende a gestão pública exitosa, não por ideologia. Para Aparecido, nem sempre o público é ruim e o privado é bom. Para exemplificar sua teoria, citou a SANASA de Campinas e o DEMAÉ de Uberlândia. Lembrou, novamente, que a regulamentação contribui para a melhoria da gestão das companhias e ressaltou a importância de se seguir à risca os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), como instrumento para acabar com a prática de atitudes populistas na área de saneamento.

Tereza Vernágua alegou que existe um grande abismo entre falar e fazer bem. A BRK opera 187 municípios em 12 estados, com cerca de 15 milhões de pessoas atendidas. A qualidade da equipe, dos sistemas e processos com foco nos resultados é a grande diretriz seguida pela empresa para atingir eficácia e eficiência na prestação dos serviços.

A cultura de que a empresa não existe sem seus clientes permeia todos esses conceitos, por isso a BRK luta para trazer a visão do cliente para dentro da operação, seja na inovação da forma de prestar o serviço, seja na implantação de novos processos ou na avaliação dos profissionais. O cliente tem que perceber a eficiência. Deixando claro também que a inovação tecnológica também é fundamental na forma de prestar os serviços durante o processo.

O exemplo da virada da SABESP foi citado por Jerson Kelman, lembrando que na época do governador Mário Covas a companhia não era eficiente e não pagava nem os custos operacionais. Com objetivo de evitar a privatização, foi efetuada uma inflexão total, buscando a excelência da gestão. Como resultado desse processo, a SABESP é hoje uma empresa premiada pela eficiência tecnológica e com um modelo eficiente de gestão. Completou que, para uma boa produtividade, é necessário haver persistência e foco.

O primeiro passo, no entanto, não é simples, ressaltou o presidente da SABESP. Demora alguns anos, mas tem resultado certo: dos 367 municípios operados pela SABESP, 215 estão universalizados no padrão europeu.

Nesse contexto, Mounir Chaowiche considera a importância de investir no aprimoramento dos recursos humanos disponíveis, sejam eles da área técnica, operacional ou de gestão (recursos e investimentos). Pode-se dizer que, atualmente, levam-se seis anos para pensar e entregar uma obra – e isso é um tempo muito grande, que deve ser melhorado através do aumento da eficiência da gestão. Outro ponto a ser considerado é o esforço para se atingir independência financeira e autonomia para uma melhor gestão dos serviços.

Jalles Fontoura concordou que o investimento em tecnologia pode promover um grande salto de eficiência na prestação e gestão dos serviços, ressaltando que o gestor deve ter acesso à informação em tempo real. Além disso, argumentou que o aumento da produtividade das empresas passa pela questão da criteriosa seleção dos investimentos e que as companhias devem focar no componente de esgotamento sanitário, que atualmente é uma vergonha nacional.

5. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Finalmente os convidados passaram a esclarecer perguntas efetuadas pela plateia, sendo colocado à mesa, devido ao escasso tempo disponível, apenas o questionamento sobre o Programa de Parcerias de investimentos, levantado pelo presidente da ABES Brasil, Roberval Tavares.

Primeiramente o ministro das Cidades comentou que o Brasil terá que encontrar um modelo de transição, para permitir a competição justa entre o público e o privado, pois o beneficiário é o usuário. As políticas públicas devem apontar soluções de médio e longo prazo. Ressaltou que saneamento é prioridade nacional e é um bom negócio, convidando os presentes, sociedade e instituições, a apresentar propostas objetivas que façam com que o saneamento possa caminhar até a universalização.

Aparecido Hojaij finalizou o painel argumentando que a extinção dos atuais contratos de programa será nefasta para o setor, pois ele é um instrumento legal e de garantia para a prestação dos serviços. Lembrou que o saneamento não é mercadoria.

Tereza Vernágua finalizou lembrando que diversos serviços foram universalizados em outros setores e que o mesmo deve acontecer com o saneamento. Para tanto, o ambiente jurídico e regulatório deve criar mecanismos que permitam uma distribuição sustentável dos serviços, ressaltando que o privado também pratica o subsídio cruzado.

O recurso não falta nem a capacidade de gestão, mas sim o mecanismo de regulação. Finalizou sua fala dizendo que as licitações não podem sair na modalidade município a município e se, assim continuar, não vão decolar.

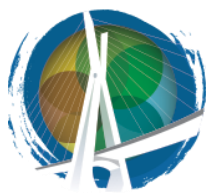
Jerson Kelman, por sua vez, comentou que a Sabesp está se capitalizando para aumentar os valores a serem investidos nos próximos anos. Defendeu o subsídio cruzado e a tarifa regionalizada, ressaltando novamente a dificuldade das companhias, públicas ou privadas, trabalharem na escala municipal.

Mounir C. finalizou sua contribuição dizendo que as empresas privadas são mais competitivas no processo licitatório e que no Paraná apenas 40 ou 50 municípios são sustentáveis. O resto é deficitário.

Defendeu a ideia de um amplo debate e de se acabar com o discurso oposicionista do “nós” e “vocês”, do “público” e “privado”, pois o Brasil precisa da união. E somente assim conseguiremos sucesso no suprimento do déficit dos serviços. Saneamento é condição básica para o resgate da condição de vida da sociedade.

Jalles Fontoura S. complementou que água e esgoto entraram para os grandes temas debatidos no Brasil, que o século XXI é o século da água e que a sociedade deve trabalhar opções e caminhos que o Brasil precisa.

Para finalizar, o pres. da ABES Nacional fechou o painel dizendo que o Saneamento tem endereço e o endereço é o Ministério das Cidades.



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel I5 – Tecnologia, Gestão e Desempenho Ambiental de ETEs Instaladas em Empreendimentos Habitacionais

Data: 04/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: André Amaral Horta

Relator Júnior: Hugo Renan Bolzani

PALESTRANTES:

Prof. Dr. Flávio Rubens Lapolli (Coordenador)

Prof. Dr. André Bezerra dos Santos

Prof Dr. Luciano Matos Queiroz

Prof. Dr. Neyson Martins Mendonça

Prof. Dr. Ricardo Franci Gonçalves

Prof. Dr. André Bezerra dos Santos

Oportunidades e desafios para gestão de ETEs descentralizadas

O Palestrante destacou os seguintes aspectos:

- ✓ RENTED – Rede Nacional de Tratamento de Esgotos Descentralizados
- ✓ Gestão da rede: Esgoto doméstico segregado e não segregado.
- ✓ Oportunidades para gestão de ETEs descentralizadas:
 - Déficit de saneamento (Atlas da ANA 2017);
 - Déficit de habitação.
- ✓ Triângulo do ouro para P&D:
 - Governo/Autoridades;
 - Universidades;
 - Companhias e Indústrias.
- ✓ Modernização de ETEs:
 - Melhores eficiências;
 - Novos processos;
 - Operação, dentre outros.
- ✓ Desafios para a gestão das ETEs descentralizadas:
 - Chegada de esgoto na ETE abaixo da quantidade esperada;
 - Problemas operacionais;
 - Tendências atuais de recentralização de tratamento pelas companhias de saneamento;
 - Dificuldades na operação de alguns sistemas;
 - Promoção de reúso com valores tão divergentes das tarifas de água aplicadas pelas companhias de saneamento;
 - Arcabouço jurídico (legislação);
 - Ausência de legislação de reúso ou formulação incompatível com a capacidade de pagamento dos diferentes entes federativos.

- ✓ Conclusões:
 - O setor de tratamento oferece oportunidades e desafios;
 - Importância dos PMSB – Planos Municipais de Saneamento Básico;
 - Falta celeridade na aprovação de projetos e captação de recursos;
 - É necessário tomar cuidado com a centralização dos sistemas;
 - Deve-se uniformizar a legislação.

Prof. Dr. Luciano Matos Queiroz

Aspectos quantitativos e qualitativos de esgotos gerados em empreendimentos habitacionais

O Palestrante destacou os seguintes aspectos:

- ✓ Contexto de disponibilidade hídrica: mais da metade dos municípios da Bahia sofre com seca prolongada.
- ✓ Tendência: crescimento e verticalização dos médios centros urbanos.
- ✓ MCMV (Programa Minha Casa Minha Vida): O empreendimento deve possuir serviços de saneamento e estes devem estar operantes até a data da entrega.
- ✓ Importância do planejamento na gestão do esgotamento sanitário dos empreendimentos habitacionais:
 - Diminuição de geração de efluentes.
 - Segregação das correntes que compõem o esgoto.
 - Reúso.
- ✓ Cores das águas:
 - Águas azuis,
 - Águas cinzas,
 - Águas amarelas,
 - Águas negras.
- ✓ Aspectos quantitativos: dificuldade de medir vazão de esgotos em residências unifamiliares e consequente dificuldade de se quantificar as correntes de esgotos sanitários.

Prof. Dr. Neyson Martins Mendonça

Projeto, operação e inovação em ETEs descentralizadas

O Palestrante destacou os seguintes aspectos:

- ✓ Dimensionamento, projeto e operação de ETEs descentralizadas: **Porquê o SES (coleta, transporte e tratamento) deve ser descentralizado?**

Grande parte dos custos da gestão dos esgotos sanitários estão relacionados à coleta e ao transporte dos esgotos.

- ✓ Critérios de projeto:
 - Compacidade;
 - Produção de Lodo;
 - Consumo energético;
 - Condições climáticas;
 - Flexibilidade operacional;
 - Poluentes;
 - Confiabilidade.
- ✓ Informações técnicas para o desenvolvimento de projetos de ETE:
 - Normas;
 - PROSAB;
 - Manuais;
 - Congresso.
- ✓ ETEs descentralizadas requerem projetos personalizados.
- ✓ Tanques das elevatórias podem funcionar como tanques de equalizações para atenuar picos de vazão.
- ✓ ETEs descentralizadas são uma boa oportunidade de geração de emprego para vários profissionais, o que é de extrema importância, tendo em vista o contexto de desocupação do Brasil, que está em níveis altos.
- ✓ O treinamento dos operadores é essencial para o bom funcionamento das ETEs descentralizadas.
- ✓ A modulação e a facilidade de transporte das unidades é uma grande vantagem das ETEs descentralizadas “plug and play”.
- ✓ A inovação é o principal desafio no projeto das ETEs descentralizadas: diferentes configurações podem ser implementadas, inclusive sistemas de produção de biomassa algal, sistemas com descarga zero, dentre outros.
- ✓ Conclusão: o desafio dos futuros engenheiros é aprender a resolver vários problemas ao mesmo tempo, integrando diversas soluções nos sistemas de tratamento de esgoto.

Prof. Dr. Ricardo Franci Gonçalves

Recuperação de recursos e reúso de água: contribuições da RENTED

O Palestrante destacou os seguintes aspectos:

- ✓ Reengenharia do ciclo urbano da água:
 - Macro → Bacia Hidrográfica;

- Meso → Cidades;
- Micro → Edificações.
- ✓ NEXUS: para que o ambiente construído seja sustentável, é necessário que haja segurança hídrica, energética e alimentar.
- ✓ Escala Micro:
 - Elevado déficit habitacional;
 - 80% do consumo de água nas áreas urbanas é doméstico;
 - Importância de se trabalhar com correntes segregadas;
 - Água de reúso corresponde a aproximadamente 32% da água gerada (balanço hídrico de um edifício de alto padrão em Vitória-ES);
 - ETAC – Estação de Tratamento de Águas Cinzas – potencial de reúso;
 - Empreendimentos de reúso só fazem sentido se tiverem viabilidade econômica;
 - Geralmente o tempo de retorno é de 7 a 8 anos.
- ✓ Escala Meso:
 - Para que a água chegue na cidade e percorra todo o trajeto até retornar ao corpo receptor é necessária grande quantidade de energia elétrica para transporte;
 - Sistemas de membranas para dessalinização e para tratamento de efluentes têm altos requisitos energéticos;
 - O Brasil está trabalhando no arcabouço legal para regulação do reúso de água em edificações;
 - Sistemas de água não potável para edificações – ABNT.

Seção de perguntas e comentários:

Coordenador: Prof. Dr. Flávio Rubens Lapolli

Sra. Flávia Verde ao Prof. Dr. Ricardo Gonçalves:

Como foi feito o cálculo de retorno de investimento no Edifício de alto padrão em Vitória?

O estudo foi bem completo e foi feito pela construtora, contemplou todo o capex e opex.

“Não identificado” ao Prof. Dr. Ricardo Gonçalves:

Qual a previsão para termos a legislação de reúso?

Haverá uma diretiva do Ministério das Cidades para o Brasil, reúso urbano e reúso agrícola, todos devem ocorrer até o fim do ano.

Sra. Márcia Vianna ao Prof. Dr. Ricardo Gonçalves:

Porquê a rede dupla não é viável economicamente?

O período de retorno é muito longo e o aporte de recursos é muito grande.

Complemento do Prof. Luciano Queiroz: *é importante levar em consideração se o empreendimento possui água de poço, o que alonga o período de investimento. Em empreendimentos do MCMV, muitas vezes a tarifa é subsidiada e isto também interfere no payback.*

Sra. Camila à toda mesa:

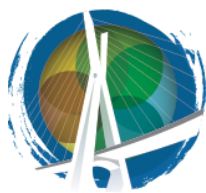
Qual o melhor modelo de gestão das ETEs? Como é o papel das universidades públicas neste processo?

Prof. Dr. Luciano Queiroz: *Companhias de saneamento possuem tecnologias que devem ser repassadas às construtoras, que vão executar as obras dos empreendimentos. O reúso de água é um mercado promissor e as pesquisas das universidades colaboram para o desenvolvimento e aplicação destas tecnologias. Todavia, tudo depende da viabilidade econômica.*

Prof. Dr. Neyson Mendonça: *Os valores adotados nos projetos devem ter maior confiabilidade para que as ETEs operem melhor. A simples adoção de valores de referência sem uma análise é um risco muito grande.*

Prof. Dr. André Santos: *Sobre o público privado, é algo que prefiro não trazer à discussão; o que prefiro opinar é sobre o modelo de centralização. Sobre equipamentos de reposição nas ETEs descentralizadas, isto é um desafio, inclusive na concepção dos sistemas. Como a ETE descentralizada está dentro do empreendimento habitacional, é preciso envolvimento da sociedade e devem ser concebidas considerando todas as interações.*

Prof. Dr. Ricardo Gonçalves: *Empresas de saneamento não gostam de operar sistemas descentralizados. Estes sistemas são deficitários às companhias. Logo, ETEs descentralizadas devem ser privatizadas, entregues a uma empresa que opere o sistema.*



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Painel I6 – Saneamento nas Metrópoles

Data: 04/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relatora Sênior: Adriana Alves Pereira Wilken

Relatora Júnior: Jomara Gonçalves Nogueira

1. INTRODUÇÃO

O Painel Saneamento das Metrôpoles discutiu as particularidades envolvidas nos serviços de saneamento em regiões metropolitanas, sob a ótica dos serviços de interesse comum metropolitano, considerando as interfaces com o disciplinamento de uso e ocupação do solo, saneamento, abastecimento de água e mobilidade urbana.

Nesse contexto, levantou-se a necessidade de uma abordagem sistêmica destes serviços (urbanização, drenagem, mobilidade, habitação, saneamento, etc.), ou seja, integrar as regiões metropolitanas em virtude da dinâmica contínua de expansão das cidades, demandando uma gestão orientada para resolução dos problemas urbanos, dentre eles os de saneamento.

2. PALESTRANTES

1. Nelson Luiz Rodrigo Nucci – Coordenador e Mediador

Professor Doutor da Escola Politécnica da USP e Diretor da JNS Engenharia

2. Rovenia Maria Negreiros

Diretora Adjunta de Análise e Disseminação de Informações da Fundação SEADE

3. Ricardo Toledo Silva

Secretário Adjunto da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de SP

4. Carlos Alberto Amaral de Oliveira Pereira

Diretor da Cobrape

5. Dilma Seli Pena

Consultora

3. TEMAS ABORDADOS

- Conceito de Macrometrópole e os serviços e funções comuns de interesse metropolitano: necessidade de garantia da segurança hídrica, disciplinamento do uso e ocupação do solo, coleta e tratamento de esgotos, etc.
- Planejamento e modelo de gestão: a gestão metropolitana deve incorporar o território e integrar as políticas setoriais com a área de saneamento. Na prática, o planejamento vai sendo alterado à medida que a agenda político partidária é implantada. Isso traz dificuldades na implantação integrada dos serviços e funções comuns de interesse metropolitano, apesar de haver vários instrumentos legais de implantação desses serviços, como por exemplo, planos de saneamento, marcos regulatórios, etc. A solução

para empreender projetos metropolitanos seria trabalhar na transversalidade do território, mas com investimentos e vontade política.

- Segurança hídrica: as regiões metropolitanas concentram grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Desta forma, é necessário garantir a segurança hídrica nessas regiões. Para esta garantia, três pilares são necessários: base técnica, base político-institucional e base econômica. O Brasil está melhor aparelhado para enfrentar esse desafio com relação à base técnica. As dificuldades com relação à base político-institucional relacionam-se à falta de políticas de longo prazo, além da defasagem temporal de implantação de instrumentos e arranjos institucionais, dificuldades para articulações interfederativas e, ainda, ampla dependência de ações setoriais. A base econômica deve incluir formas de planejar o território de forma global, articulando todas as políticas setoriais de modo a atrair investimentos, sendo necessário maior foco no crescimento econômico regional.
- Macrometrópole Paulista: o Plano para a Macrometrópole é uma referência de integração entre o ordenamento territorial e a segurança hídrica, como condição para a manutenção das condições de competitividade regional e sustentabilidade.
- Visão Pós-Crise Hídrica: Muitas mudanças e uma nova percepção sobre eventos hidrológicos; alteração hábitos e redução no consumo; maior atenção aos usos múltiplos; e aumento do valor econômico da água. Dessa visão decorrem desafios relevantes, tais como a maior presença de recursos fiscais; redução da insegurança jurídica e regulatória; menores limitações técnicas e de gestão; aumento da capacidade de investimentos públicos; e maior suficiência de planejamento de longo prazo;
- A obtenção de recursos para a implantação dos sistemas de saneamento e a implementação da política de tarifas é dificultada pela heterogeneidade entre as cidades que fazem parte das regiões metropolitanas. Um facilitador seria a diferenciação das tarifas de acordo com a renda familiar. No entanto, pergunta-se: a sociedade estaria disposta a pagar pelos serviços ambientais?
- Defasagem institucional no contexto metropolitano: é preciso criar uma autoridade (legal e institucional) metropolitana para organizar as decisões e fazer com que elas sejam cumpridas, adotando políticas estratégicas e de longo prazo.

4. QUESTÕES RELEVANTES DO DEBATE

1. A política atual cria marcos regulatórios para obtenção de recursos. No entanto, não considera a questão metropolitana e não prioriza o planejamento na implantação de serviços públicos, o que resulta na desarticulação política do território. Isso é um problema da gestão metropolitana, pois cada município possui sua gestão e eles não dialogam entre si, dificultando sua administração pública em face de suas diferenças.

2. As instituições públicas e seus instrumentos estão em condições de oferecer, atualmente, uma resposta harmônica para as questões do saneamento?

3. No setor de saneamento, há problemas de afloramento da poluição difusa, que possui como única maneira viável de despoluição o processo de reversão.

4. Desafios da integração interfederativa: existem diversos planos referentes a diversos instrumentos de políticas públicas, como por exemplo, os planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas e os planos municipais de saneamento básico. Esses diversos instrumentos deveriam ser integrados, de modo a harmonizar a gestão metropolitana.

5. Cada problema metropolitano demanda arranjos específicos próprios ou até mesmo recortes territoriais específicos, o que dificulta a implementação de políticas públicas, estas ficando muitas vezes dependentes de leis complementares estaduais. Além disso, falta priorizar as estratégias de longo prazo, voltadas ao crescimento regional.

6. Os conflitos potenciais estão na gestão, na tomada de decisão e na disponibilidade hídrica. Nesse contexto, os líderes atuais seriam capazes de construir consensos, a partir de uma matriz de execução coordenada no tempo?

5. DESAFIOS APONTADOS

1. Enfrentar as mudanças climáticas a nível global e abrir as discussões das mudanças climáticas a nível local, incluindo temas diversos, tais como as ilhas de calor. Além disso, buscar a tentativa de incorporar cada vez mais as várias fases do ciclo hidrológico na gestão de recursos hídricos.

2. Remodelar a gestão das águas, atualmente de competência municipal. Conferir autonomia municipal somente aos municípios com capacidade de investimento, além de considerar, também, a pauta privada na gestão pública. Além disso, reconhecer nos planos municipais de saneamento, as aglomerações metropolitanas.

3. Aprimorar a política de tarifas, diferenciando-as pelas condições socioeconômicas das regiões, observando principalmente aquelas regiões onde a pressão urbana é significativa, implicando em melhorias da infraestrutura, como é o caso do saneamento.

4. Priorizar o planejamento integrado nas agendas políticas, que atualmente reforçam a setorização.

5. Articular os setores diversos do país em relação à complexidade territorial.

6. Tornar tangíveis os benefícios dos sistemas ambientais e fazer com que sua disponibilidade pague o custo de capital e de sua operação.

7. Incorporar o território como plataforma de gestão metropolitana, visando a articulação do planejamento com o modelo de gestão, ou seja, trabalhar com a transversalidade do território.

8. Estabelecer uma política de tarifas que assegure a segurança hídrica, de forma a orientar o desenvolvimento do país, a ser paga pelas comunidades

envolvidas. Para isso, desenvolver a base política e institucional, que em vista da base técnica, encontram-se menos aparelhadas, sem prejuízo do pensamento da segurança hídrica de forma integrada em todo território.

9. Universalizar o saneamento no país, que hoje se constitui em um passivo. Além disso, promover a recuperação ambiental e a reconstrução das cidades para serem sustentáveis, sem dependência de estruturas físicas, adotando-se para isso políticas estratégicas, integrando-as do ponto de vista econômico e urbano.

6. SUGESTÕES, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

1. Considerar para a prospecção de cenários, os eventos extremos, como por exemplo, as ocorrências de escassez hídrica nos anos de 2014 e 2015. Buscar o planejamento a longo prazo para lidar com essas situações.

2. Incluir a disponibilidade de uso eventual na gestão de recursos hídricos, identificando toda a capacidade de aproveitamento de água existente.

3. Revisar a Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e sua regulamentação, no que tange à jurisdição regulatória.

4. Considerar as taxas de crescimento e dados demográficos visando a homogeneização da gestão do território.

5. Criar uma autoridade metropolitana para organizar decisões e assegurar seus cumprimentos. Esta deve possuir autonomia legal e institucional, conferindo-lhe a credibilidade necessária para o desempenho de suas funções.

6. Criar planos estratégicos para regiões complexas, como a macrometrópole, e atualizar o conhecimento em virtude das novas percepções das necessidades urbanas.

7. Construir um capital social institucional para a sustentabilidade hídrica e a reconstrução da paisagem, além de uma consciência coletiva dos desafios a enfrentar.

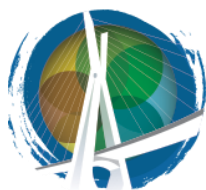
7. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS FINAIS

A criação de agências metropolitanas reguladoras garantiria o estabelecimento das operações integradas dos serviços de infraestrutura?

Poderia ser uma boa opção, mas deve-se preservar as competências das agências setoriais. No entanto, somente o estabelecimento de agências metropolitanas não seria a solução. Essas agências já existem no estado de São Paulo, mas elas não atuam de forma articulada. Faltam recursos e controle público. Na verdade, a descentralização da implementação de políticas é mais interessante do que a centralização em agências metropolitanas. É preciso uma repactuação que transcenda a alçada legal do município, para benefício de todos. Uma forma de se

pensar em uma desconcentração da execução dessas políticas é por meio do Estatuto da Metrópole, que induz uma série de mecanismos de pactuação metropolitanos.

Os problemas concretos para uma passagem de atribuições regulatórias à agência metropolitana são grandes. A ideia da agência é válida, mas é preciso trabalhar em um processo gradativo de transferência de competências, priorizando as competências específicas. Além disso, as agências não possuem a capacidade de concertação de ações nos níveis de governo. É preciso que se tenha recursos públicos para empreender esses projetos, os quais não serão disponibilizados na agência metropolitana.



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

Diálogo Setorial J1 – Os Desafios da Regulação da Prestação dos Serviços

Data: 04/10/2017

Horário: 16h15min – 18h15min

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Valder Adriano Gomes de Matos Rocha

Relatora Junior: Thamires Silva Martins

1. INTRODUÇÃO

O painel pretendeu discutir os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados para a implementação da regulação no país, após 10 anos de promulgação da lei de saneamento, a Lei nº 11.445/07.

Foram propostas aos palestrantes quatro provocações que, na medida do possível, foram abordadas em suas apresentações e nos debates que se seguiram.

i) Da mesma forma que para a prestação dos serviços de água e esgotos, a escala da agência é fundamental para a viabilidade e a eficiência da regulação. Como legalmente a definição da agência reguladora é municipal, quais os caminhos para superar esta questão?

ii) O desenvolvimento da regulação da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil foi significativo desde a instituição da Lei 11.445/07, mas é heterogêneo. Bons padrões e referências são necessários para uma regulação consistente e coerente. Como evoluir nessa direção?

iii) A “captura” das agências reguladoras pelos operadores, de um lado, e o comprometimento da viabilidade da prestação do serviço devido a excessos sancionatórios, de outro, são ameaças à maturação de um processo regulatório equilibrado, que faça avançar o setor. Como enfrentar essa questão, nas condições brasileiras?

iv) Outra questão que poderia ser colocada, que foi levantada na semana passada pelo Dr. Kelman em artigo na Folha de São Paulo, é a ideia de se criar um fundo para investimentos com o excedente da arrecadação tarifária, aquele excedente gerado pela aplicação do fator K, da qualidade dos serviços.

2. PALESTRANTES

A **Sra. Marisa de Oliveira Guimarães** exerceu a função de coordenadora do debate. Para as apresentações e debates foram convidados ao palco, os senhores:

iv) **Jerson Kelman**, presidente da SABESP – Companhia de Água e Esgotos do Estado de São Paulo.

v) **Hélio Luiz Castro**, diretor de saneamento da ARSESP – Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo.

vi) **Carlos Eduardo Tavares de Castro**, diretor do grupo Águas do Brasil.

vii) **Marcos Thadeu Abicalil**, representante do Banco Mundial – BIRD.

3. APRESENTAÇÕES

A apresentação de Jerson Kelman

O Dr. Kelman inicia sua palestra estabelecendo um paralelo entre o setor de saneamento e o setor de energia elétrica.

No setor elétrico há uma grande rede de empresas prestadoras, mas uma única agência reguladora, a ANEEL. Obviamente, por isso, o setor de energia é mais avançado que o setor de saneamento.

Afirmou ainda que a CF delegou à união a regulação do setor elétrico, entretanto, o saneamento não é elencado pela CF. Assim, frequentemente, os serviços de saneamento são prestados pelo poder municipal porque o STF definiu como serviço local.

Em resposta à primeira provocação, Kelman afirmou que a escala ótima não é a municipal, uma vez que precisam-se de massas críticas em economia, regulação, e outros conhecimentos, algo que não se encontra com facilidade em escala municipal. Segundo ele, municípios pequenos são inibidores de investimentos, uma vez que são muito sujeitos a interferência do prefeito, bem como às mudanças políticas a novo prefeito. Kelman acredita que o governo do estado não deve incentivar as prefeituras a prestarem esse serviço, agindo de forma a não colaborar para que o façam. Entende que o estado deve, regionalmente, prestar o serviço, mantendo o subsídio cruzado.

Em resposta à quarta provocação, pergunta: – Qual a ideia do Fator K? As empresas devem ser estimuladas a buscar eficiência e novas tecnologias. Em uma regulação por incentivos, esses ganhos de eficiência atendem dois grupos de interesse, os acionistas que querem lucro e os consumidores que querem qualidade nos serviços. Há um terceiro grupo: “os sem-serviços”, as comunidades, os que não têm serviço enquanto coletividade. Esse grupo não necessariamente é bem servido pela modicidade tarifária; o que a população quer não é necessariamente tarifa muito baixa, mas sim, tarifa justa. Pois não é vantajoso a tarifa ser baixa, enquanto os rios estão poluídos, sem um adequado tratamento de esgotos.

A apresentação de Hélio Luiz Castro

Hélio Castro apresenta em seus slides iniciais três pontos que devem servir de base para o tema discutido:

- 1) O modelo ideal de regulação: estadual, municipal ou por consórcio público.
- 2) O desenho regulatório é considerado instrumento basilar para se garantir eficiência e eficácia à atividade reguladora.
- 3) O ente regulador necessita ter capacidade técnica e escopo legal bem definido, bem como as decisões da agência devem ser tomadas por órgãos colegiados.

A qualificação dos serviços de saneamento como público traz três características que merecem discussão e análise:

- Fez incidir sobre os prestadores uma forte incidência regulatória;

- Deve assegurar a existência e a acessibilidade destes serviços a toda a coletividade, ou seja, a universalização do serviço;
- Cria mecanismos de restrição de acesso a quem queira explorar tal atividade.

No caso da incidência regulatória, o estado acabou assumindo um triplo papel: o de formulador de políticas públicas cujas pautas e metas ditarão a exploração do serviço; o de titular do serviço e dos bens a ele afetos, cuja preservação lhe incumbe em face de quem (equilíbrio da relação contratual); e o ente regulador encarregado da defesa do usuário, de preservador das linhas gerais de exploração da atividade e ainda mediador dos interesses de todos os agentes envolvidos.

Hélio Castro afirma não haver um consenso sobre a conformação do modelo ideal de regulação, isto é, se estadual, municipal ou por consórcio público. Que em cada modelo há vantagens e desvantagens.

O modelo estadual apresenta a possibilidade de possíveis economias de escala e de escopo, as quais resultam na redução dos custos unitários com regulação, mas tem como desvantagem a distância com a prestação dos serviços.

O modelo municipal apresenta como vantagem a proximidade com a prestação dos serviços, mas como desvantagem, pode ser, em muitos casos, inviável sob a ótica econômica devido a falta de ganhos de escala e de escopo. Maior suscetibilidade a ingerências políticas. Assim os modelos estadual e municipal são antagônicos no que tange às vantagens apresentadas.

O consórcio público representa uma alternativa intermediária que minimiza os aspectos negativos das configurações estadual e municipal, mas tem como desvantagem a multiplicidade de titulares envolvidos podendo gerar conflitos na escolha do quadro dirigente e no processo decisório da agência, em particular após mudanças de governos.

Hélio Castro apresenta quadros comparativos que mostram que nos municípios regulados pela ARSESP, os indicadores são mais satisfatórios do que aqueles não regulados pela ARSESP.

Afirma que o desenho regulatório é considerado instrumento basilar para se garantir eficiência e eficácia ao setor de saneamento, sendo este setor apoiado em um tripé: regulação, gestão e planejamento. Sobre a regulação destacam-se a independência financeira e administrativa da agência, os mandatos fixos de seus dirigentes, a diminuição do número de vacância e a participação social. Sobre o planejamento estratégico destaca que é prioritário para o fortalecimento da agência e que a ARSESP está modelando licitação para o desenvolvimento do planejamento estratégico de todas as diretorias.

Apresenta proposições para uma regulação consistente e coerente, sendo elas: (i) Normas que assegurem a independência das agências reguladoras; (ii) Dispositivos que disciplinem a nomeação de seus diretores; (iii) Definição expressa de sua competência normativa e decisória e (iv) Disciplina dos processos administrativos por elas desenvolvidos.

Hélio Castro fecha sua apresentação com algumas conclusões sobre os três pontos apresentados no início, são elas:

- 1) Não há um consenso sobre a conformação do modelo ideal de regulação, isto é, se estadual, municipal ou por consórcio público.
- 2) O desenho regulatório é considerado instrumento basilar para se garantir eficiência e eficácia à atividade reguladora.
- 3) O ente regulador necessita ter capacidade técnica e escopo legal bem definido, bem como as decisões da agência devem ser tomadas por órgãos colegiados. Consequentemente, o conjunto destes mecanismos possibilita minimizar riscos de captura das agências, desvios de finalidade e corrupção.

A apresentação de Carlos Eduardo Tavares de Castro

Carlos Eduardo inicia sua apresentação apresentando o grupo que representa. O grupo Águas do Brasil atualmente é formado por 14 concessionárias que atendem 15 municípios em 4 estados brasileiros com gestão total ou parcial dos serviços de água e esgoto em todas as suas fases. São mais de 6,5 milhões de pessoas atendidas e contratos de longo prazo com mais de 25 anos.

A Lei 11.445/07 estabelece diretrizes para o saneamento básico e define a regulação e fiscalização dos serviços. A regulação tem o papel de: (i) fazer cumprir as políticas públicas decididas no âmbito do Executivo e Legislativo; (ii) Incentivar a eficiência na prestação dos serviços; e (ii) Proporcionar estabilidade e equilíbrio entre poder concedente, prestador de serviço e usuário.

Como a lei define que a competência para definir o ente regulador é do poder concedente, o município, como consequência, isto pode levar a um elevado número de agências reguladoras, que podem vir a ter estruturas precárias e insuficiência de recursos, afetando sua autonomia financeira e operacional, além de dificuldade de capacitação e qualificação do pessoal.

Foi apresentado um dado da ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação, de 2014 que informa que das agências de saneamento do país, 23 são estaduais, 3 são consórcios intermunicipais e 24 são municipais. Carlos Eduardo com isso mostra que a fragmentação da regulação com elevado número de agentes associada à fragilidade na atuação por falta de recursos ou por proximidade excessiva com o poder concedente acarreta uma deficiente regulação.

Alguns caminhos a seguir para uma regulação eficiente são propostos:

- *Induzir a formação de consórcios intermunicipais.* Solução de menor custo com possibilidade de maior qualificação técnica, paridade proporcional aos poderes concedentes e foco na fiscalização dos contratos.
- *Reforçar a distinção dos papéis.* Estabelecer políticas de saneamento é papel do poder concedente; regular e fiscalizar é papel da agência reguladora, enquanto que investir e operar os serviços é papel do operador, seja público ou privado.
- *Estimular a adesão dos municípios às agências estaduais.*
- *Demonstrar e assegurar a isenção da atuação do regulador e a “não captura” pelo estado.* Criar instância plenária com participação dos municípios. O desafio persiste onde normalmente há um sentimento de

“perda de poder” pelo titular do executivo municipal e na dificuldade em integrar um sistema com múltiplos atores.

A regulação dos serviços deve seguir padrões e referências. Padrões como o uso de indicadores consagrados (SNIS). Deve considerar como referência algumas tradições em regulação, é o caso da regulação francesa (que regula o contrato) ou da Anglo-Saxã (que regula a concessionária/prestador). Existe ainda uma dificuldade em homogeneizar os serviços entre os municípios.

Em outro tópico cita a autonomia que as agências devem ter para não sofrerem interferência pelo estado. A agência se posiciona “equidistante” entre o poder concedente, o operador e o usuário e que não deve permitir a “captura” pelo operador, nem pelo poder concedente. Se a captura ocorre há riscos de o serviço não avançar, a qualidade cair ou os preços ficarem fora de controle. Assim, a agência deve se manter equidistante dos principais atores. A captura da agência é consequência: (i) Da mistura do papel de formular políticas *versus* fiscalizar serviços; (ii) Da fragilidade técnica-operacional para equilibrar os interesses coletivos dos usuários ou (iii) Da dificuldade em se posicionar de forma contrária aos atores, quando o equilíbrio contratual é ameaçado. Para se evitar interferência do estado também deve-se evitar: (i) O comprometimento do regulador com o interesse privado; (ii) A submissão do regulador ao poder concedente; (iii) A intromissão do legislador sobre o regulador; (iv) A interferência unilateral do regulador na política pública estabelecida para a prestação de serviços; (v) O acolhimento de demandas individuais/específicas em detrimento ao interesse coletivo – prejuízo à universalização e (vi) A atuação “intimidatória” do regulador via excessos de sanções. As competências outorgadas ao regulador devem ser feitas por lei para garantir segurança jurídica, assim como a discricionariedade do regulador não pode comprometer o interesse público, *acolher o capricho de alguns pode prejudicar a coletividade*.

Finalmente elenca alguns problemas enfrentados na questão da interferência pelo poder concedente: (i) Captura pelo poder concedente; (ii) A indefinição do ente regulador; (iii) A interferência legislativa (promulgação de leis que ferem os instrumentos contratuais e programáticos, que embasaram a delegação dos serviços) e (iv) O *Ato do Príncipe* (decretos do executivo desrespeitando os elementos basilares do contrato).

A regulação não deve distinguir o tipo de prestador, seja público ou privado, municipal ou estadual.

A apresentação de Marcos Thadeu Abicalil

Abicalil afirma que o tema regulatório requer tempo de amadurecimento por parte dos países. Cita como exemplo a Inglaterra com o Fator K.

A crise fiscal brasileira é uma crise de longo prazo, por isso colocará em cheque a capacidade do país de investir em infraestrutura. Para que o Brasil possa superar a referida crise, temos que dobrar o investimento para atingir as metas do PLANSAB. Apesar das dificuldades, o Brasil tem mostrado estabilidade na regulação ao longo dos últimos 10 anos. A regulação no Brasil tem sido resiliente na diferença entre o ambiente econômico que estamos vivendo.

O financiamento público em infraestrutura no Brasil é limitado ao espaço fiscal, e que o financiamento privado com cerca de 15% do total, tem potencial de chegar a 50%.

Em geral, agências federais têm uma capacidade regulatória superior às agências estaduais.

4. DEBATE, DESAFIOS, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Kelman entende que a ANA pode exercer papel normativo na regulação do saneamento, no sentido de dar “método” à regulação nacional.

Kelman entende que a decisão do ministro Gilmar Mendes impõe que tem que se dar: ou voluntariamente no sentido de os municípios desejarem associar-se em consórcios, ou que uma lei estadual obrigue a formação de um colegiado formado por estado e municípios designando como se deve dar a regulação.

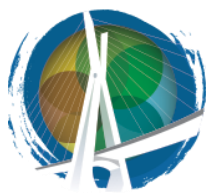
Segundo Kelman, a discussão mais interessante está relacionada à capacidade de pagamento dos consumidores. Em diversas partes do país, essa limitação é real. Você não consegue, só com a tarifa, realizar o investimento necessário, precisa de recursos públicos.

É possível atingir a universalização só com tarifa. Mas dá pra fazer mais? Kelman acredita que pode. A tarifa tem que remunerar o investimento já feito; não o investimento que deveria ter sido feito. Falta muita infraestrutura para ser construída, por isso, o cálculo tarifário tem que fazer com que a tarifa cresça. Por isso, a tarifa em NY e em Paris é maior que a tarifa em São Paulo, porque a infraestrutura já foi criada.

Hélio Castro discorda de Kelman porque os problemas não são resolvidos pelas agências reguladoras. Quem define quanto vai ser investido não é a agência reguladora, isso vem do poder concedente e da concessionária.

Hélio Castro acredita que em todo Brasil, as agências reguladoras estão se fortalecendo, os concessionários também entendem que é importante a melhoria da regulação.

Os investimentos só acontecerão mais se houver uma regulação cada vez mais fortalecida.



Painel J2 – Contrato de Remuneração Por Resultados

Data: 04/10/2017

Horário: 16h15min – 18h15min

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Isabel Oshiro
Relator Junior: Leonardo Vardanega

1. INTRODUÇÃO

A forma como os processos de Contratação de Bens e Serviços de Engenharia no Brasil vinham sendo realizados, especialmente nas empresas públicas, se mostrava muitas vezes ineficaz para atender os objetivos e o escopo dos projetos contratados. Isso se dá pelas limitações e dificuldades de aplicação adequada da legislação vigente (lei 8666) durante todo o processo (Contratação-----Elaboração dos Projetos-----Execução dos Serviços-----Fiscalização) o que motivou numa cultura baseada na contratação pelo menor preço resultando em excessiva judicialização dos processos, baixa qualidade dos serviços, maior dificuldade de fiscalização no atendimento aos objetivos, trazendo prejuízos, sociais, financeiros, para a sociedade em geral.

Buscando enfrentar essa situação novas propostas de legislações e regulamentações (ex. Lei das Estatais) vem surgindo e abordando o tema de forma mais abrangente o que possibilitará uma maior participação das empresas contratadas durante todo o ciclo de vida esperado na contratação. Espera-se dessa forma vantagens em relação aos processos de contratação tradicional: (A) Maior Compartilhamento de Riscos, (B) Maior Agilidade no Processos Contratuais, (C) Segurança Jurídica entre as partes envolvidas, (D) Contratação mais facilmente fiscalizáveis, (D) Aplicação de Indicadores para avaliar a Saúde Físico-Financeira do Projeto.

Uma alternativa empregada durante os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo (RDC) se mostrou ineficaz para atender essa expectativa de forma permanente, especialmente por não ter sido concebida para atender às necessidades de longo prazo de demandas, especialmente em serviços de saneamento nos quais os contratos de concessão são de longa duração, além de permitir a contratação de serviços sem a execução de projetos detalhados.

O Painel “*Contrato de Remuneração por resultados*” objetivou trazer um panorama de novo modelo de contratação no Brasil identificando os desafios, riscos e oportunidades associadas ao formato que já vem sendo empregado em alguns serviços específicos.

Para tanto, 4 palestrantes de diferentes entidades que atuam diretamente no setor de Saneamento (Empresas Públicas Concessionárias, Empresas de Consultoria) apresentaram e debateram cases de aplicação desse tipo de contratação aplicados a diferentes objetos contratuais de serviços de engenharia.

O resultado indicou a aplicabilidade e futuro promissor para esse tipo de contratação, e um serviço em especial se destaca nessa aplicação: Os programas de Redução de Perda no Abastecimento principalmente quando aplicados nas chamadas áreas sub-normais (Áreas de ocupação desordenada ou áreas de vulnerabilidade sócio ambiental).

2. PALESTRANTES

Palestrante1: Flavio Lemos, Diretor de Serviços da Suez Brasil.

Título da Palestra: Contratos de Resultados Aplicados à Distribuição de Água;

Palestrante2: Francisco Paracampos, Superintendente da Unidade de Negócio Centro – MC/ SABESP.

Título da Palestra: Cobrança de Débitos por meio de contratos de Risco.

Palestrante3: Paulo Caldeira, Superintendência de Operação e Manutenção de Redes CAESB/DF.

Título da Palestra: Contrato de Manutenção da Rede DE Água e Sistema de Esgoto de Brasília – Remunerado por Desempenho.

Palestrante4: COLOCAR NOME E QUALIFICAÇÃO DO PALESTRANTE

Título da Palestra: Redução de Perdas e Recuperação de clientes em áreas de vulnerabilidade socioambiental estudo de caso SABESP.

3. PARTE 1 – APRESENTAÇÕES

Palestra 01: Contratos de Resultados Aplicados à Distribuição de Água;

Na palestra 01, o diretor da Suez mostrou dados de atuação da empresa no cenário global. Dados indicam que os índices médios de água não faturada no mundo representam cerca 35% do total produzido, sendo 49 mil m³/ano o que resultam em prejuízos econômicos de 14 bilhões de dólares anuais. A média nacional brasileira mostra que 37% daquilo que é produzido deixa de ser faturado resultando em 8 bilhões de reais em prejuízos econômicos. Na sequência foi apresentada a metodologia de execução de contratos por resultado utilizada pela Suez, em Projetos de Redução de Perdas no Abastecimento de Água, conforme detalhado a seguir:

Etapa 1: Estudo ou Etapa de Planejamento, Etapa2: Implantação do Contrato

A etapa 01 se refere à pré-execução do contrato e contempla todo o planejamento e elaboração do TR de contratação por parte da contratada. Na execução da etapa 02, os contratos de performance devem ser divididos em 3 fases principais distintas: (1) Pré Operação: Prazo de duração médio de 12 a 18 meses e contempla a fase de maior aplicação de investimentos e dos recursos previstos com a implantação das intervenções, ajustes e estudos complementares, (2) Apuração Performance: Prazo de duração de 6 meses, e visa avaliar a saúde físico-financeira durante o processo de execução do contrato. (3) Remuneração do Contato: Fase da remuneração a partir do qual a curva de dos benefícios financeiros passa a superar a curva dos custos, e o contrato passa a se auto remunerar. O prazo é em média de 5 anos e a remuneração ocorre em remunerações fixas mensais ao longo do período.

Os contratos aplicados dentro da metodologia demonstrada apresentam as seguintes vantagens ou benefícios: (A) Redução do Prazo em relação a contratação convencional, otimizando o processo de gerenciamento canalizando esforços (gestão de recursos) (B) Foco Forte na Satisfação do Cliente e melhoria da Performance da Concessionário junto ao cliente Final, (C) Eficiência Energética, (D) Resultados satisfatórios podem ser obtido a curto prazo e a um baixo investimento quando comparado a aplicação de investimento em ações estruturais convencionais.

Foram também apresentados dados de alguns dos projetos desenvolvidos pela Suez aplicando a metodologia apresentada cabendo citar 02 estudos de casos principais: (1) Jardim São Luiz, São Paulo, SP em que obteve como resultado uma economia no volume de água de 51% em relação à meta inicial prevista. (2) Olinda, PE: Resultará numa redução de 48.500.000 m³ em 4 anos.

Ainda assim, cabe salientar os novos desafios e oportunidades voltados a esse setor que é a necessidade de disseminar a implantação de plataformas de monitoramento em tempo real através e de novas tecnologias e que já se encontra em fase de maturação em países desenvolvidos com foco em cidades inteligentes.

Palestra 02: Cobrança de Débitos por meio de contratos de Risco.

Nessa Palestra o Superintendente da unidade de negócio centro da SABESP, apresentou estudo de caso do tipo de contrato de desempenho aplicado à diminuição de perdas comerciais especialmente resultantes da inadimplência das faturas de água.

As maiores dificuldades encontradas estavam no elevado prazo decorrente desde a notificação de vencimento por parte da concessionária até o efetivo pagamento do débito pelo cliente, o que comprometia sobremaneira o fluxo de caixa da companhia.

A busca de solução para esse problema se baseou nos modelos de cobrança implantados em setores com modelos regulatórios mais consolidados (a exemplo do setor da telefonia e TV a cabo) em que a aplicação de estratégias comerciais de comunicação pré-cobrança administrativa e judicial garantiam redução das perdas financeiras resultantes da inadimplência em tempo compatível com as expectativas das concessionárias. Nesses serviços o ciclo de interrupção no fornecimento e de notificação de fornecimento variavam, respectivamente, de 15 a 30 dias, e entre 5 a 15 dias nos serviços de telefonia, e de 45 dias ou mais e 75 a 135 dias, na SABESP.

Foi então que a partir do ano de 2000 a SABESP passou a implantar na área de negócios os Contratos de Risco de Cobrança de Débitos e que foram divididos em três formatos principais: (1) Combate as Fraudes e remuneração por % sobre volume/ valor apurado, (2) Hidrometria de Grande capacidade e remuneração por porcentagem do ganho efetivo com a troca dos hidrômetros, (3) Cobrança administrativa e Judicial e remuneração por porcentagem do valor recuperado

O primeiro contrato implantado ainda no ano de 2000, visava o combate as fraudes através da troca de hidrômetros, mas se mostrou ineficaz uma vez que os custos de implantação eram incompatíveis com os ganhos financeiros obtidos. Num segundo momento, ainda no ano de 2000, a SABESP licitou contrato voltado a Recuperação de Créditos vencidos através de cobrança, corte e supressão de ligação, baseado no formato 3 indicado no parágrafo anterior. A aplicação

apresentou resultados satisfatórios, tendo um prazo total de execução de 42 meses e uma remuneração do contratado de 6 a 8% do valor recuperado. Ainda assim, a SABESP verificou possibilidade de melhoria no modelo implantado em 2000. Foi então que em 2017 implantou contrato similar, fazendo ajustes específicos no ciclo de cobrança administrativa mais voltado à comunicação quase imediata do débito, associado a um menor tempo de cobrança administrativa. Esse último modelo resultou em um maior valor recuperado o que aumentou a remuneração do contratado chegando a 11,4% do valor recuperado além de uma efetiva redução no tempo da cobrança administrativa.

Apesar de demonstrar os benefícios do formato de contratação é necessário ficar atento as restrições necessárias para sua aplicação (1) Necessidade de Cadastro Comercial e Estoque de Débito confiáveis, (2) Necessidade de *Compliance* bem desenvolvido de ambos, contratada e contratante. Também foram verificados alguns desafios para sua expansão: (1) Pagamentos de Contas de concessionárias é altamente sensível a cenário macroeconômico e que afeta esse tipo de contrato; (2) Necessidade de ter escopo bem definido com noção exata dos custos do terceiro para aplicação de remuneração realistas.

Palestra 03: Contrato de Manutenção da Rede DE Água e Sistema de Esgoto de Brasília – Remunerado por Desempenho.

Na Palestra foram evidenciadas as dificuldades enfrentadas pela CAESB em processos de contratação anteriores baseados em medições através da emissão de Ordens de Serviço -OS. Essas contratações apresentavam limitações especialmente devido aos conflitos de interesse inerentes entre Contratada x Contratante, o que resultava ocorrências excessivas de retrabalho, elevados custos de fiscalização, elevado prazo de atendimento e ainda a execução de serviços de baixa qualidade.

Tomando por elemento motivador essas dificuldades, a CAESB decidiu, a partir do ano de 2015, implantar contratações de remuneração por desempenhos. Para tanto foi necessário enfrentar o dilema da mudança ou quebra de Paradigma. Através dessa mudança existiu uma expectativa de otimização sobre diferentes aspectos: (1) Gestão planejada, (2) Redução de Retrabalhos, (3) Otimização do tempo de atendimento, (4) Aumento da eficiência na fiscalização, e (5) Nova postura do Prestador de Serviço. Diferentemente do que foi apresentado nos estudos de caso das duas primeiras palestras, em que os resultados obtidos eram diretamente convertidos em remuneração financeira aos contratados, no caso da CAESB o ponto chave para avaliar a eficiência do contrato bem como o desempenho do Contratado foi a criação e acompanhamento de indicadores de desempenho, divididos em quatro áreas:

- IOSM - Indicador de conformidade de Ordens de Serviço Manutenção
- ISC - Indicador de Satisfação de Clientes
- ISAP - Indicador de Serviços Atendidos no Prazo
- IQSE - Indicador de Qualidade de Serviços Executados

A aplicação dos indicadores foi importante para avaliar o trabalho do contratado. Também possibilitaram o acompanhamento da eficácia das ações de forma a que se pudesse recuperar o índice de desenvolvimento global ao longo da execução do

contrato. A aplicação do indicador de qualidade possibilitou 20% de redução na quantidade de emissão de OS e redução de custos de 25%, quando comparados aos modelos de contratação anterior. Também foi possível executar fiscalização por amostragem o que reduziu custos e o tempo destinado às fiscalizações. Alguns desafios foram enfrentados no processo de execução especialmente a necessidade de capacitação de todas as partes interessadas envolvidos para adequado entendimento do novo processo.

De forma geral, a aplicação do novo modelo está sendo satisfatória, mas depende de melhoria contínua na diminuição dos conflitos de interesse entre as duas principais partes interessadas.

Palestra 04: Redução de Perdas e Recuperação de clientes em áreas de vulnerabilidade socioambiental estudo de caso SABESP.

No estudo de caso apresentado, que também foi tema de discussão em outro painel do Congresso *“Saneamento em favelas e outras áreas de ocupação irregular”*, foi apresentada a experiência desempenhada na melhoria técnico-operacional de SAA em uma área irregular caracterizada em situação de vulnerabilidade sócio ambiental. Sabe-se que o combate as perdas em áreas de ocupações/assentamentos irregulares tendem a trazer bons resultados uma vez que as situações prejudiciais associadas às perdas Físicas e Comerciais (Fraudes, Ligações Clandestinas, Falta de Cadastro, Falta de matrículas, Rompimentos, Dificuldade de Gestão Operacional Vazão x Pressão Adequadas), ocorrem de forma concomitante e em elevado número de consumidores, especialmente nas grandes cidades brasileiras. Nesse contexto a SABESP licitou no ano de 2015, projeto de Redução de Perdas via contrato de performance que tinha 4 objetivos principais: (1) Reduzir desperdício de água em consumidores carentes; (2) Regularizar o abastecimento nestas comunidades; (3) Assumir a responsabilidade de abastecer com qualidade estas comunidades e eliminar o abastecimento “clandestino” , (4) Identificar e cadastrar os consumidores de classes sociais “carentes”, criando uma política de cobrança compatível com sua capacidade de pagamento, e consequentemente identificando e eliminando os “oportunistas” ou “proveitadores” da situação.

Os principais desafios observados na execução do trabalho ficaram associadas à necessidade de estratégias de comunicação específicas para o público carente, dificuldades de acesso e necessidade de autorização de acesso da prefeitura por se tratar de área legalmente não estabelecidas e ainda na resistência em encarar áreas de Vulnerabilidade com a mesma qualidade oferecida a outros clientes e ainda a necessidade de atingimento de elevados índices de sucesso sob pena de não haver remuneração do Contratado.

✓ Em termos de conquistas e melhorias o estudo possibilitou: (1) Inclusão Social a partir da emissão de Atestados de Residência, (2) Ganhos Superiores a 100% quando os objetivos do contrato são atendidos ou superados, (3) Criação de política de cobrança compatível com sua capacidade de pagamento

4. PARTE 2 – DEBATE

No Debate não foram verificados pontos de divergência. Houve sim alguns pontos de convergência de forma que todos os participantes concordaram sobre a importância da aplicação das plataformas de operação e foco nas cidades inteligentes e como plataformas podem auxiliar o monitoramento dos contratos incluindo tomada de decisão rápida na solução de eventuais problemas ou situações adversas.

Também foi exemplificado que o uso dessas tecnologias vem sendo adotado em larga escala em projetos similares de países desenvolvidos da Europa de forma que não existem empecilhos de ordem tecnológica para sua efetiva implantação no Brasil.

Outro ponto convergente foi a necessidade de se conhecer a estrutura do contratos incluindo nessa questão a sugestão de aplicação de sistemas de *Compliance* robustos entre ambas empresas contratante e contratada.

Também ficou evidente que a implantação de contratos de performance requer a aplicação de processo de planejamento por parte das concessionárias já que demandam a mudança das metodologias de contratação desempenhadas até então.

5. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Dos 04 estudos de caso apresentados, pelo menos 02 deles estavam associados a implantação de programas de redução de perdas em sistemas de abastecimento de água.

Todos os estudos de caso apresentados demonstraram a viabilidade de aplicação desse novo modelo de contratação de serviços de Saneamento. Apesar disso, verifica-se limitação quando a sua aplicação a todos os serviços. Os resultados mais vantajosos foram naqueles serviços em que após a implantação dos investimentos os benefícios possam ser sentidos já de forma imediata ou já no curto prazo.

Seria interessante incluir na avaliação contratos de execução de serviços voltados à chamada redução dos custos da não qualidade em gerenciamento de projetos, especialmente estudos de reuso de efluentes e de aproveitamento energético de Biogás.

Painel J4 – O Profissional do Saneamento do Futuro

Data: 04/10/2017

Horário: 16h15 – 18h15

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Coordenadora: Maria Aparecida Silva de Paula

Relator Sênior: Samuel Rodrigues Castro

Relatora Júnior: Ana Claudia Aquino Rosa

PALESTRA 1: O PROFISSIONAL DO SANEAMENTO DO FUTURO

Nilton dos Santos

Temos acompanhado revoluções que vão desde à mecanização dos processos produtivos, revolução energética, revolução das telecomunicações e eletrônica e, por fim, a automação total das fábricas, considerada a Revolução 4.0. Essa última, surgida na Alemanha em 2013, visa a conexão irrestrita e a integração de sistemas e equipamentos de forma a proporcionar uma vida remota, onde se preza estreita relação entre humanos e robôs. Cabe a nós as atividades estratégicas e de gestão, sendo todo o demais operacional absorvido pelos robôs. Mudanças tecnológicas e de inovação, bem como os desafios da atualidade, requerem “novos profissionais”, mais especializados, dotados de novos conhecimentos, propósitos e considerável capacidade de comunicação para potencializar e universalizar a informação. As demandas vão além do tecnicismo solicitado até então; é preciso ser gestor, engenheiro, comunicador, educador. É necessário conciliar modernidade e sustentabilidade, crescimento e ecologia, futuro e responsabilidade. É preciso se reinventar (*reinventing organization*). Tecnologias integradas são presentes em “fábricas inteligentes” e também no nosso dia-a-dia. É crescente e incontável o número de aplicativos disponíveis para nossos *smartphones*, para os diversos fins, muitos não conhecidos e tampouco utilizados. A mudança no mundo é certa, demandando mudança também no perfil do trabalhador, em direção a um “profissional multidisciplinar”. O profissional multidisciplinar é aquele com conhecimento amplo, criatividade, qualificação e é flexível às diversas demandas; tem capacidade de se reinventar, pró-atividade e inteligência emocional, automotivação; na busca incessante pelo resultado, tem capacidade de entrega com qualidade e agilidade, garantindo eficiência na competitividade. A tecnologia afeta a natureza do trabalho, não as oportunidades, que devem ser exploradas e debatidas para embasar o preparo. Programas de requalificação profissional devem ser colocados na pauta do dia e não só inseridos em ações governamentais, mas também em universidades e escolas, devendo ser revisada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Há de se ter sabedoria para unir novas tecnologias, integrando a internet das coisas para o consumo consciente, redução de perdas, produção mais limpa, hábitos sustentáveis, qualidade de vida, universalização do saneamento, entre outras questões.

PALESTRA 2: O PROFISSIONAL DO SANEAMENTO DO FUTURO

Guilherme Ary Plonski

“Eu sou eu e minha circunstância: se eu não a salvar, não hei de me salvar”. O profissional do saneamento do futuro é aquele que atua além das questões do Saneamento. A afirmação “problemas complexos, requerem soluções integradas” é a síntese das questões relativas às cidades, pois envolvem planejamento, logística, saneamento, questões territoriais e muitas outras. A agenda do saneamento conecta-se com outras; eis o grande desafio, tais como *saúde, meio ambiente, cidades, recursos hídricos e objetivos do desenvolvimento sustentável*. A questão se torna complexa, pois envolve diversas agências, órgãos e instituições. A íntima relação

entre saneamento e saúde infantil é prática e corroborada pela correlação existente entre a taxa de mortalidade infantil de acesso da população às condições básicas de saneamento. Como grande desafio, destaca-se a complexidade das novas demandas no que tange aos tratamentos de água, tecnologias capazes de eliminar disruptores endócrinos e outros, relembrando do ocorrido na cidade de Caruaru/PE, onde mais de 60 pessoas morreram pela presença de microcistinas na água em uma clínica de hemodiálise. No tocante às cidades, a questão da Conferência Habitat III, realizada em outubro de 2016, na cidade de Quito/Equador, evidencia a proposição de uma nova agenda urbana, com vistas à criação de cidades limpas, verdes e inclusivas. Essas premissas são significativas, pois em torno de 85% da população brasileira mora em zonas urbanas. Na vertente dos recursos hídricos, destacam-se os 20 anos da Política Nacional dos Recursos Hídricos, criada em um cenário de grande ceticismo, a qual deu início a um modelo de gestão integrada com vistas à mitigação de conflitos, promovendo sinergia entre os diversos atores. O conceito de gestão por bacia, e não por divisões políticas e administrativas, amplamente discutido nos anos 80, tem se mostrado eficiente. Sobre objetivos do desenvolvimento sustentável, há uma cultura de descrença de que os objetivos e metas assumidos serão alcançados. Em linhas gerais, os objetivos do Milênio foram atingidos e/ou superados, inspirando a ONU a propor os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) com metas a serem atingidas até 2030. Dentre os objetivos, alguns se relacionam diretamente com o saneamento, com destaque para o objetivo número 6 – água limpa e saneamento. Os desafios são multidisciplinares, pois envolvem tecnologia, gestão, legislação, cultura, demandando mútua cooperação internacional, em que o Brasil precisa receber, mas também tem muito a oferecer. Precisa-se escutar e desenvolver a consciência da população sobre a importância do Saneamento. Por fim, surgem implicações profissionais, tanto para manter os atuais profissionais atuando na área, quanto atrair novos talentos, para um setor sob imensas transformações.

PALESTRA 3: O PROFISSIONAL DO SANEAMENTO DO FUTURO

Joper Padrão

Ao longo de 40 anos, sendo um cidadão do mundo e trabalhando com equipes bem-sucedidas, percebeu-se que o profissional multidimensional é abrangente e toma para si os desafios que surgem, fazendo destes, desafios do homem, do cidadão. Este profissional, consciente das mudanças, é capaz de se adaptar, pois a adaptação está na origem da humanidade. Peter Drucker afirma que é preciso entender que a mudança é uma constante da vida e as pessoas devem estar preparadas para a metamorfose. Joper, destoa por toda sua vida, devido a acontecimentos recentes, foi desafiado a ser canhoto. “Por que não?” Mudanças da vida impõem adaptação às constantes mudanças. Não importa o passado, desde que esteja preparado para enfrentar tais mudanças e seus desafios, mesmo que se tenha que contar com a solidariedade. O ser humano vem com atributos, aquilo que cada ser traz consigo, um equilíbrio entre deficiências e potencialidades, essas últimas, que devem ser valorizadas. Nesse sentido, departamentos de recursos humanos de uma empresa devem ser mais que um mero cartório registrando contratos e rotinas. As Organizações podem querer, ou não, dispor destes atributos.

São estes atributos que fazem a pessoa “ser quem ela é”. Quando deixamos de ser quem somos, com a essência intrínseca de cada ser, nos tornamos apenas mais um, um cpf, um rg, um cartão de crédito. Seremos pessoas que apenas acordam, fazem suas tarefas, se limitando a ser biodigestores, bioreprodutores, vivendo uma vida medíocre e normal. “Ser normal é meta do fracassado!”. A “normose” é oriunda do sistema educacional, que tenta padronizar pessoas e seus comportamentos. Impossível imaginar Steve Jobs e outros expoentes serem tratados como normais! Um exemplo de empresa que rompeu com a “normose” é o Google, em que os colaboradores andam de patins e levam seus gatos e cachorros para o escritório. O mercado espera profissionais multidimensionais e empreendedores, incluindo-se ética, responsabilidade social e atitude. Destacam-se quatro pontos de apoio que suportam o profissional multidimensional: *autorrealização* (fazer com prazer), *competência* (fazer bem), *reconhecimento* e *legado*, características que se resumem em “missão de vida”. Exemplo de missão são os professores, mesmo não sendo os mais bem pagos, são apaixonados pelo que fazem. O profissional multidimensional alia cinco atitudes: *competência* (aprimoramento profissional constante), *cultura* (abertura ao novo, e que esse novo desperte algo novo em nós), *transcendência* (compreensão existencial), *comprometimento* (dedicação à sua comunidade, voluntário espontâneo e solidário) e *ética* (princípios e valores). Compreende-se ética na medida em que há a compreensão multidimensional do que é vida e do seu papel na mesma.

PALESTRA 4: O FIM DA GESTÃO POR COMPETÊNCIA? O QUE NOS AGUARDA O FUTURO?

Marcos Aurélio Ferreira

Antigamente prevalecia a estabilidade profissional e as demandas do mercado. Hoje, há uma grande certeza: tudo muda o tempo todo! Ondas de inovação propõem intensas mudanças. Essa tem sido a tendência que nos leva a discutir a necessidade de ruptura com o passado, a Revolução 4.0. O atual modelo de gestão é capaz de nos preparar para o futuro? A gestão por competências na garantia do preparo e qualificação profissional tem se mostrado efêmera; as demandas do hoje não são capazes de garantir a capacitação do profissional do futuro. As competências são transitórias, há de se investir em habilidades. A complexidade do cenário atual exige que um estagiário, hoje, seja responsável por funções antes não desempenhadas por esse profissional. O mesmo acontece com um analista e com um coordenador. Observa-se a incorporação de atribuições e uma crescente complexidade ao longo dos níveis e trajetórias profissionais. As trajetórias são diferentes, em tempos diferentes, em setores diferentes. As exigências são maiores diante de novos níveis de complexidade. Diante desse cenário, atributos de potencialidades passam a ser pré-requisitos. Tais atributos estão relacionados com estratégias de enfrentamento, mudança, nível de agregação de valor, busca por referências profissionais, construção de vínculos, trânsito nos diferentes níveis. Dentre os citados destaca-se o atributo de mudança, nesse sentido: seja agente da mudança – proponha e lidere a mudança, preveja, antecipe, vença a resistência dos conservadores. Mobilize os demais membros do time a tomarem atitudes que, por si só, não o fariam.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

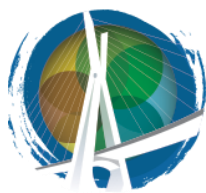
Para Nilton dos Santos, as mudanças no mundo são certas, fato que demanda mudanças também no perfil dos trabalhadores, que devem ser profissionais multidisciplinares. O Brasil é um país com grande diversidade e demandas prementes no saneamento, o que torna tal setor estratégico na absorção desse novo profissional, seja atuando como Gerente de Ecorrelações, Engenheiro ou Gestor Ambiental. “Não estamos pregando um ‘Darwinismo Tecnológico’, mas há de se preparar”. Estamos falando de futuro, e o futuro já começou!

Para Guilherme Ary Plonski, o desafio é operar bem a infraestrutura que já existe e implantar novas, com as inovações que o setor requer. O novo profissional deve ser ambidestro, tendo disciplina na gestão de processos, considerando a complexidade dos mesmos. Devem ser incentivados o empreendedorismo e o *corporate venturing*, explorando a capacidade da grande empresa em se articular com esses empreendedores, aliando estrutura e robustez com criatividade e ousadia para lidar com clientes interconectados, órgãos de controle, imprensa, sociedade. Eis a era do “E-commerce”, um cenário de oportunidades, em que conexão e visão clara de objetivos tornam-se necessidade na preparação profissional.

Para Joper Padrão, a linha de horizonte do profissional do futuro é hoje! Citando Peter Ducker, o profissional muda todo dia! Também devemos considerar as questões da espiritualidade, como colocadas pelo Stephen Covey. Esse profissional do futuro deve também, ser capaz de aprender, desaprender e reaprender, assim como Stephen Hawking, que brilhantemente reviu suas próprias teses. Não podemos perder de vista que o ser humano também é parte da natureza. E por fim, como somos todos um e devemos estar integrados. A síntese da vida é a ética, a vida de Gaia, um único ser com várias espécies, inclusive a humana, ar, água, terra.

Para Marcos Aurélio Ferreira, liderar hoje é ser capaz de estabelecer articulações, persuadir, influenciar, transitar em espaços de difícil acesso e mobilizar recursos. Quanto mais complexo o ambiente, maior será a resistência e, conseqüentemente, maior a dificuldade de liderar e articular. Por fim, é imperativa a habilidade de se fazer a leitura do novo!

Por fim, o desafio atual de aliar modernidade e sustentabilidade gera necessidade de preparo, adaptação ao novo. Prever o amanhã torna-se tarefa cada vez mais difícil e, por isso, ter visão sistêmica é essencial! O setor de saneamento apresenta grandes demandas; logo, potencialidades de absorver o profissional multidimensional, que deve atuar em todas as esferas, inclusive no funcionalismo público, apesar da complexidade. O Prof. Joper apresentou moção de resgate histórico dos Congressos da ABES – Goiás. 1991, que gerou *decálogo dos direitos do homem ao saneamento*.



Diálogo Setorial L1 – Tarifas, Subsídios e Recursos Fiscais

Data: 05/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Fernando Cintra Mortara⁵

Relatora Junior: Carla Mylena Vasconcelos⁶

⁵ fernando.mortara@gmail.com; 11 9-8929-6949

⁶ carlamylenavasconcelos@gmail.com; 11 9-9232-7403

1. INTRODUÇÃO

O relatório do painel L1 – Tarifas, Subsídios e Recursos Fiscais apresenta um breve relato das opiniões expostas pelos palestrantes Hugo Sérgio de Oliveira (consultor), João Paulo Capobianco (IDS), José Sylvio Xavier (SABESP) e João Henrique Soares do Couto (COPASA), apresentando as questões relevantes, desafios, sugestões, recomendações e propostas para o setor.

2. PALESTRANTES

Luis Eduardo Grisotto (Coordenador) - Diretor da ABES/SP

Hugo Sérgio de Oliveira – Consultor especialista em estrutura tarifária e regulação

João Paulo Capobianco – Ambientalista e conselheiro do Instituto Democracia e Sustentabilidade

José Sylvio Xavier –Superintendente de Custos e Tarifas da SABESP

João Henrique Soares do Couto – Superintendente de Faturamento e Regulação da COPASA

3. APRESENTAÇÕES

3.1. Coordenador: Luis Eduardo Gregolin Grisotto – Especialista em Recursos Hídricos e Diretor da ABES/SP

- Luis Grisotto apresentou um panorama das dificuldades enfrentadas pelo setor na questão de investimentos governamentais e a necessidade de aumentar o debate em torno de subsídios, tarifas e regulação como forma de inserir a sociedade na discussão sobre metas, prioridades e estrutura tarifária. Com essa introdução, passou a palavra aos palestrantes.

3.2. Hugo Sérgio de Oliveira – Consultor

3.2.1. Introdução

- Responsabilidade da estrutura tarifária é das empresas prestadoras do serviço.
- As externalidades precisam ser incluídas nas propostas de estruturas tarifárias, admitindo-se, por exemplo, que a preservação dos mananciais é essencial para a prestação do serviço.

3.2.2. Síntese dos modelos de subsídios existentes

- Subsídio cruzado de demanda: Subsídios de consumidores que pagam mais que o custo a consumidores que pagam menos que o custo do m³.

- Subsídio direto da oferta: investimentos em ETAs e preservação de mananciais.
- Erro de Exclusão (6,6%) e erro de Inclusão (13,6%).

3.2.3. Análise de estruturas tarifárias

- Demanda urbana: Pouco focalizada, possuem erros na entrega, sobre preços sem limites, critério de focalização geográfico não ligado à renda.
- Demanda rural: Não estão sendo outorgados.
- Urbano oferta: sem critério de focalização e sem incentivos para o cumprimento das metas.
- Oferta Rural: sem critério de focalização e sem incentivos para o cumprimento das metas. O subsídio outorgado se deteriora rapidamente.

3.2.4. Novo programa de subsídios

- O modelo atual tem baixa efetividade, não induz o uso racional, beneficia quem não se liga na rede e consumo mínimo é por unidade e não por pessoa.
- Sugeriu eliminar o consumo mínimo e subsídios para ligações domiciliares.

3.3. João Paulo Capobianco – Conselheiro do IDS

3.3.1. Compatibilização dos objetivos do saneamento com a sociedade

- “Ainda não se conhece de fato o custo da Universalização e da Segurança Hídrica”.

3.3.2. Fontes de recursos

- Tarifa não é a única fonte de recursos e não pode continuar sendo.
- Orçamento público – essencial para a universalização e obrigação constitucional e legal. Questão de prioridade; não há falta absoluta de recursos.
- Destacou a importância da cobrança pelo uso da água.
- O investimento público não pode ser ignorado antes da universalização.

3.3.3. Situação do saneamento brasileiro – Brasil medieval

- Investimentos estáveis X degradação de mananciais crescente.
- Queda dos investimentos federais nos últimos anos.
- Aumento da arrecadação de impostos das companhias estaduais retirando recursos do setor. Veto presidencial à proposta de isenção de impostos do setor, aprovada no Senado.
- Apresentou e comentou dados do Atlas do esgoto da ANA.

3.3.4. Desafios e encaminhamentos

- A Tarifa não possibilita atingir a segurança hídrica, deve ser reajustada considerando-a.

- Degradação de mananciais e áreas prioritárias de conservação.
- Pilares da evolução do setor: Transparência, Comunicação, Educação cidadã e corporativa.
- Priorizar os investimentos – deve-se bonificar em caso de atingimento de metas e penalizar se não ocorrer.

3.4. José Sylvio Xavier – Superintendente de Custos e Tarifas da Sabesp

3.4.1. Considerações iniciais

- Complementariedade entre recursos fiscais e orçamentários.
- Queda de capacidade de investimento do Estado.
- Investimentos irrisórios do Estado: 2% em saneamento frente a mais de 50% em previdência.

3.4.2. Nível tarifário realista

- Capex e Opex, pagamento de investimentos em 45 anos.
- 1% possibilita investimento de 1 bilhão.
- Cultura do anti lucro: a realidade é que o lucro paga juros e novos investimentos e o que sobra é déficit, pela necessidade de novos investimentos.
- Limitador – o aumento tarifário não pode ser maior que a inflação.

3.4.3. Estrutura tarifária justa

- Subsídios cruzados entre regiões, segmentos, produtos e níveis de consumo.
- Nova realidade da distribuição da riqueza no estado de São Paulo.
- Ciclo do saneamento sugere a não diferenciação entre produtos.
- A realidade dos subsídios é de 28% de doadores para 72% de receptores. A pobreza é quase a regra e não a exceção.
- Necessário pacto inter-geracional.
- Indicação para valor mínimo pela disponibilidade e valor variável atrelado ao consumo.
- Estatisticamente não existe relação entre maior renda e maior consumo.
- Tarifa fixa para comércio e entidades públicas.

3.5. João Henrique Soares do Couto – Superintendente de Faturamento e Regulação da COPASA

3.5.1. Composição da tarifa

- Agências reguladoras e a não existência de um padrão de regulação.
- Reversão do benefício do JCP ao usuário.

- Remuneração diferenciada para bens essenciais e acessórios.

3.5.2. Revisão tarifária

- Tarifa fixa x Consumo mínimo.
- Tarifa de esgoto x Custo dos serviços. A conta não fecha. Não existe tarifa de esgoto que pague o serviço no Brasil. A tarifa precisa ser justa.
- Incentivos tarifários podem ajudar a sair do imobilismo dos investimentos em: Proteção de mananciais, Redução de perdas e Tratamento de esgoto.
- Obrigatoriedade a disponibilidade dos serviços de esgoto não garantem a adesão, pois a companhia de saneamento não tem poder de polícia.
- A segurança hídrica não gera receita, mas deve ser inclusa na tarifa.

3.5.3. Subsídio – COPANOR

- Subsídio tarifário inter-empresas e recursos do orçamento estadual, variável e finito.

3.5.4. Desafios e oportunidades

- Diretriz nacional para regulação do setor.
- Os recursos estaduais não são perenes, isso gera insegurança e mais custos.
- Tarifa de esgoto – definição dos critérios de cobrança.
- Investimentos de mais de 10 anos de tempo de retorno (maturação) e financiamento do setor.
- Universalização dos serviços (modelos alternativos): SPEs, PPPs e novos arranjos.

4. DEBATES

Após as apresentações o coordenador da sessão, Luis Grisotto, deu início ao debate destacando pontos chave das apresentações e algumas perguntas da plateia, passando a palavra para o consultor Hugo Sérgio de Oliveira. Hugo, que iniciou suas considerações finais fazendo uma breve introdução, destacou que a responsabilidade da estrutura tarifária é das empresas prestadoras do serviço de saneamento e que as externalidades precisam ser incluídas nas propostas de estruturas tarifárias, pois a preservação dos mananciais é essencial para a prestação do serviço. Em seguida, fez uma síntese dos modelos de subsídios existentes onde pontuou itens como: Subsídio cruzado de demanda - Subsídios de consumidores que pagam mais que o custo a consumidores que pagam menos que o custo do m³; Subsídio direto da oferta - investimentos em ETAs e preservação de mananciais. Referente à análise de estruturas tarifárias pontuou: Demanda urbana - Pouco focalizada, possuem erros na entrega, sobre preços sem limites, critério de focalização geográfico não ligado a renda; Demanda rural - Não estão sendo outorgados; Urbano oferta - sem critério de focalização, sem incentivos para o cumprimento das metas; Oferta Rural - sem critério de focalização, sem incentivos para o cumprimento das metas; e, o subsídio outorgado se deteriora rapidamente.

Em seguida, o coordenador da sessão passou a palavra para o Conselheiro do IDS João Paulo Capobianco, que iniciou falando da compatibilização dos objetivos do saneamento com a sociedade, onde expos que ainda não se conhece de fato o custo da Universalização e da Segurança Hídrica, e nem se a sociedade está disposta a arcar com ele. Continuou falando sobre as fontes dos recursos, pontuando que a tarifa não é a única fonte de recursos e não pode continuar sendo. O orçamento público, essencial para a universalização e obrigação constitucional e legal, deve ser incluído na discussão, pois mesmo com recursos governamentais limitados, seu direcionamento é uma questão de prioridade e sua contribuição ao setor não pode ser ignorada antes da universalização. Além disso, a cobrança pelo uso da água deveria fornecer mais recursos para reinvestimento. Referente à situação do saneamento brasileiro apontou: Investimentos estáveis *versus* degradação de mananciais crescente. E destacou a incoerência entre a queda dos investimentos federais nos últimos anos contraposta ao aumento da arrecadação de impostos das companhias estaduais, que retira recursos do setor. Comentou, também, sobre o veto presidencial à proposta de isenção de impostos do setor, aprovada no Senado, e sobre dados do Atlas do esgoto da ANA, recém lançado e divulgado.

Após as considerações de João Paulo Capobianco, o coordenador da sessão passou a palavra para o Superintendente de Custos e Tarifas da Sabesp José Sylvio Xavier, que iniciou sua participação falando do cenário existente e pontuando tópicos importantes das apresentações: Complementariedade entre recursos fiscais e orçamentários; Queda de capacidade de investimento do Estado; Investimentos irrisórios do Estado: 2% em saneamento frente a mais de 50% em previdência. Sobre o que chamou de nível tarifário realista, expos um pouco da relação entre Capex e Opex, do tempo de amortização de investimentos da ordem de 45 anos e que o aumento de 1% da receita operacional possibilitaria investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão. Falou também da importância de se rever a cultura do anti-lucro, pois a realidade é que o lucro é que paga os juros e os novos investimentos e o que sobra é um déficit real, não havendo dividendos; e de se reavaliarem as políticas de aumento tarifário atreladas à inflação, o que poderia retardar a universalização.

Para concluir as palestras, o coordenador da sessão convidou o Superintendente de Faturamento e Regulação da COPASA, João Henrique Soares do Couto, para comentários sobre as perguntas da plateia e suas considerações finais. Iniciou sua fala abordando a composição da tarifa e pontuou sobre a importância de se possuir um padrão nacional de regulação. Referente à revisão tarifária, elencou como itens principais a Tarifa fixa para consumos mínimos, que não incentiva o uso racional e independe do número de moradores de cada habitação, e a realidade de que a tarifa de esgoto não corresponde ao custo dos serviços, que possuem valor por m³ superior ao arrecadado: *“A conta não fecha, não existe tarifa de esgoto que pague o serviço no Brasil”*. Ainda sobre a arrecadação com serviços de coleta e tratamento de esgotos, comentou que quando da disponibilidade do serviço, mesmo com a obrigatoriedade legal de ligação das unidades à rede de esgoto, não garante a imediata adesão, pois a companhia de saneamento não tem poder de polícia. Por fim, retomou um dos pilares de sua palestra, falando que incentivos tarifários podem ajudar a sair do imobilismo dos investimentos em questões que não geram receita, mas que deve ser cada vez mais incluído na tarifa: Proteção de mananciais, Redução de perdas, Tratamento de esgoto e Segurança hídrica

Ao concluir as atividades do Painel, o Coordenador da mesa e Diretor da ABES/SP, Luis Eduardo Gregolin Grisotto, agradeceu a presença de todos, parabenizou o excelente debate e sugeriu que as discussões deste e de outros eventos do setor orientem-se para um ambiente de regulação mais transparente e coerente, que com certeza vai contribuir para apoiar o processo de revisão e estruturação tarifária, adequando-a à realidade do setor e às prioridades da população, rumo à universalização.

5. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Para Hugo Sérgio de Oliveira, o novo programa de subsídios deve prever a eliminação do consumo mínimo e subsídios para ligações domiciliares. Ainda pontuou que modelo atual tem baixa efetividade, não induz o uso racional, beneficia quem não se liga na rede e que o consumo mínimo deveria ser revisto, sob outros critérios.

Para João Paulo Capobianco, os desafios e encaminhamentos do setor são: Priorizar os investimentos – bonificar em caso de atingimento de metas e penalizar se não ocorrer; Transparência, Comunicação, Educação cidadã e corporativa; Degradação de mananciais e áreas prioritárias de conservação. Concluiu dizendo que a Tarifa não possibilita atingir a segurança hídrica, e por isso, deve ser reajustada.

Para José Sylvio Xavier, uma estrutura tarifária justa implicaria em: Subsídios cruzados entre regiões, segmentos, produtos e níveis de consumo; Nova realidade da distribuição da riqueza no estado de São Paulo; Ciclo do saneamento sugere a não diferenciação entre produtos; A realidade dos subsídios é de 28% de doadores para 72% de receptores. Indicou a necessidade de pacto Inter geracional; de um valor mínimo pela disponibilidade e valor variável atrelada ao consumo; e comentou que estatisticamente não existe relação entre maior renda e maior consumo; além da necessidade de debate sobre a tarifa fixa, para comércios e entidades públicas.

Para João Henrique Soares do Couto, os desafios e oportunidades do setor estão voltados para uma diretriz nacional para regulação do setor; os recursos estaduais não são perenes, isso gera insegurança e mais custos; Tarifa de esgoto – definição dos critérios de cobrança; Investimentos de mais de 10 anos de tempo de retorno (maturação) e financiamento do setor; e, Universalização dos serviços (modelos alternativos): SPEs, PPP e novos arranjos.

6. CONCLUSÕES

Em geral, os desafios retratados podem ser subdivididos em 3 partes: 1) Estrutura Tarifária, 2) Recursos fiscais e não fiscais e, 3) Subsídios diretos ou cruzados.

1) Estrutura Tarifária: Deve considerar custos fixos de disponibilidade da infraestrutura e variáveis de consumo; Modelo chileno é um bom exemplo; incluir incentivos por metas; incluir investimentos em externalidades como preservação de

mananciais; Aumentos reais da tarifa dependem de transparência e de melhorias do serviço; Revisões devem ser debatidas com a sociedade; e, onde disponível, vincular o fornecimento de água à ligação do esgoto.

2) Recursos fiscais e não fiscais: Se direcionados como subsídios, a tendência é que sejam alocados na oferta, não na demanda, caminhando para a universalização; o dinheiro da tarifa deveria ficar no setor. Isenção fiscal e priorização do saneamento devem ser debatidas com a sociedade e devem aumentar a compactuação da sociedade com os objetivos das empresas de saneamento; não existe recurso governamental garantido, pois não há indexação de nenhum imposto direcionado ao saneamento; e, a universalização com independência de recursos fiscais depende de uma estrutura tarifária justa e aceita pela sociedade.

3) Subsídios diretos ou cruzados: Os subsídios cruzados oneram regiões, setores ou consumidores que podem ou não ter condições de arcar com os custos; apenas cerca de 25% bancam subsídios para 75%, como se pobreza fosse a regra e não a exceção.

Painel L7 – Eficiência Energética no Saneamento

Data: 05/10/2017

Horário: 10h00 – 12h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Kasuyoshi Carlos Massuyama

Relatora Junior: Patricia Moreno Fernandes

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao Painel “Eficiência Energética no Saneamento”, realizado no âmbito do 29º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da ABES, do 28º Encontro Técnico da AESabesp e da 28ª Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente – FENASAN, que ocorreu entre os dias 2 a 6 de outubro de 2017 em São Paulo. O tema central do Congresso foi “Saneamento Ambiental Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Retomada do Crescimento”. O citado painel foi efetuado no dia 05 de outubro, no auditório 07 - Expo São Paulo – tendo sido coordenado por Ernani Ciríaco de Miranda, diretor de planejamento e regulação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

O painel previa os seguintes objetivos esperados:

- Aproximação do setor elétrico do setor de saneamento;
- Sensibilização para os custos de energia crescentes e os potenciais de economia existentes;
- Incentivo ao setor do saneamento a participar em chamadas públicas dos Projetos de Eficiência Energética (PEE);
- Incentivo a prestadores de serviço a considerarem critérios de eficiência energética no planejamento das infraestruturas;
- Incentivo a prestadores de serviço a tomarem medidas de eficiência energética operacionais;
- Inspirar municípios a tomar medidas de eficiência energética.

Entre os aspectos importantes levantados, os de maior relevância foram:

- a) As despesas com energia elétrica dos prestadores de serviços de água e esgoto, que impactam na saúde financeira dos prestadores de serviço, e consequentemente refletem no custo dos serviços ofertados à população; e
- b) O uso racional da energia, que é estratégico para a sustentabilidade econômica dos prestadores de serviço de água e esgoto.

Assim, este relatório constitui-se em documento fundamental para mostrar a qualidade dos debates ocorridos e o compromisso manifestado pelos diversos atores presentes, de que as manifestações e os debates aqui registrados se transformem em ações concretas, integradas e permanentes.

2. PALESTRANTES

1. Eng^a. Rita Cavaleiro de Ferreira
2. Eng. Humberto Bellina
3. Eng. Odailton Silva de Arruda

4. Eng^a. Gisele Alessandra Nunes Cunha Abreu

- **Debatedores:**

1. Eng. Gustavo Rafael Collere Passetti
2. Eng Sérgio Gatti
3. Eng. Ricardo Rogério Gardin

3. PARTE 1 – APRESENTAÇÕES

Primeira Apresentação – Eng^a. Rita Cavaleiro de Ferreira

A Eng^a. Rita Cavaleiro, coordenadora do Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água, o ProEESA, introduziu o tema do painel com a apresentação “Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água - Potencial de Economia no Brasil”. Em 2015, na Conferência do Clima em Paris (COP21), o Brasil propôs reduzir em até 43% as emissões de carbono. Considerando o consumo atual de energia elétrica nos sistemas de abastecimento de água, que está em torno de 10TWh (SNIS), seria necessário um elevado esforço para atingir a meta de 6TWh em 2034. Todavia, o Brasil apresenta dificuldades nessa questão. Vários fatores contribuem para essa dificuldade:

- Aumento da população brasileira – 204 - 225 milhões (projeções do IBGE, 2013);
- Taxas de atendimento de serviço de abastecimento de água (80%) conforme metas do PLANSAB em 2033 - 99% da (população urbana e rural);
- Aumento do consumo médio *per capita*: 1,2% ao ano (l/hab. Dia). (IN022);
- Aumento do consumo específico de energia elétrica 0,05% ao ano (kWh/m³). (IN058);
- Natural envelhecimento e degradação da rede de distribuição, conduzindo a um aumento de perdas de água de 0,3% ao ano.

Nas condições apresentadas acima, a projeção de consumo será de 24TWh em 2034, ou seja, o valor aumentará significativamente.

Nesse sentido, a palestrante ressaltou as seguintes metas do PLANSAB:

- Redução de perdas de água (prestador de serviço);
- Melhoria da eficiência energética dos equipamentos e infraestruturas;
- Uso racional da água pelo utilizador final.

Agindo de acordo com as metas do PLANSAB, ou seja, se houver redução de acordo com as metas do PLANSAB, há uma perspectiva de economizarmos 30%, alcançando o consumo de 20TWh em até 2034, ainda sim não atingindo a meta de Paris.

De acordo com a Eng^a Rita, conseguiremos chegar a aproximadamente 12TWh se tomarmos um conjunto de medidas voltados a perdas, eficiência e consumo, tais como:

- Baixar o nível de perdas: é um esforço imprescindível do prestador de serviços (meta PLANSAB reduzir de 36% para 31% - o ideal seria 20%);
- Redução de 0,82 para 0,58 kWh/m³ (30%) em melhorias eletromecânicas, sendo que o potencial de redução existente está entre 25% a 54%;
- Redução no consumidor: a meta é de 198 para 178 l/hab.dia (10%), cujo potencial de redução pode chegar até a 20%.

Efetivando as medidas apresentadas acima, o custo evitável em despesas de energia elétrica seria em torno de R\$ 127 bilhões, considerando o período de 2005 a 2033.

A Eng^a Rita finalizou a apresentação pontuando que a eficiência energética libera recursos para a universalização dos serviços e que é possível convergir com a Contribuição Nacional Determinada do Brasil no setor água, aumentando a eficiência energética no setor de abastecimento nas 3 vertentes, e principalmente, com recursos disponíveis (resultantes da EE e do PEE).

Segunda Apresentação – Eng. Humberto Bellina

Com o tema “Atuais Medidas de Eficiência Energética na CAESB”, o Eng. Humberto Mellina, Gerente de Gestão Energética da CAESB- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, apresentou as ações realizadas e previstas pela companhia em prol da eficiência energética.

A maior motivação para as ações é que a conta de energia elétrica é a segunda maior despesa da CAESB, e que através de alguns projetos pretende, como meta, auto produzir de 5% a 6% da energia elétrica consumida.

Ao todo são 5(cinco) empreendimentos (5 ideias, 5 TRs, 5 Orçamentos) agrupados em um único processo licitatório:

- **P1 – Eficiência Energética em Água** - redução do bombeamento em horário de ponta;
- **P2 – Eficiência Energética em Esgoto**- identificar ineficiências;
- **P3 – Troca de Sopradores** – maior eficiência de aeração;
- **P4 – Geração com CGH** - estimativa de produzir 44% de energia para as ETES Melchior e Samambaia através das descargas dos efluentes tratados;
- **P5 – Melhorias Operacionais das ETES Sul e Norte;**
- **P6 – Biogás para a ETE Sul** - redução de 50% na conta de energia elétrica, payback de 6 anos e TIR de 15%.
- **P7 – Usina Fotovoltaica na sede da CAESB** – redução de 54% na conta de energia, payback 5,6 anos e TIR de 17%.

Outros projetos abordados pelo engenheiro Humberto foram o de monitoramento, estabelecimento de metas, padrões e o da implementação de ações e sistema de gestão de energia e eficiência energética, com o intuito de evitar multa por fator de potência.

Terceira Apresentação – Eng. Odailton Silva de Arruda

A Participação de prestadoras de serviço em chamadas públicas de PEE foi o tema da palestra proferida pelo Eng. Odailton Silva de Arruda, Coordenador do GT-Eficiência Energética da ABRADDEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

O Eng. Odailton apresentou aspectos importantes da Lei 9991/00, entre eles que a distribuidora deve investir 0,5% da receita operacional líquida em PEE e 0,5% em P&D.

Explicou a importância das chamadas públicas para projetos de eficiência energética, que é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética, o qual acontece de acordo com os requisitos estabelecidos pela ANEEL, visando a escolha de projetos para unidades consumidoras na área de concessão, levando em consideração a qualidade dos projetos propostos.

Esclareceu que qualquer cliente da área de concessão da distribuidora poderá participar e propor projetos de Eficiência Energética, além de empresas legalmente habilitadas para execução de serviços de conservação de energia, fabricantes ou comerciantes de equipamentos.

O critério de pontuação que tem peso maior é o da melhor relação custo benefício. É realizado um contrato de performance nas opções:

- Sem fins lucrativos: 100% não reembolsável;
- Com fins lucrativos: contrato de desempenho.

Ao final apresentou quatro exemplos de projetos de eficiência energética aprovados recentemente.

Quarta Apresentação – Eng^a. Gisele Alessandra Nunes Cunha Abreu

A Eng^a Gisele Alessandra Nunes Cunha Abreu, do departamento de Gestão de Energia da SABESP, apresentou o tema “Mercado Livre – Eficiência Energética aplicada ao prestador”, onde expôs o consumo de EE pela SABESP em 2016, que gira em torno de 250MW médios, sendo 45% mercado livre e 55% mercado cativo (R\$ 921 milhões). É responsável pela 3º maior despesa da companhia.

O custo do MWh no mercado livre corresponde a 70% do custo no mercado cativo. Um aspecto levantado é que a migração/permanência no mercado livre está sujeita a graus de incerteza.

A eng^a Gisele apresentou os principais aspectos do Mercado Cativo e do Mercado Livre:

- **Montante de energia a ser consumida:**
 - ✓ Mercado cativo: liberdade para consumir o que precisar;

- ✓ Mercado livre: obrigação de ter um planejamento do seu consumo.
- **Variação de custo:**
 - ✓ Mercado Cativo: baixa previsibilidade, reajustes ou revisões tarifárias complexas e incidência de bandeiras tarifárias;
 - ✓ Mercado Livre: Reajustes por índice de mercados, imunidade às bandeiras tarifárias e novos contratos com preços sujeitos à conjuntura setorial.
- **Gestão de processos:**
 - ✓ Mercado Cativo: simples, pagamento de uma fatura;
 - ✓ Mercado livre: complexa, diversos eventos no mês.

Finalizou pontuando que Eficiência Energética em empresas de saneamento deve ser prioridade. Para tanto, algumas ações são importantes, entre as quais: um sistema de informações que possibilite a gestão de consumo das unidades consumidoras; construção de cultura pelo não pagamento de penalidades, seja por Reativo Excedente ou Ultrapassagem de demanda (adoção de simuladores); Definição da modalidade de contratação mais vantajosa (verde ou azul – adoção de simuladores); Atuação no Mercado Livre; Identificação de oportunidades para implementação de projetos de eficiência operacional (engenharia da operação); Análise do ciclo de vida da instalação, de forma que a eficiência energética é resultado de um projeto eficiente, implementado de acordo com as especificações, operado e com manutenção conforme projeto e de acordo com as recomendações dos fabricantes e a desburocratização para contratação de PEE.

4. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

A seguir são apresentadas considerações e encaminhamentos por palestrante:

- **Eng. Odailton – ABRADEE**

Na revisão do PEE, em dezembro, serão consideradas as observações levantadas sobre as garantias financeiras; encaminhará a ABRADEE sugestões para facilitar as garantias e eliminar as burocracias antes da aprovação de projetos.

- **Ernani – Ministério das Cidades**

Na EMBASA criou-se um fundo financeiro para aplicar em eficiência energética; Capacitação em EE através da Agência reguladora; No site do Ministério das Cidades, na área do PROEESA está disponibilizada uma planilha em Excel que funciona como um guia simplificado para programa de eficiência energética; Integrar a EE nos instrumentos de saneamento, como por exemplo nos PMSB e nos normativos.

- **Eng^a. Gisele – SABESP**

Imunidade à bandeira tarifária para empresas de saneamento; Criar na ABRADEE um setor específico para cuidar da área de saneamento, pois as condições de contorno são distintas; Desburocratização para a Contratação do PEE, muita dificuldade da constituição de garantias, mesmo sendo uma empresa pública;

Empresas de serviços públicos ou de economia mista tem dificuldades de constituir garantia exatamente por serem públicas, dificuldade de fazer carta-garantia ou carta de fiança.

- **Eng. Gustavo – SANEPAR**

Imprescindível implementar o programa de EE para universalizar o saneamento, por conta da redução do custo operacional; Plano de comunicação, benchmarking e troca de experiências com outras empresas de saneamento.

- **Ricardo – Dep. plan. Obras de Valinhos**

Acrescentar item específico para EE nos PMSB; Diminuição no tempo dos consertos de vazamento reduz as perdas de água e consequentemente contribui para EE.

- **Eng. Sergio – PROEESA**

As empresas menores de saneamento não têm corpo técnico para planejamento de EE; Diagnóstico dos consumos de energia e quais pontos importantes para atuar; Os equipamentos devem ser adquiridos considerando a EE, e não somente o custo X benefício; A chamada pública para os PEE é muito burocrática, devendo-se melhorar o seguro garantia (foi mencionado que os bancos não fazem e que se precisa rever isso); Engajamento da empresa desde o diretor até o trabalhador braçal, incluindo todos os colaboradores e não somente os responsáveis da área.

Painel N2 – Lei das Estatais: Governança

Data: 05/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Divino Lázaro de Souza Aguiar

Relator Junior: Erasmo Gomes Santos Júnior

1. INTRODUÇÃO

Os três palestrantes trouxeram para o painel informações relevantes a respeito da “nova Lei das Estatais”- Lei Federal 13.303/2016 – que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Durante a apresentação, foi possível verificar o olhar crítico e individualizado de cada expositor presente no painel. Eles passaram a percepção de que estavam à vontade para expor seus pontos de vistas e suas inquietações a respeito da aplicação da nova norma jurídica.

2. PALESTRANTES

Alessandra Ourique – Abes - Seção São Paulo

Tales José Bertozzo Bronzato – Sabesp

Brígida Bueno Maioli – Copasa

3. COORDENADOR

Gilberto Alves Martins – Diretor Técnico da AESabesp

4. PARTE 1 – APRESENTAÇÕES

A primeira expositora, Alessandra Ourique é consultora e representante da Abes – Seção São Paulo. Ela destacou que a Lei veio para regulamentar o Artigo 173, da Constituição Federal de 1988, que disciplina, no caput do artigo, a exploração de atividade econômica pelo Estado em conformidade com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Dentro das Diretrizes Gerais, destacou os itens da Lei relacionados com a proteção aos acionistas, transparência, contratos e licitações. A expositora ressaltou que o objetivo do documento legal é moralizar a governança dentro das instituições regidas pela nova lei combatendo-se a corrupção.

Segundo a palestrante, uma grande novidade que a norma jurídica trouxe foi a arbitragem estabelecida no parágrafo único, do Artigo 12, na qual a sociedade de economia mista poderá resolver divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas minoritários e controladores nos termos previstos nos estatutos sociais.

Quanto à vigência e prazos para implementação da norma, a palestrante identificou conflitos entre a Lei e o Decreto 8945/2016, que a regulamentou. Inicialmente, há inquietude quanto à sua vigência, necessitando de adaptações. O Decreto em si aplica-se exclusivamente à União, ou seja, às empresas públicas subordinadas ao Governo Federal. Dessa forma cabe aos demais entes promoverem suas adaptações com as respectivas regulamentações locais para que a norma seja

aplicada às empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam no âmbito estadual e municipal.

Durante o painel, foi exposto que a lei terá abrangência sobre todas as empresas públicas com exceções para aquelas que tenham auferido receitas brutas no ano anterior menor que 90 milhões de reais e/ou participação minoritária em empresa pública. Estas não estariam obrigadas a observar certas normas de governança. O Poder Executivo terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para criar as regras de governança para estas estatais e, caso não o faça as mesmas estarão submetidas à Lei Federal nº 13.303/2016.

Sobre o regime societário foram abordados os requisitos das indicações para os conselhos de administração, comitê de auditoria estatutário, conselho fiscal e órgãos de controle (onde o Estado e Sociedade realizarão a fiscalização). No que se refere às atribuições da diretoria esta deve assumir todos os compromissos e resultados, apresentando sempre o plano de negócios da entidade para o exercício seguinte e a estratégia de longo prazo para, no mínimo, cinco anos.

O segundo palestrante, Tales José Bertozzo Bronzato foi o representante da Sabesp e apresentou o tema: Lei das Estatais – foco em governança corporativa. De início, deixou claro aos presentes que a sua apresentação expressava suas experiências pessoais e não refletiam necessariamente as opiniões da empresa.

Talles Bronzato ressaltou que a Lei 13.303/2016 realmente gerou dúvidas e que os conflitos existentes com os estatutos e regulamentos serão solucionados junto às entidades públicas e de economia mista. Dessa forma, concordou com a palestrante anterior a respeito da intenção “moralizante” da Lei das Estatais, no sentido de combater os desvios de conduta, dentro do contexto histórico das entidades. Também considerou que a lei não se aplica aos concorrentes privados das estatais.

O palestrante apresentou um breve histórico de criação da Sabesp e, na sequência, expôs um conjunto de leis que as empresas de saneamento devem cumprir. Segundo ele essas normas poderiam gerar conflitos e burocratização das administrações.

Em diversos momentos o representante da Sabesp apontou que alguns itens da redação da lei não foram “felizes” por causa da influência gerada pelo contexto histórico (operação lava jato), que ditou muitas diretrizes.

Quanto aos prazos, principalmente aqueles referentes aos do Decreto Estadual 62.349/2016, que regulamentou a lei no Estado de São Paulo, houve conflitos entre estes e a lei das sociedades anônimas bem como entre outras leis.

Talles Bronzato destacou o Artigo 9º da Lei 13.303/2016 como sendo “o coração da lei”, ou seja, o mais importante da norma pois disciplina controle interno, gestão de riscos e auditoria interna. Ele indica que a empresa adotará regras de estrutura, práticas de gestão de riscos e controle interno, tais como: elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade, assegurar atuação independente e vinculação a diretor estatutário, bem como promover ações da auditoria interna, que deverão estar vinculadas ao Conselho de Administração da empresa.

No que diz respeito à companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp), foram apresentados os princípios da administração pública – LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). Na apresentação houve destaque para a eficiência como forma de conseguir boa gestão para auferir

lucros, reinvestidos na infraestrutura da empresa, para levar água tratada e esgotamento sanitário aos clientes.

A distribuição dos lucros é realizada da seguinte forma: 75% são investidos na estrutura da Sabesp para ampliação do atendimento com água e esgoto; 25% é distribuído entre os acionistas, com 49,70% sendo destinado aos acionistas minoritários e 50,30% ao Governo do Estado de São Paulo, para investimento em políticas públicas com destaque para saúde, educação, transporte, dentre outros. A divisão do capital social da Sabesp faz com que a empresa tenha que atender a diversos marcos regulatórios, inclusive internacionais, podendo gerar a necessidade de adaptações à nova Lei das Estatais.

Para Brígida Bueno Maiole, representante da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – Copasa, também houve a concordância de que a Lei Federal Nº 13.303, publicada no Diário Oficial da União em 30/06/2016, veio para regulamentar o Artigo 173 da Constituição Federal, em que, também no Título I, foram disciplinadas as regras societárias e de governança corporativa.

Houve destaque para o estabelecimento de diversos indicadores e requisitos para cumprimento tanto das empresas públicas como as que são constituídas como sociedade de economia mista, obedecendo aos prazos previstos pela nova norma jurídica.

A palestrante lembrou o exemplo da empresa em que atua que abriu seu capital em 2003, estabelecendo níveis elevados de governança (nível B3 – o mais elevado do mercado). Ou seja, algumas práticas de governança exigidas pela norma federal já eram adotadas antes da instituição da nova Lei que foi regulamentada no Estado de Minas Gerais por meio do Decreto Estadual Nº 47.154 e publicada no Diário Oficial do Estado em 20/02/2017.

Quanto aos pontos relevantes, foi exposta uma concordância com a primeira palestrante quanto à questão da arbitragem, detalhada no parágrafo único do Artigo 12. O texto possibilitou a resolução de conflitos mais rapidamente evitando a judicialização de questões envolvendo divergências relacionadas a acionistas.

Outra questão colocada pela expositora foi transparência exigida pela lei que trouxe um conceito que vai além, da publicidade fazendo com que a informação chegue às pessoas e que elas entendam o que está sendo veiculado.

Houve também a necessidade de divulgação de uma carta anual disponibilizando informações relevantes sobre o ambiente de negócios da empresa, bem como a definição da responsabilidade de quem deve falar pela organização. Dessa forma, foi acrescentada a Política de Porta-Vozes (Art. 18, III), que busca eliminar o risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

No que se refere a compliance, não foi criada uma unidade dentro da Copasa para tratar especificamente desta questão e isto será uma novidade para a empresa. No entanto, a reestruturação do comitê de gestão riscos se encontra bem adiantada. Conforme a lei, é exigência que a empresa crie uma unidade de verificação de conformidade/integridade (compliance) e uma unidade de gestão de risco - artigo 9º.

5. PARTE 2 – DEBATE

Na finalização do painel foram encaminhadas várias questões aos palestrantes, como por exemplo: o questionamento referente à situação das nomeações realizadas antes da promulgação da lei. Aqui cabe lembrar dois artigos da norma. O artigo 17, disciplina a forma como deverá ser realizada a escolha dos membros do conselho de administração, inclusive do diretor-presidente, e o artigo 91, onde é concedido à empresa pública um prazo de 24 meses, após sua publicação, para promover as adaptações necessárias para adequação da nova norma legal.

Outra questão, encaminhada por um participante do Congresso Abes/Fenasan 2017, preocupa-se com o relacionamento entre os entes público e privado regido pela Lei 8.666, e que, após a promulgação do documento teriam relações com o outro modelo considerado privado e privado sob o ponto de vista da nova Lei 13.303. Nesse questionamento há uma preocupação em identificar mudança ou diferença nesse novo cenário. É preciso notar que em muitos dos casos existiu dentro do novo diploma legal uma acomodação da legislação vigente. Continua existindo a necessidade de se licitar e escolher melhor os fornecedores para contratar com a empresa pública, como é o exemplo da Lei Federal 10.520/2002, que no novo diploma foi absorvido o rito do pregão para aquisição de bens e contratação de serviços.

Uma questão interessante, também enviada aos palestrantes refere-se ao cumprimento de obrigações e gestão de riscos e sua vinculação às responsabilidades do diretor-presidente confrontadas com as de um diretor estatutário. No parágrafo 2º, do Artigo 9º, há uma resposta direta para esse questionamento assim descrita “A área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos deverá ser vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente.”

De acordo com a exposição dos palestrantes ficou entendido que o Estatuto Social da entidade pública ou empresa de economia mista deverá estabelecer que fosse assegurada a atuação de membros independentes e por conta disso há a necessidade de atuação de um diretor estatutário. A dúvida estaria na forma de atuação desse membro. O assunto está disciplinado por meio do no Artigo 22 da Lei.

6. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Embora o painel tenha o objetivo de tratar e discutir as questões trazidas pela Lei das Estatais, sob o ponto de vista da governança, houve também o questionamento relacionado à questão de licitações e contratos que seguem as leis estaduais, principalmente a partir de 01 de julho de 2018, quando deverão seguir necessariamente a Lei Federal 13.303/2016.

Diálogo Setorial N1 – Conclusões: Painel de Entidades

Data: 05/10/2017

Horário: 14h00 – 16h00

Local: São Paulo Expo

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5.

Relator Sênior: Luis Eduardo G. Grisotto

Relatora Junior: Dafne Correa

1. INTRODUÇÃO

O debate do Painel Final das entidades foi coordenado pelo Presidente da ABES Nacional, Sr. Roberval Tavares, e pelo Presidente da AESABESP, Sr. Olavo Prates Sachs, a partir de questões colocadas aos participantes.

2. PALESTRANTES

Coordenadores:

Roberval Tavares de Souza - Presidente Nacional da ABES e

Olavo Prates Sachs - Presidente da AESabesp

Palestrantes:

Luiz Roberto Gravina Pladevall _ Presidente da APECS - Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente

Vladimir Caramori Borges de Souza – Presidente da ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Santiago Crespo – Presidente da ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Carlos Roberto Soares Mingione – Presidente do SINAENCO - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva

Francisco dos Santos Lopes – ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

Roberto Tavares – Presidente da AESBE - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

3. DEBATE

A primeira parte dos debates iniciou-se a partir de comentários do Sr. Roberval Tavares, que abordou as principais questões levantadas durante o Congresso e, em seguida, provocou a opinião de cada um dos palestrantes a partir do seguinte questionamento:

“O que falta para sairmos da retórica para a realização prática das ações em saneamento?”

PLADEVAL/APECS

- Há que se ter uma política nacional de saneamento, focada em ações integradas;

- Destacou a importância da divulgação e de práticas consistentes de marketing, ilustrando – como exemplo - a situação do PLANSAB (cujas ações precisam sair do papel e serem efetivamente implementadas);
- Lembrou que o Ministério das Cidades foca suas prioridades sobre os aspectos habitacionais;
- Levantou a possibilidade de existência de um Ministério de Saneamento, fazendo remissão à sugestão do Ministro Bruno Araújo, indicada durante um dos painéis do Congresso.

VLADIMIR/ABRH

- Necessidade de maior integração e sinergia de esforços;
- Destacou a incapacidade dos órgãos e prefeituras para concretizar as ações dos planos, revelando a necessidade de programas de capacitação efetiva;
- É preciso maior participação das entidades civis, sobretudo para interagir com esses órgãos;
- Indicou a drenagem como aspecto a ser melhor trabalhado;
- Trabalhar indicadores e métricas para servir de referência para o poder público poder priorizar as ações.

SANTIAGO/ABCON

- Saneamento tem que ser considerado pelos governos como prioridade número um;
- Deve-se ampliar as parcerias entre setores público e privado;
- Costa brasileira está degradada por falta de saneamento;
- Maior regulação: necessária uma agência reguladora que efetue maior controle sobre o setor de saneamento;
- Necessidade premente de atendimento às populações pobres.

MINGIONE/SINAENCO

- Destacou a necessidade de se ampliarem os trabalhos conjuntos entre as entidades atuantes do setor;
- Indicou a importância de se levar aos candidatos à presidência da República, as propostas do setor, para que incluam nas agendas de campanha;
- Reforçou a necessidade de se ampliarem os investimentos, nos três níveis de governo.

FRANCISCO / ASSEMAE

- Comentou sobre a situação do setor, onde não é preciso começar do zero. Indicou a necessidade de revisão dos planos e projetos, devendo-se falar, também, da revisão de princípios já consolidados;
- Informou que, até o final do ano, 70% dos municípios terão planos de saneamento;

- Indicou a falta de investimento na capacidade dos municípios, de forma a superar os entraves para a efetividade do pacto federativo;
- Governos federais e estaduais centralizam investimentos, faltando o compromisso destes em alocar recursos e investimentos nos municípios;
- Deve haver mais racionalidade na divisão de funções (regulatórias, gestão, etc), citando as diversas ideias debatidas (ANA assumindo regulação, etc.);
- Marcos políticos existem e há que se ter maior clareza quanto aos papéis institucionais.

ROBERTO TAVARES / AESBE

- Destacou o fato de que o saneamento nunca foi prioridade;
- Lembrou da necessidade de se enfrentar a discussão e reorganizar o setor, devendo haver ações do Governo Federal para ampliar o diálogo;
- Segundo o presidente da AESBE, deve-se reunir os assuntos que hoje estão muito dispersos (licenciamento, financiamento, etc);
- Saneamento deve estar mais presente na vida das pessoas (só se lembra quando há problemas – só o lado negativo é lembrado).

A segunda parte do debate foi conduzida pelo Presidente da AESABESP, Olavo Prates Sachs, que novamente provocou a opinião dos palestrantes em função da seguinte pergunta:

“O que é preciso para melhorar a comunicação do setor, para que o setor deixe de ser coadjuvante para se tornar protagonista?”

ROBERTO TAVARES / AESBE

- Foi destacada a necessidade de melhoria do processo de comunicação, dando como exemplo a migração de clientes do call center para as redes sociais (visando aproximar o cliente);
- Comunicações específicas são necessárias;
- É preciso mudar a forma de comunicação e mapear melhor os stakeholders (partes interessadas).

FRANCISCO / ASSEMAE

- Notícias e informações devem ser ampliadas e mais efetivas junto a clientes e usuários.

MINGIONE/SINAENCO

- Necessidade de ampliação da divulgação de casos de sucesso e lições aprendidas.

SANTIAGO/ABCON

- É preciso utilizar mecanismos, como as redes sociais, para ampliar a informação.
- Indicou a desejável atuação em ações de educação e palestras nas escolas, sobretudo com as crianças.

VLADIMIR/ABRH

- Incorporar a integralidade do saneamento nas ações, em respeito ao que está disposto na própria lei (saneamento é saúde, segurança, liberdade, valorização imobiliária, etc);
- Indicou a necessidade de ampliação e fortalecimento do processo de comunicação, visando esclarecer sobre o saneamento em sua plenitude;
- Mais Educação (ações de conscientização, capacitação, etc, em todos os níveis).

PLADEVAL/APECS

- Indicou a necessidade de ações de marketing para a redução do consumo (mencionando o exemplo da Sabesp na Grande SP);
- Comentou sobre a necessidade de uma legislação específica, que obrigasse as escolas a terem a cadeira de saneamento ambiental.

O Sr. Roberval Tavares agradeceu os comentários dos palestrantes e provocou uma nova rodada de debates, sugerindo a seguinte questão:

“Qual o caminho para a maior eficiência, integração, melhoria da regulação e gestão do setor? Questões demagógicas atrapalham? Como sair do teórico para o prático?”

PLADEVAL/APECS

- Indicou a necessária melhoria do planejamento e da gestão como condição para as melhorias de eficiência e de integração do setor;
- Apontou a necessidade de maior valorização da água como bem essencial;
- Comentou sobre os parâmetros e indicadores que devem ser selecionados/aprimorados, como referências para a melhoria da eficiência;
- Deve-se medir melhor (sintetizar os mais de 100 indicadores do SNIS, por exemplo).

VLADIMIR/ABRH

- Indicou que os indicadores do SNIS, IBGE, etc devem ser melhorados;
- Associações precisam pautar melhor os cursos de engenharia do país – melhorar o processo de formação.
- **SANTIAGO/ABCON**
- Indicou a necessidade de ampliação dos processos de capacitação (para operar os sistemas de maneira correta, etc), através de cursos e eventos;
- Comentou sobre a necessidade de reduzir as perdas, cujo assunto deve ser melhor desenvolvido.

MINGIONE/SINAENCO

- Destacou a necessária e desejada valorização da importância da água e do saneamento, em todos os níveis de planejamento e gestão do setor.

FRANCISCO / ASSEMAE

- Destacou a necessidade de se criar uma “cultura da eficiência”;
- Indicou ser indispensável a capacitação e o treinamento dos profissionais;
- Entre as sugestões, indicou a criação de formas de ampliar a divulgação das boas práticas de eficiência (por ex, o Guia das 33 melhores empresas municipais do país);
- Reforçou a necessidade de ampliação da participação social.

ROBERTO TAVARES / AESBE

- Iniciou suas considerações apontando a falta de clareza sobre o modelo a ser adotado (público, privado, etc);
- Mencionou que o caminho é a prestação regionalizada, sobretudo num país continental como o Brasil (não se pode ter 5.570 prestadores no Brasil);
- É preciso encontrar um caminho, por meio do pacto federativo, para o compartilhamento de responsabilidades;
- Indicou que há concentração da arrecadação, no Governo Federal, sendo esta uma ação indesejável. É preciso redistribuir de forma mais justa (considerando que estados e municípios têm piores condições de arrecadação). Deve, ainda, haver perenidade de recursos;
- Indicou, como um ponto importante, a necessária organização do arranjo institucional vigente;
- Apontou, como desafios, a necessidade de se cuidar da eficiência; baixar as perdas; e reduzir a clandestinidade;
- Papel das associações é fundamental na atração de recursos e melhoria da eficiência;
- Capacitação é fundamental.

Não havendo perguntas da plateia, procedeu-se à fase de considerações finais dos palestrantes.

- ROBERTO TAVARES / AESBE: temos mais pontos convergentes do que discordâncias.
- FRANCISCO/ASSEMAE: maior diálogo é necessário e ASSEMAE está a disposição.
- MINGIONE/SINAENCO: destacou papel da ABES na integração dessas entidades e promoção do debate.
- SANTIAGO/ABCON: lado privado está junto com o lado público, em prol dos mesmos objetivos de desenvolvimento e universalização do saneamento.

- VLADIMIR/ABRH: informação é essencial e uma boa base de indicadores, como do SNIS, é fundamental. Esse painel é muito positivo. Todos estão no mesmo barco.
- PLADEVAL/APECS: Documento da ABES foi entregue ao Ministro, há mais de um ano, e até hoje nada foi feito. Ter um Ministério do Saneamento ou instância que integre mais o setor é desejável. PLANSAB é fundamental e precisa ser revisto.

O Presidente da AESABESP, por fim, concluiu o painel destacando a importância desse tipo de debate no desenvolvimento do setor de saneamento, qualificando as discussões e resultando em ações concretas, saindo do campo das ideias e caminhando para a execução e para a prática.